

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

GIOVANA ILIADA GIACOMINI

**A OBRA LEXICOGRÁFICA DE FRANCISCO DA
SILVEIRA BUENO**

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2007

GIOVANA ILIADA GIACOMINI

A OBRA LEXICOGRÁFICA DE FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual
Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para
obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos
(Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Prof. Dr. José Horta Nunes

São José do Rio Preto
2007

Giacomini, Giovana Iliada.

A obra lexicográfica de Francisco da Silveira Bueno / Giovana Iliada
Giacomini. – São José do Rio Preto : [s.n.], 2007.
192 f. ; 30 cm.

Orientador: José Horta Nunes

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Análise do discurso. 2. Bueno, Francisco da Silveira, 1898-1989 –
Dicionários – Crítica e interpretação. I. Nunes, José Horta. II.
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e
Ciências. III. Título.

CDU – 81'42

A OBRA LEXICOGRÁFICA DE FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. José Horta Nunes - Orientador
Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Maria Xatara
Prof.^a. Dr.^a. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

Suplentes

Profa. Dra. Soeli Schreiber da Silva
Profa. Dra. Cláudia Zavaglia

Aos meus pais, José Ângelo Giacomini e Neusa Garcia Giacomini

Por terem me dado a vida, a coragem e a autoconfiança necessária para ir a busca de meus sonhos. Essa conquista é nossa! Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

São tantos os agradecimentos... Muitas pessoas estiveram presentes nesse período de uma forma ou de outra. Agradeço especialmente:

- a Deus, pois é a minha força, a minha luz.
- ao meu orientador, professor José Horta Nunes, pela dedicação, amizade, confiança e paciência desde o primeiro ano de graduação. Pelas orientações precisas e por sempre compreender minhas angústias acadêmicas.
- a CAPES pela bolsa concedida no período de dois anos.
- ao meu grande companheiro, Paulo Roberto de Souza, pelo apoio de sempre, pelo amor e carinho dedicados, pela compreensão e amizade que foram essenciais para a conclusão dessa etapa de minha vida. Eu te amo muito!
- aos meus irmãos, Anelisa Eneida Giacomini e João Renato Giacomini, pela paciência, pelos momentos de descontração quando eu mais precisei, pelo apoio que tanto me ajudou.
- ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, da UNICAMP, por ter apreciado meu trabalho no XI SETA e ter dado contribuições valiosas. E também à Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues, da UNICAMP, que, além de ter também contribuído no XI SETA, recebeu-me durante um semestre como aluna especial na UNICAMP e apreciou meu trabalho em sua fase conclusiva no VI SELin.
- às professoras Dra. Cláudia Maria Xatara, do IBILCE-UNESP, e Dra. Rosângela Morello, da UNICAMP, pelas contribuições durante o Exame de Qualificação.

- às amigas: Cláudia Ruiz, pela ajuda tão importante quando eu mais precisei; Daniela Martins Fernandes, por todo o apoio, pela paciência e amizade; Silmara Cristina Dela-Silva, por sua amizade e carinho de sempre; Cláudia de Boni Ribeiro e Gileusa Soares Carpanezi, cuja força, coragem e determinação foram e são pra mim de grande inspiração.

- aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do IBILCE/UNESP, pela amizade, pelos momentos de descontração nos corredores e nas aulas, pela experiência compartilhada, enfim, pelo apoio de sempre. Em especial aos amigos Melissa Baffi, Jackeline Vignoli, Solange Fortilli e Sérgio Casimiro, alunos companheiros da comissão do VI SELin, pela convivência, cooperação e compreensão nos momentos difíceis. Convivência esta que fez nascer e fortalecer amizades verdadeiras que durarão para sempre!

- aos amigos do *Grupo de Estudos em Análise de Discurso* e do projeto *Documentação lingüística: arquivo, instrumentação, divulgação*, pela amizade, pelas contribuições sempre precisas e amigas e pela convivência que me fez crescer, tanto nos momentos bons quanto nos ruins.

- aos grandes colegas e amigos da Análise do Discurso e áreas afins, que sempre me deram grandes conselhos e incentivos nos encontros, seminários, congressos. Em especial, agradeço a Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin, pelas ajudas teóricas, pelo carinho e amizade de sempre e a Amanda Braga, pelas discussões teóricas, pelos momentos de descontração e grande amizade.

- aos amigos de sempre – lingüistas, analistas de discurso, professores, colegas e amigos, ex-alunos, funcionários do IBILCE – pelo apoio ao meu trabalho, aos meus estudos, pela força nos momentos de insegurança, pelos momentos de grande descontração e amizade. Muito obrigada!

Tecendo a Manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.*

*A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Seguindo a teoria e o método da Análise do Discurso de linha francesa, propomos analisar discursivamente a produção lexicográfica de Francisco da Silveira Bueno. Este autor publicou diversas obras na área da Literatura e da Lingüística, mas também teve grande destaque público por sua produção lexicográfica.

Nosso objetivo é analisar o discurso dos seus dicionários. Como questão específica, temos a noção de *autoria*, ou seja, a posição do autor Silveira Bueno na história da constituição de um autor brasileiro de dicionários e, também, as maneiras de se posicionar como autor no discurso dos dicionários. Assim, analisamos questões como a posição de Silveira Bueno como autor de dicionários na história da constituição das idéias lingüísticas brasileiras, a apresentação do autor no discurso dos dicionários, a maneira como ela é feita e quais as relações de sentido que são estabelecidas por essa apresentação.

Nosso *corpus* é composto pelos prefácios e por uma amostragem de verbetes das edições de seus dicionários. Dividimos o conjunto de obras em três séries, de acordo com a tipologia e com algumas características discursivas. Na primeira série estão os dicionários escolares, incluindo os de versão mini; na segunda série estão os dicionários gerais de língua publicados por editoras independentes do Estado; já na terceira estão presentes os dicionários etimológicos.

Entre outros resultados, observamos que, enquanto na primeira e na segunda série de dicionários o autor é apresentado por meio de uma discursividade relatada, pelas instituições publicadoras, a terceira série traz textos próprios de autoria, em que há uma afirmação dessa autoria por meio dos posicionamentos teóricos adotados por ele.

ABSTRACT

According to the theory and the method of Discourse Analysis, we intend to analyse Francisco da Silveira Bueno's lexicographical production in a discursive way. The author has published many works in the field of Literature and Linguistics, but is also known for his lexicographical production.

Our aim is to analyse the discourse in his dictionaries. As a central research topic, we have the notion of *authory*, in other words, the author Silveira Bueno's position in history of the constitution of a Brazilian dictionary author and also, the ways to position himself as an author in his dictionaries discourse. Thus, questions such as Silveira Bueno's position as a dictionary author in the history of the constitution of the Brazilian linguistic ideas, the author's presentation in the dictionaries discourse, in what ways this happens and the sense relations which are established by this presentation were analysed.

Our *corpus* is composed by the prefaces and a sampling of entries of his dictionaries editions. The set of works was divided into three series, according to the typology and some discursive characteristics. The school dictionaries are in the first series, including the mini-dictionaries; the general language dictionaries published by independent State publishers are in the second series, and in the third one, the etymological dictionaries.

Among other results, we observed that, while in the first and second series of dictionaries the author is presented by a reported discursivity, by the publishing industries, the third series brings his own authory texts in which there is a statement of this authory through the theoretical positionings he adopts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O DISCURSO DOS DICIONÁRIOS DE SILVEIRA BUENO.....	13
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	15
1.1. A Análise de Discurso e sua constituição	15
1.2. A constituição da noção de <i>autoria</i> e uma reflexão acerca da autoria dos dicionários ...	21
1.3. Metodologia de análise e constituição do <i>corpus</i> de pesquisa	29
2. UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA CONSTITUIÇÃO DO AUTOR DE DICIONÁRIOS BRASILEIROS: A POSIÇÃO DE SILVEIRA BUENO.....	36
3. DICIONÁRIOS ESCOLARES DE SILVEIRA BUENO: <i>DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (DELP) E MINIDICIONÁRIOS.....	49
3.1. Análise dos prefácios	50
3.2. Análise dos verbetes.....	70
4. O <i>DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (DLP).....	87
4.1. Análise dos prefácios.....	89
4.2. Análise dos verbetes.....	96
5. DICIONÁRIOS ETIMOLÓGICOS: <i>GRANDE DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO PROSÓDICO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (GDEPLP) E <i>VOCABULÁRIO TUPI-GUARANI PORTUGUÊS</i> (VTGP)	99
5.1. Análise dos prefácios	102
5.2. Análise dos verbetes	111

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
ANEXOS.....	132

INTRODUÇÃO: O DISCURSO DOS DICIONÁRIOS DE SILVEIRA BUENO

Levando das palavras às coisas pela interiorização ideológica de saberes supostamente partilhados ou pelo registro das relações sociais de força, o lexicógrafo produz um trabalho que, através de um discurso muitas vezes percebido como transparente, diz seu assujeitamento cultural até pela forma sintática de sua escrita. (MAZIÈRE, 1989, p. 59)

Esta pesquisa tem por objetivo analisar discursivamente a obra lexicográfica de Francisco da Silveira Bueno. Como aparato teórico-metodológico, seguimos a Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa. Especificamente, tomamos por base Collinot e Mazière (1997), Delessalle e Valensi (2002), Nunes (2001) e Orlandi (2002), cujos trabalhos defendem que, por meio da análise do discurso do dicionário, é possível compreender alguns fatos discursivos como, por exemplo: a construção da posição do lexicógrafo; a imagem do público-leitor, a imagem do dicionário, da língua, da posição do lexicógrafo enquanto autor elaborador de um dicionário; as paráfrases e os deslocamentos de sentido na passagem de uma edição a outra; a relação do dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele foi produzido. Assim, vemos o dicionário como um discurso, produzido em certas condições, ou seja, dotado de uma historicidade.

Francisco da Silveira Bueno publicou diversas obras na Filologia e na Lingüística, como a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de 1944; *Estudos de filologia portuguesa* (1946), *Tratado de semântica brasileira* (1947) e *A formação histórica da língua portuguesa* (1955). Com relação à sua obra lexicográfica, *corpus* de nosso trabalho, o autor publicou os seguintes títulos: *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, primeira edição em 1955; *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa/ vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*, primeira edição em 1963; *Dicionário da língua portuguesa*, primeira edição de 1972; *Vocabulário tupi-guarani português*, primeira edição de 1982; *Minidicionário da língua portuguesa*, primeira edição de

1996; *Dicionário escolar Silveira Bueno*, cuja primeira edição encontrada data de 1996; *Minidicionário da língua portuguesa*, de 2000; *Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa*, de 2000; *Minidicionário inglês – português e português inglês e verbos*, sem indicação de ano e de editora.

A questão específica de nossa pesquisa foi analisar a posição de autor nos dicionários. Tomamos o conceito de *autoria* como a posição do autor Silveira Bueno na história da constituição de um autor brasileiro de dicionários e, também, a maneira como o discurso do dicionário aponta para um autor responsável pelo dizer. Para trabalhar este conceito, realizamos um percurso teórico, retomando os trabalhos de Foucault (2004), Pêcheux (1997) e Orlandi (2001-a).

Nossa dissertação está dividida nas seguintes partes. No capítulo 1, apresentaremos uma breve explanação sobre a teoria da AD e sua constituição, a maneira como os analistas de discurso compreendem a linguagem humana, qual é seu objeto, sua metodologia e como a seguimos e a maneira como concebemos o *corpus* de análise. Também nesse capítulo explanamos os conceitos que operacionalizamos, dando destaque ao conceito de *autoria*.

No capítulo 2, iniciamos especificamente a análise. Nele trazemos a análise da posição de Silveira Bueno enquanto autor de dicionários brasileiros. Para isso, retomamos outros trabalhos e realizamos algumas considerações, especificamente sobre o discurso dos dicionários de Silveira Bueno e suas condições de produção.

No capítulo 3, 4 e 5, mostramos a análise dos prefácios e de uma amostragem de verbetes das séries de dicionários, respectivamente: dicionários escolares, o *Dicionário da língua portuguesa* e dicionários etimológicos.

Por fim, no capítulo 6, estabelecemos nossas considerações finais, destacando os principais resultados de análise e a contribuição e relevância desta pesquisa.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Neste capítulo, abordamos os pressupostos teóricos que seguimos para a análise. Primeiramente, faremos algumas considerações sobre a AD de linha francesa e a maneira como ela se constituiu, destacando sua constituição como disciplina de entremeio, a maneira pela qual nós, analistas do discurso, entendemos a linguagem humana e como consideramos a relação entre ela, o sujeito e a história.

Em seguida, discorreremos sobre a noção de *autoria*, questão específica de nosso trabalho, tal como ela se constituiu na AD e como a tomamos em nossa análise. Logo após, fazemos algumas considerações no que diz respeito à autoria de obras lexicográficas, já que nosso *corpus* é composto por dicionários.

Por fim, destacamos a metodologia que seguimos, assim como a maneira como consideramos na AD o *corpus* de pesquisa e também segundo quais critérios ele foi constituído.

1.1. A Análise de Discurso e sua constituição

A AD é uma teoria que surgiu na década de 60 do século XX que tem como característica, entre outras, o questionamento da transparência da linguagem e o fato de não se preocupar com “o que” é dito, mas sim com o “como” é dito.

Ela foi constituída numa conjuntura em que são formuladas questões com relação a três domínios teóricos, especificamente: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise.

Entretanto, embora a AD tenha surgido nesse espaço, é preciso considerar que ela não é uma teoria interdisciplinar, ou seja, ela não é o resultado de uma soma das três disciplinas citadas. Segundo Orlandi (1996), a AD questiona esses três domínios teóricos e formula um novo lugar de conhecimento, que tem características específicas e um objeto de estudo específico, o discurso, que será conceituado abaixo.

Da Lingüística, a AD questiona o fato de ela não levar em conta o sujeito e a situação no estudo da língua já que, para Saussure (1970), essas são questões pertinentes à fala. Mas, de seus pressupostos teóricos, a AD se interessa pela ordem própria da língua que a Lingüística propõe, com seu sistema e suas regularidades, embora inserida na história e considerando o sujeito.

Do Marxismo, a AD questiona a análise de conteúdo proposta, que mostra uma transparência da linguagem. Segundo Orlandi (1999), na AD a relação entre a linguagem, o pensamento e o mundo não é direta e transparente, mas mediada pelo simbólico. Segundo ela, “há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas essa também não lhe é transparente” (ORLANDI, 1999, p. 19). Assim, a AD propõe trabalhar com a chamada “forma material”, cuja natureza é, ao mesmo tempo, lingüística e histórica. Essa forma material é, então, o lingüístico significado no mundo e inscrito na história.

Com relação ao legado da Psicanálise, a AD considera também o deslocamento do conceito de *homem* para o de *sujeito*, dotado de inconsciente. No entanto, esse sujeito está inscrito numa conjuntura histórica que o afeta.

A AD é, então, uma disciplina de entremeio, formulada a partir das contradições entre esses três campos disciplinares e que tem um dispositivo teórico próprio. O que interessa para a AD é a relação entre a língua, o sujeito e a história ao mesmo tempo, relação esta que pode ser compreendida por meio do dispositivo teórico proposto pela AD.

Conforme já afirmamos, a AD tem como preocupação central a maneira “como” o lingüístico produz sentido. Com relação a esse aspecto, Orlandi (1999) propõe uma distinção entre *inteligível*, *interpretável* e *compreensível*. Segundo a autora, o *inteligível* é a simples referência do sentido à língua. Assim, para que um texto seja inteligível, basta que o leitor saiba a língua específica. A *interpretação* é o sentido pensado no seu contexto imediato, específico, “co-texto”. Mas a *compreensão*, nível ao qual o analista do discurso tem como objetivo alcançar, é saber como um objeto simbólico produz sentido. Ou seja, como as interpretações ali presentes funcionam.

A AD, assim, tem sua especificidade. Seu objeto de estudo não é a língua, apesar de ela ser um pressuposto, mas sim o *discurso*, que consiste nos efeitos de sentidos produzidos pela língua inscrita na história, por sujeitos afetados por essa história. Para Pêcheux (1990), todo discurso é produzido em certas circunstâncias, o que ele chama de *condições de produção* (doravante CPs) do discurso. Assim:

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 1990, p. 79)

Como CPs, entendemos, então, as condições, a situação em que o discurso é produzido. O papel do analista do discurso é relacionar a materialidade lingüística (o texto) a essas condições.

Orlandi (1999) propõe considerar as CPs de duas maneiras: em *sentido estrito*, e temos o contexto imediato, e em *sentido amplo*, e temos o contexto sócio-histórico, ideológico. Essa distinção foi adotada nesta pesquisa e também na maneira como conceituamos a *autoria*.

Para estudar o contexto imediato, partimos do conceito de *formações imaginárias*. Segundo Pêcheux (1990), em todo processo discursivo, há um conjunto de formações

imaginárias, que atribuem o lugar que os locutores designam a si, ao outro, a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do outro. Para ele, as formações imaginárias permitem uma antecipação, quando o sujeito discursivo projeta uma representação imaginária do interlocutor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas.

Com relação especificamente à análise discursiva dos dicionários, temos, por exemplo, a análise dos prefácios, que realizamos partindo de questões como as seguintes: quem fala ali, o autor, o editor, a instituição que publica? De que maneira? O que, ou seja, como é apresentado o dicionário, qual é a imagem de língua que ali prevalece? Quem é o público-leitor? Em que situação a obra é produzida, por exemplo, como o dicionário se relaciona com a política educacional vigente na época e/ou com outros dicionários publicados?

Já ao estudar as CPs no sentido amplo, tomamos a conjuntura sócio-histórica em que a produção do discurso se insere. Em nossa análise, buscamos relacionar cada edição com o contexto histórico mais amplo, como o estado em que se encontrava a produção lexicográfica brasileira e que relação pode ser estabelecida entre ela e outras obras.

Especificamente no que se refere à noção de *autoria*, tivemos como questão, em certos momentos de nossa análise, a maneira como o discurso produzido no dicionário se relaciona com o saber teórico produzido por Silveira Bueno em outras obras, como o *Tratado de semântica brasileira*, de 1947, e o *Estudos de filologia portuguesa*, de 1946. Questionamos também qual a posição de Silveira Bueno como autor de dicionários na história da constituição das idéias lingüísticas brasileiras, sua relação com outras obras produzidas no mesmo período e o que cada obra traz de específico.

Ao analisar as CPs no sentido amplo, podemos observar mais detidamente o quanto nosso trabalho se relaciona com e traz reflexões para a teoria da *História das idéias lingüísticas* (doravante HIL). Essa teoria é o resultado de um trabalho conjunto entre pesquisadores franceses e brasileiros, coordenado na França por Silvain Auroux e no Brasil

por Eni Orlandi. Essas pesquisas, desde o início, buscam trabalhar a história da produção de gramáticas e dicionários e o processo de constituição da língua nacional. Segundo Orlandi, o objetivo desses pesquisadores era “estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento lingüístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa” (ORLANDI, 2001 – b, p. 9).

É preciso esclarecer, ainda, que a HIL tem como objeto de estudo toda e qualquer forma de saber sobre a língua e não apenas as reflexões que surgiram após a constituição da Lingüística como disciplina científica.

Também consideramos os conceitos de *formação discursiva* e de *interdiscurso*. O conceito de *formação discursiva* (doravante FD), segundo Pêcheux (1997), pode ser definido como aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. Já o *interdiscurso* é o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Em outras palavras, ele pode ser entendido como tudo o que já foi dito antes e em outro lugar. Especificamente em nossa pesquisa, o interdiscurso é, por exemplo, tudo o que já foi dito sobre língua, dicionários, educação, material didático. E como FD, temos questões teóricas específicas sobre língua, por exemplo.

Também trabalhamos com o conceito de *pré-construído* que, de acordo com Pêcheux (1997), foi proposto por Paul Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, que incide sobre o enunciado. Ele se apresenta como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade. Conforme Collinot e Mazière (1997), o pré-construído é o conjunto de “traços apagados de um ‘outro discurso’, não-ditos, mas inscritos no interior do discurso que se sustenta” (p.189)

No que concerne mais especificamente à análise do discurso do dicionário, tomamos o conceito de *nomenclatura* tal como foi trabalhado por Collinot e Mazière (1997). Segundo

esses autores, o primeiro gesto de um lexicógrafo autor de um dicionário é elaborar a lista de entradas que constituirão a sua obra, cujo conjunto forma a chamada *nomenclatura*:

No domínio do dicionário de língua, o léxico é o conjunto virtual das palavras de uma língua. Em relação ao termo “nomenclatura”, ele designa uma representação empiricamente construída do léxico de uma língua sob a forma de uma lista alfabeticamente organizada de palavras atestadas. É uma imagem necessariamente restrita do léxico, sempre em defasagem com relação ao potencial da língua. Nesse sentido, a nomenclatura é um discurso fechado sobre si mesmo, que normaliza uma lista finita de elementos de um conjunto não finito do léxico. (COLLINOT e MAZIÈRE, 1997, p. 53-54)¹

Assim, o lexicógrafo recorta um número finito de palavras dentre todo o potencial da língua. Para realizar esse recorte, o lexicógrafo parte de alguns critérios, muitas vezes justificados no prefácio, pois é nele que o lexicógrafo projeta uma imagem do público-leitor. Nele, também podemos perceber qual é a imagem de língua que ali prevalece, a imagem do dicionário ideal, as filiações teóricas.

Além disso, os autores consideram que o ato de recortar esse conjunto de palavras é um gesto ao mesmo tempo: ideológico, pois a nomenclatura pode ser vista como um discurso institucional de uma língua normatizada que, ao entrar num dicionário, será legitimada dentro de uma realidade sócio-temporal; lingüístico, pois pressupõe um saber sobre a língua, uma concepção teórica que autoriza esse recorte.

Esclarecemos aqui alguns conceitos que foram mobilizados para a realização do nosso trabalho. Eles serão acrescentados e retomados durante a análise sempre que for pertinente. Para compreender mais especificamente a noção de *autoria* e promover reflexões sobre ela

¹ Obs. : a tradução no corpo do texto é nossa: « Dans le domaine du dictionnaire de la langue, le lexique est l'ensemble virtuel des mots d'une langue. Quant au terme de 'nomenclature' il désigne une représentation empiriquement construite du lexique d'une langue sous la forme d'une liste alphabétiquement ordonnée de formes de mots attestées. C'est une image nécessairement restreinte du lexique, toujours en décalage par rapport au potentiel de la langue. En ce sens, la nomenclature est un discours clos sur lui-même, qui normalise une liste finie d'éléments dans l'ensemble non fini du lexique ».

especificamente no discurso dos dicionários, realizamos um percurso teórico, iniciado por Foucault, que propõe uma reflexão sobre o que ele chama de *função – autor*.

1.2. A constituição da noção de *autoria* e uma reflexão acerca da autoria dos dicionários

Anteriormente, delimitamos os pressupostos teóricos e realizamos algumas considerações sobre a maneira como a teoria foi mobilizada na realização de nossa análise. Agora, vamos nos deter na noção de *autoria*, conforme a tomamos nesta pesquisa.

Não há como falarmos em autoria sem nos remetermos ao trabalho de Michel Foucault, que, no início de sua obra de 1970 *A ordem do discurso*, mostra a existência de mecanismos de controle, seleção, organização e distribuição que regem a produção do discurso, procedimentos estes usados para que esses discursos não tenham a circulação livre, para “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2004, p.9).

Esses procedimentos são divididos em *externos* e *internos*. Com relação aos procedimentos *externos*, ele cita: a *interdição*, que é o fato de não ser qualquer pessoa que pode falar em certos campos discursivos; a *segregação*, que é quando a sociedade silencia certos dizeres; a *vontade de verdade*, que exerce uma pressão sobre outros discursos que não sejam considerados “verdadeiros”.

Já os procedimentos *internos* são aqueles da ordem do discurso, pois, para Foucault, os discursos exercem seu próprio controle. São três os procedimentos citados: o de *comentário*, pois defende a existência de certos discursos que são fundamentais e outros que os repetem e os comentam; o de *disciplina*, que faz com que sejam requeridos certos enunciados para a produção de outros enunciados novos; e a de *autor*, conceito em que vamos nos deter a partir de agora.

Nesta obra, Foucault coloca então que o princípio de *autoria* é um dos procedimentos que regulam internamente o discurso, já que ele limita o acaso a uma identidade, a um *eu*, a um ser individual a quem seja imputada a autoria de um discurso. Por esse conceito, Foucault não se refere àquele que escreve empiricamente, que inventa, cuja existência para ele é evidente. Mas ele se refere ao autor enquanto princípio de agrupamento de discurso, de coerência, de ordem, de unidade, de inserção do discurso no real (FOUCAULT, 2004).

Em nossa análise, consideramos a função autor também como um princípio de ordenação, de unidade, e não como autor empírico, assim como Foucault. Retomando trabalhos anteriores, notamos que, no discurso dos dicionários, muitas vezes, o nome de um autor circula de maneira imaginária ainda que empiricamente não se possa atribuir ao indivíduo a autoria da obra. Numa análise da obra lexicográfica de Caldas Aulete, por exemplo, observamos o seguinte:

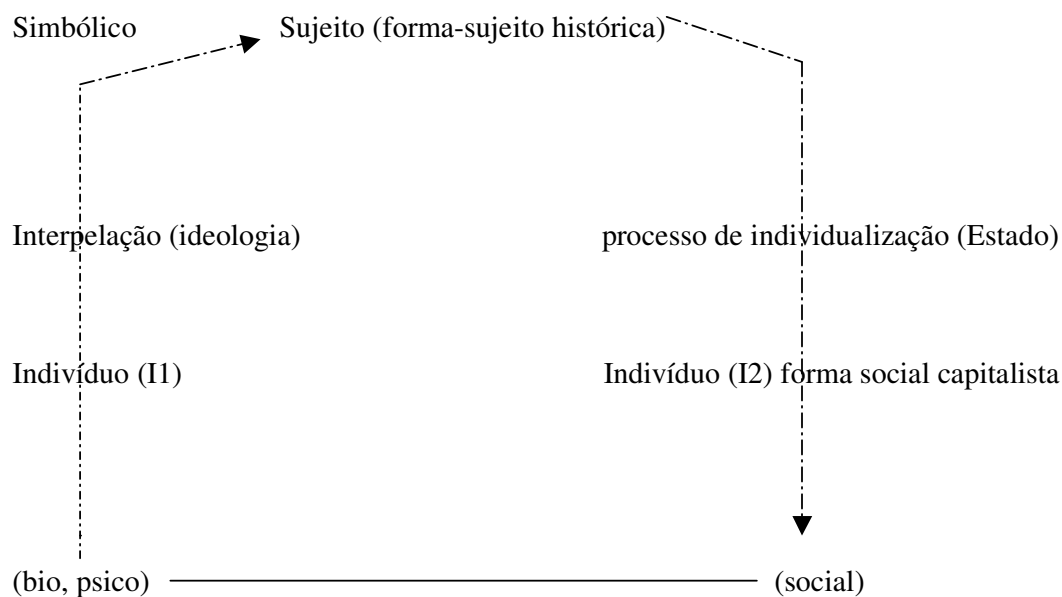
Empiricamente, Francisco Julio de Caldas Aulete participou apenas da elaboração do prefácio e das definições das palavras da letra A da primeira edição, a de 1881. Entretanto, seu nome continuou a ser vinculado, imaginariamente, como autor do dicionário, embora com uma nova equipe. (GIACOMINI, 2006, p. 10)

Assim, no discurso lexicográfico, embora haja a atribuição da autoria a um determinado nome, isso se dá por meio do imaginário, já que muitas vezes, empiricamente, o autor não tenha participado da elaboração da obra. No caso de Silveira Bueno, observamos esse imaginário de autor especificamente nos minidicionários, em que há o nome de Silveira Bueno, embora com uma nova equipe elaboradora. Analisaremos mais detidamente essa questão no capítulo concernente à análise dos dicionários escolares.

Ainda com relação à autoria segundo Foucault, observamos que, tanto em 1970 quanto na sua obra de 1969 *O que é um autor?*, ele faz uma análise sócio-histórica do conceito de

autoria. Ele defende que a noção de autor não é concebida sempre da mesma maneira em diferentes épocas e em qualquer discurso. Em primeiro lugar, segundo ele, houve um momento em que a noção de autor se configurou socialmente. Assim, existiu um momento na história em que se estabeleceu que os textos deveriam ter alguém para ser responsabilizado com relação ao que se escrevia. Para ele, os discursos começaram a ter autores a partir do momento em que se tornaram transgressores. Então, iniciou-se um regime de propriedade para os textos, e também um conjunto de regras sobre os direitos do autor e reprodução de textos (FOUCAULT, 1992). Foucault atribui a instauração desse regime ao final do século XVIII e início do século XIX. A partir de então, houve um ato de individualização das idéias e, com ele, criou-se a noção de *autoria*, de autoridade, de autenticidade do autor.

Essa historicidade do autor trabalhada por Foucault nos remete a uma proposta de Orlandi (2001 – a) que, ao caracterizar o processo de interpelação do sujeito pela ideologia e o processo de individualização pelo Estado, estabelece o seguinte esquema:



(ORLANDI, 2001 – a, p. 106)

No que concerne à individualização pelo Estado, quando se configura o sujeito capitalista que seria interpelado diferentemente, por exemplo, do sujeito medieval, é que se configura a forma de autoria histórica. É este, por meio do regime de propriedade para os textos, o momento onde se configura a injunção à autoria, ou seja, a uma figura a quem se atribui a função-autor, a responsabilidade pelo texto.

Ainda por meio dessa reflexão proposta por Foucault, pensamos com relação à produção dos dicionários de Silveira Bueno. Esse autor não é apenas dicionarista, já que tem uma tradição como professor e autor de obras na área da Literatura, Filologia e Lingüística. Quando um dicionário, que traz em si um saber sobre a língua, é assinado por Silveira Bueno como autor, essa assinatura invoca uma memória das outras obras que também trazem seu nome. Isso indica uma maneira de recepção da obra. Antes dos dicionários, e também na mesma época, Silveira Bueno, por meio de suas outras obras, põe em circulação discursos em que há filiações teóricas. Qual é, então, o efeito de se atribuir a autoria a Silveira Bueno no dicionário? Como isso é feito no prefácio? E como os dicionários se posicionam com relação a esse saber produzido por um mesmo autor? Essas são questões que levamos em conta em alguns momentos de nossa pesquisa.

Foucault também considera que, em nossa sociedade, não são todos os discursos que têm sua eficácia dependente da função-autor. Para ele, a literatura, a filosofia e as ciências são, via de regra, domínios em que há uma necessária atribuição de um autor. Já as conversas particulares, os contratos, os textos anônimos são exemplos de discursos em que o sentido não tem sua eficácia por meio da atribuição de um autor (FOUCAULT, 2004).

Ao discorrer sobre essa atribuição de autoria, Gregolin (2001) defende que a assunção de um autor por meio de marcas ou a sua dissimulação são características relacionadas ao gênero do discurso em questão. Assim, a indicação de um autor é um indício de que esse

discurso deve ser recebido de uma certa maneira, de que ele não é qualquer discurso, corriqueiro, passageiro, indiferente.

Baseando-nos nessas palavras sobre os dicionários, partimos de uma reflexão com relação ao estatuto de que um dicionário goza socialmente. Ele é visto quase sempre como o detentor do verdadeiro sentido das palavras e é usado como um argumento de autoridade para se dizer o significado das coisas. Segundo Mazière (1989), por ser um instrumento de consulta, a definição de um dicionário é quase sempre considerada “boa”, “sem restrições de uso”, “intercambiável de um dicionário a outro”.

Assim, se tomamos o dicionário como um gênero discursivo, por seu funcionamento social, por suas características, o próprio gênero da obra traz em si um efeito de autoridade. Chamado popularmente de “pai-dos-burros”, o dicionário é tido como um instrumento de consulta, que ensina o significado de um termo a quem o desconhece e quer ou precisa conhecê-lo.

Segundo Orlandi (2002), o dicionário, ao ter esse estatuto de representante da língua, é como se a provesse de uma realidade:

Há um processo pelo qual o dicionário, ao representar a língua, a provê de realidade. O efeito que nos interessa compreender nesse processo discursivo, que se desenvolve na constituição do dicionário, é o da completude, em outras palavras, o efeito da completude da representação da língua no dicionário. Com efeito, consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua. (ORLANDI, 2002, p. 103)

No trecho acima, Orlandi traz o imaginário do dicionário como unidade da língua, completa, contendo (todas) as palavras. Mas, como já observamos, na verdade o conjunto de palavras-entrada de uma língua é um recorte efetuado seguindo alguns critérios. Sobre a autoria do dicionário, questionamos: quem poderá ser, então, o autor de um dicionário?

Analisando esse estatuto de “detentor da verdade” sobre a língua de que o dicionário goza, pensamos que o autor de uma obra como essa é uma figura de autoridade, ou seja, alguém dotado de conhecimentos suficientes para falar sobre a língua. E que sua apresentação no dicionário tenha marcas que refiram a essa figura de autoridade.

Foucault então coloca o princípio de *autoria* como um elemento que faz parte da ordem do discurso. Ele seria um agrupamento, uma limitação, que individualiza um discurso ou um grupo de discursos. Então, o autor não é aquele ser que escreve um texto, um livro, empiricamente. É, sim, uma característica do discurso.

Assim como Foucault, nossa posição é a de que a *autoria* é uma característica do discurso, que não se dá da mesma maneira em diferentes épocas, espaços e tipologias discursivas. Entretanto, consideramos que não se pode pensar a noção de autoria sem relacioná-la a uma noção de *texto*. Foucault não trabalha com essa noção, pois, para ele, o autor está relacionado, além dos elementos citados acima, ao conceito de *obra*. Assim, para trabalhar com o conceito de *texto*, tomamos por base os estudos feitos por Orlandi acerca desse tema, explicados a seguir.

Orlandi, ao retomar Foucault e seu princípio de autoria, estende essa noção. Para ela, o autor é uma função do sujeito do discurso, que pode ser posta ao lado de outras funções enunciativas como as propostas por Ducrot (1984) de *locutor* e *enunciador*.

Retomando conceitos trabalhados por Pêcheux sobre o imaginário do sujeito, Orlandi afirma que toda vez que, mediado pelo imaginário, o sujeito se coloca na origem do que diz e, por meio desse gesto, produz-se um efeito de unidade, há a presença da função-autor. Como o conceito de autor em Orlandi está ligado ao de sujeito discursivo de Pêcheux, vamos partir desse conceito para mostrar a maneira como ela concebe o autor no discurso.

Pêcheux, em sua obra de 1975 *Semântica e discurso*, retomando conceitos de Althusser, estabelece que o indivíduo é “interpelado em sujeito pela ideologia” (1997, p.171).

A ideologia seria um mecanismo de evidências que são fornecidas ao sujeito como a realidade. Mas essa relação entre a ideologia determinante e o sujeito determinado não é direta, pois se estrutura pelo esquecimento. Assim, o sujeito se “esquece” de que é determinado e, quando fala, coloca-se na origem do dizer.

O *interdiscurso*, que, como já definimos, é o conjunto de dizeres possíveis, falados antes, em outro lugar e independentemente, forma um conjunto de FDs que determinam o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1997). O sujeito, no momento de sua interpelação, identifica-se com uma ou mais dessas FDs. É dessa maneira que o interdiscurso, o exterior, se inscreve no *intradiscurso*, na formulação.

Mas, como foi afirmado, existe uma “ilusão necessária” constitutiva do sujeito: a de que ele é portador de escolhas, intenções, decisões. Baseando-se nos conceitos freudianos de “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”, Pêcheux estabelece que essa ilusão se estrutura no sujeito por duas formas de esquecimento, fazendo parte da base dessa ilusão de sujeito como origem do dizer: o *esquecimento n°2* e o *esquecimento n°1*.

O *esquecimento n° 2*, segundo Pêcheux, é quando o sujeito-falante escolhe formas e seqüências que se encontram na formação discursiva que o domina em relação de paráfrase (PÊCHEUX, 1997). Este esquecimento está ligado à ilusão da transparência da linguagem, de que o dizer só poderia ser dito daquela maneira.

Já o *esquecimento n° 1* é aquele por meio do qual o sujeito dissimula sua dependência do interdiscurso. Inconscientemente, o sujeito “apaga” a formação discursiva com a qual ele se identifica, o que resulta na ilusão do sujeito como fonte do sentido (PÊCHEUX, 1997).

Os efeitos de sentido produzidos por esses esquecimentos são os de que o sujeito é a fonte do que diz e de que é responsável por isso. Orlandi (2001 - a) chamará esse efeito imaginário de unidade de *textualidade*. Há, então, um processo de textualização do discurso, em que os sentidos tomam corpo e produz-se um efeito de unidade. O texto estaria ligado com

a formulação do discurso, quando a memória se atualiza, toma corpo: “a formulação, como dissemos, é a atualização, a textualização da memória” (ORLANDI, 2001 - a, p.16).

Tomando especificamente o dicionário, é possível notar que essa unidade será a unidade imaginária também com relação à língua. Conforme já afirmamos, o dicionário traz em si a ilusão de ser o representante da língua de uma sociedade, de trazer todas as palavras da língua com suas respectivas definições, tidas como “corretas”, “a verdade incontestável”, “não históricas”. O autor do dicionário seria a figura em que se aponta a responsabilidade por esse dizer sobre a língua, a figura autorizada para cumprir este papel.

Para Orlandi, sempre que há esse efeito de unidade discursiva, tem-se a função-autor, que coloca o sujeito na origem do dizer, como aquele responsável pelo que diz e responsável pela progressão, pela não contradição, pelo começo, meio e fim de seu texto. Assim, há no sujeito, quando é afetado pelos esquecimentos propostos por Pêcheux, o efeito de autoria: de que ele é a fonte do que diz, o responsável. É assim que o sujeito se constitui autor, na medida em que se coloca como origem do dizer.

Baseando-nos nos autores estudados e refletindo especificamente sobre o discurso do dicionário, consideramos que, além da função-autor, podemos ter o que consideramos a *posição-autor*, que se constitui quando o autor, além de se colocar como a origem do dizer, apresenta-se ou é apresentado por meio de gestos de legitimação de sua autoria, de sua autoridade.

Além disso, em nosso trabalho, estudamos a autoria como uma noção que, conforme já anunciamos, pode ser estudada em dois níveis. Entretanto, é preciso lembrar que esses dois níveis não podem ser considerados separadamente, de forma estanque, pois estão inter-relacionados, apesar de ser possível separá-los por fins metodológicos de análise, como foi feito em certos momentos de nosso trabalho.

Primeiramente, podemos refletir sobre a autoria em sua dimensão sócio-histórica. Isso implica compreender a maneira como o autor se configurou numa determinada época e em um determinado espaço. No caso específico de nossa pesquisa, pensamos como se configurou o autor de dicionários brasileiros na história das idéias lingüísticas no Brasil e de que maneira Silveira Bueno, com sua produção lexicográfica, insere-se nesse espaço. Esse nível de análise está mais relacionado às CPs em sentido amplo.

Esse nível de análise também está relacionado com a circulação dos discursos produzidos em nome de Silveira Bueno. E também com a idéia desenvolvida por Foucault de que, ao invocar o nome de um autor, há uma remissão a outros discursos em que também se atribui a autoria a esse nome. Trata-se de um discurso que deve ser recebido de maneira específica, já que invoca toda essa memória.

Outro nível de análise é a autoria segundo um ponto de vista textual-discursivo. Nesse nível, analisamos quais são as marcas na materialidade lingüística, ou seja, nos prefácios dos dicionários e na amostragem de verbete escolhida, que apontam para esse autor como alguém responsável pelo dizer. Como ele se configura nessa materialidade e sua relação com a época e o espaço em que cada obra foi produzida. Tal nível de análise está mais relacionado às CPs em sentido estrito.

Após essas considerações sobre o conceito de *autoria*, que será retomado sempre que pertinente durante a análise, partimos para a metodologia e a constituição do material de análise.

1.3. Metodologia de análise e constituição do *corpus* de pesquisa

Anteriormente, discorreremos sobre a teoria da AD e a forma como se concebe e como trabalhamos a noção de *autoria*. Essas considerações serão de extrema importância para que

se compreenda a explicitação da metodologia de pesquisa da AD, mais especificamente a proposta por Orlandi e seguida nesta pesquisa.

Retomando o conceito de *discurso*, de acordo com Orlandi (1999), ele pode ser definido como a “mediação necessária entre o homem e a realidade natural” (ORLANDI, 1999, p.15). Assim, discurso não é igual a língua, embora ela seja seu pressuposto e seja a forma material do discurso. Ela não é igual a história, embora ela o atravesse. É a língua fazendo sentido num espaço social, praticada por sujeitos afetados ideologicamente, que media a relação entre o homem e sua realidade natural.

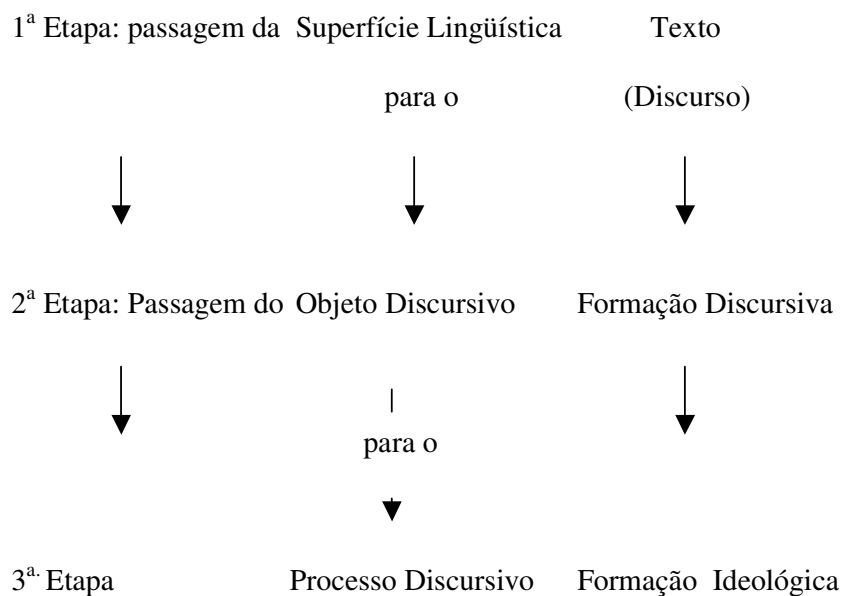
Essa maneira de definir o objeto da AD, o discurso, explica as características da metodologia da AD. Mostramos anteriormente alguns conceitos que fazem parte de todo o artefato teórico da AD. Porque escolhemos esses conceitos e não outros depende de alguns fatores.

Orlandi (1999) propõe que existem, na AD, dois dispositivos: o *teórico* e o *analítico*. O primeiro diz respeito a todos os conceitos pertencentes ao campo teórico da AD. Já o dispositivo analítico está relacionado com a questão proposta pelo analista, que o faz operacionalizar alguns conceitos e não outros que talvez ele mobilizaria se a questão fosse outra.

Esse dispositivo também depende do tipo de material a ser analisado. Ao estudar um dicionário, deparamo-nos com questões e conceitos que talvez não estivessem presentes ao analisar um outro tipo de material, ainda que a questão fosse a mesma, pois mobilizamos os conceitos considerando a especificidade de um discurso de dicionário.

Quanto aos procedimentos de análise, os analistas de discurso sempre alternam a descrição e a interpretação, como se fosse uma análise em espiral: vamos para a teoria, voltamos para o material, tornamos a voltar à teoria, remetemo-nos ao material outra vez.

Entretanto, há um percurso a ser seguido, que pode ser resumido no seguinte esquema proposto por Orlandi (1999):



Na primeira etapa, há a construção do *objeto discursivo*, considerando, para isso, o conceito de *esquecimento número 2* pelo qual, conforme já foi dito, todo sujeito-falante seleciona, dentro da formação discursiva que o domina, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase (PÊCHEUX, 1997). Assim, desfaz-se a ilusão da transparência da linguagem, de que o dizer só poderia ser dito daquela maneira. É aqui que o analista começa a identificar as diferentes formações discursivas no *corpus*. Essa é uma fase um pouco mais descritiva, em que se remete o texto às condições de produção. Em nossa pesquisa, partimos dos textos introdutórios (prefácios) e de uma amostragem de verbetes e, por meio de uma leitura atenta do *corpus*, iniciamos uma de-superficialização do texto, depreendendo as formações discursivas ali presentes, relacionando-as com as suas condições de produção e interdiscurso.

Já na segunda etapa, ocorre a passagem do *objeto discursivo* para o *processo discursivo*, relacionando as formações discursivas com as formações ideológicas, atingindo a constituição dos processos discursivos. Aqui, algumas regularidades e deslocamentos discursivos já terão sido identificados. De acordo com Pêcheux:

(...) a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada. (PÊCHEUX, 1997, p.161)

Todo esse procedimento analítico consiste em um duplo movimento de descrição e observação da materialidade lingüística, com seus elementos léxicos, sintáticos e enunciativos, e interpretação, que é a identificação das redes de memória, das formações discursivas, das posições de sujeito em uma conjuntura. Essa dinâmica da análise realiza, desse modo, a remissão das sistematicidades lingüísticas às condições de produção dos discursos (ORLANDI, 1999).

Entretanto, a análise da materialidade lingüística e de suas marcas não é automática, como lembra Lagazzi:

Na Análise do Discurso, a apreensão das marcas não é automática e também a interpretação dos seus sentidos não é mecânica. O objeto do pesquisador, suposto pelo método discursivo e constitutivo deste, é o fator determinante para o que será privilegiado no material tomado para análise. Os princípios teóricos (...) colocam-se pela articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso. Tomadas em conjunto, essas três regiões do conhecimento, que proporcionam a especificidade da Análise do discurso, possibilitam explicitar, através dos princípios metodológicos das desintagmatizações lingüística e discursiva, a produção dos efeitos de sentido. (LAGAZZI, 1988, p. 60)

Assim, a análise do material não é feita seguindo mecanismos automáticos, pois os efeitos de sentido, ao serem depreendidos e interpretados, possibilitam outros gestos de leitura

do analista, novas questões, diferentes tipos de *recorte*. Este conceito é definido por Orlandi (1999) da seguinte maneira: “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (p. 64).

A constituição do material de análise iniciou-se por um levantamento bibliográfico das obras lexicográficas de Francisco da Silveira Bueno pela internet, no acervo virtual de bibliotecas e também em sebos, bibliotecas públicas e junto às editoras.

Após localizarmos as obras, dividimos os dicionários em três séries de acordo com a tipologia e a discursividade que ali se encontra. Sobre esses critérios tipológicos e de classificação em séries, eles são abordados nos capítulos concernentes à análise de cada uma dessas séries.

Na primeira, incluem-se os dicionários do tipo escolar. Nosso *corpus* inclui as seguintes edições: *Dicionário escolar da língua portuguesa* (doravante DELP): 1ª edição (1955); 2ª edição (1957); 5ª edição (1965); 6ª edição (1969); 8ª edição (1973); 9ª edição (1975); 11ª edição, 4ª tiragem (1980); do *Dicionário escolar do professor*: 1ª edição (1962) ou 3ª dos DELP¹; *Minidicionário da língua portuguesa* (doravante MLP - 1996 – sem marca de edição); *Dicionário escolar Silveira Bueno* (doravante DESB) 23. edição, (1996); *Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa* (doravante SBMLP), sem marca de edição (2000); *Minidicionário inglês – português e português inglês e verbos*, sem indicação de editora (e sem indicação de ano).

Na segunda série de dicionário, estão o *Dicionário da língua portuguesa* (doravante DLP) e suas reedições. Dela, foram encontradas as seguintes edições: 1ª edição (1972) da editora Fortaleza; 5ª edição (1982) da editora Técnica Radial; uma edição da editora FDT/LISA sem marca de edição e ano.

¹ Veremos, mais adiante, que essa obra não tem uma marcação ordinal de edição, mas podemos considerá-la a terceira edição do DELP.

Da terceira série de dicionários, incluem-se: o *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa; / vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani* (doravante GDEPLP): 1ª edição (1963); sem marca de edição (1974); do *Vocabulário tupi-guarani português* (doravante VTGP): 5ª. Edição (1987).

Para o nosso trabalho, realizamos uma análise dos prefácios e de uma amostragem de verbetes. Consideramos prefácios todos os textos introdutórios de cada uma das obras do *corpus*, ainda que esses textos não sejam intitulados como “prefácios”. Pudemos observar, entre outras características, a explicitação dos critérios utilizados para a elaboração do dicionário, assim como a maneira como é feita a apresentação do seu autor do dicionário, um dos elementos que levamos em conta para estudar a autoria.

Em seguida, constituímos uma série de verbetes a fim de analisar as características estruturais e o discurso definidor, observando, entre outros, a posição de autoria ali presente. Como já observamos, o *recorte* do *corpus* é feito sempre em consonância com os objetivos de pesquisa e de acordo com o método. Assim, primeiramente realizamos um recorte por letra, pois segundo Nunes, ao proceder dessa maneira, é possível conhecer a estrutura do dicionário de maneira geral:

Tal procedimento tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente neste recorte. É viável por este caminho conhecer as principais variações das definições do dicionário, assim como a distribuição das variações em diferentes domínios. (NUNES, 2003, p. 22)

Como não tínhamos, a princípio, nenhuma questão concernente a alguma classe gramatical específica, ou algum domínio temático determinado, mas nosso objetivo era analisar o dicionário de Silveira Bueno de maneira geral, pensamos que o recorte por letra seria o mais adequado. Então, selecionamos a letra P, que é uma letra já utilizada em outros

trabalhos, o que pode possibilitar comparações entre séries de diferentes dicionários futuramente. Como número de verbetes, recortamos as primeiras 50 entradas considerando o tempo de que dispomos para realizar a pesquisa. Observamos, entre outros, os elementos que constituem sua estrutura geral, as marcas de autoria ali presentes, a imagem do público leitor. Conforme a realização do trabalho, no caso dos dicionários escolares, foram surgindo questões a respeito de alguns domínios temáticos específicos, a saber: tribos indígenas, plantas e animais. Então, além das observações gerais, foram também analisados verbetes de temas específicos.

Nessa parte, buscamos explicitar a metodologia de análise que seguimos e a maneira como consideramos um *corpus* de pesquisa de acordo com a teoria a qual nos filiamos e a maneira como realizamos o recorte de análise. Durante a exposição dos resultados de análise, conforme já afirmamos, faremos retomadas e acréscimos a esses conceitos já percorridos sempre que julgarmos pertinente.

Partamos agora para a análise das séries.

2. UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA CONSTITUIÇÃO DO AUTOR DE DICIONÁRIOS BRASILEIROS: A POSIÇÃO DE SILVEIRA BUENO

A elaboração de dicionários no Brasil produziu mudanças sucessivas na configuração linguageira. Para compreender a constituição de um léxico brasileiro, é preciso levar em conta esse movimento de produção de saber lingüístico. É preciso considerar o papel das teorias, das instituições e dos acontecimentos que participaram da história da lexicografia. (NUNES, 2001, p. 72)

Neste capítulo, começamos a expor a análise que realizamos dos dicionários de Silveira Bueno. Conforme explicitamos no capítulo anterior, consideramos que a autoria pode ser estudada em seus aspectos sócio-históricos e textuais discursivos, lembrando que cada um desses aspectos não pode ser estudado sem considerar o outro. A seguir, trataremos especificamente do aspecto sócio-histórico da autoria de obras lexicográficas e a posição de Silveira Bueno na história brasileira de autores de dicionários. Pelo fato de cada nível não poder ser considerado separadamente, alguns aspectos históricos mencionados aqui serão retomados nos próximos capítulos, o de análise de prefácios e verbetes.

Segundo Aurox (1992), os dicionários fazem parte de um conjunto de mudanças na história das idéias lingüísticas: a invenção da escrita, a *gramatização* (elaboração de gramáticas e dicionários) e a informatização. A lexicografia, segundo ele, inicia-se com listas temáticas de vocabulário, que são os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Logo após, surgem listas de palavras antigas e difíceis, que são encontradas desde os gregos até a Idade Média. Em seguida, surgem glossários mono, bi- ou n- lingües, principalmente destinados ao aprendizado da língua latina. Os dicionários monolíngües, tal como conhecemos hoje, aparecem mais tarde. Segundo Aurox:

O dicionário monolíngüe de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, ligam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical,

mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas. A elaboração se estenderá por todo o século XVII. (AUROUX, 1992, p. 73)

Para compreender o processo de constituição de um saber lexicográfico especificamente no caso brasileiro, Nunes (2001) estabelece quatro momentos que contemplam desde os relatos dos viajantes até os dias atuais.

O primeiro momento diz respeito aos relatos de viajantes que vinham ao Brasil e, ao escrever sobre o que viam, sentiam a necessidade de comentar essa nova realidade e elaboravam listas de palavras. Muitas vezes, nesses comentários, aparecia a língua tupi e o uso de analogias entre o que eles já conheciam e o que passavam a ver no Brasil.

No segundo momento, período de colonização e de catequização indígena, aparecem os primeiros dicionários bilíngües português-tupi e tupi-português, escritos por jesuítas no intuito de utilizá-los nas escolas destinadas à catequese dos índios. De acordo com Nunes (2001), destaca-se o *Vocabulário na língua brasílica* que, entre outras características, tem como entrada frases ou segmentos de frases e privilegia o estado sincrônico da língua. Ele foi publicado inteiramente apenas em 1938, mas seu manuscrito foi utilizado como base para elaboração de outros dicionários, excluindo a situação de enunciação e mantendo os termos ou expressões tupis e as traduções termo a termo.

O primeiro monolíngüe do português aparece no terceiro momento: o *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, publicado em 1789. Essa obra retoma o *Vocabulário português e latino* (1712) de Rafael Bluteau com deslocamentos: reduz os dez volumes da obra de Bluteau a apenas um, propondo definições mais concisas, excluindo comentários etimológicos, explicações longas, muitas citações de autores e a tradução latina. Ela teve oito reedições no século XIX revistas e com acréscimos. Segundo Nunes:

A publicação do dicionário de Silva conjuga tradição brasileira e tradição portuguesa. Ela torna visível as diferenças e semelhanças, as inclusões e exclusões. Os efeitos especulares provocados pela inserção desse dicionário na conjuntura brasileira desempenhará um papel decisivo na gramatização portuguesa no Brasil. (NUNES, 2001, p.77)

Trata-se, então, de um dicionário importante na história da lexicografia portuguesa, mas também da brasileira, já que nele encontramos explicitadas várias diferenças entre português de Portugal e português do Brasil. Além disso, Moraes era brasileiro, que vai para Portugal em 1774. Há ainda que considerar o fato de o dicionário ter sido amplamente utilizado no Brasil, quando, conforme já afirmamos, ainda não havia aqui uma produção lexicográfica própria que concorresse com a portuguesa.

Após a publicação da obra de Moraes, já no século XIX, inicia-se o quarto período, em que são elaborados dicionários de complemento aos de língua portuguesa de Portugal, com palavras de uso no território brasileiro. Isso porque, nesse século, o Brasil se torna um país independente ao de Portugal e, mais tarde, deixa de ser monarquia para se tornar república. E as mudanças na história do país também atingem as discussões a respeito da língua nacional. Passa-se a questionar se a língua falada no Brasil é a mesma da de Portugal ou uma outra língua. Aqueles que defendiam a segunda opinião traziam em seus argumentos exemplos de palavras cujo uso no Brasil era distinto do da antiga metrópole. Ou ainda mostravam que muitas palavras apenas existiam no território brasileiro. Essa discussão culminará na publicação de dicionários de complemento aos portugueses, marcando essa diferença entre a língua que se fala no Brasil, nem sempre contemplada nos dicionários monolíngües do português, e a que se fala em Portugal. Entre essas obras, destaca-se o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa*, de Costa Rubim (1853).

No século XX, inicia-se a publicação de dicionários brasileiros gerais da língua portuguesa. Isso faz com que haja uma mudança na autoria de dicionários, já que eles passam

a ser feitos por brasileiros para brasileiros no território brasileiro. E é nessa conjuntura que os dicionários de Silveira Bueno aparecem. Até 1955, data da primeira edição do dicionário escolar de Silveira Bueno, são publicados, além de outras obras, o dicionário de Laudelino Freire, o *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa* (1939-1944), pela editora A Noite, e o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* em 1938, de H. Lima e G. Barroso, pela Civilização Brasileira. Esses dois dicionários foram publicados por editoras independentes do Estado num período em que há um crescimento muito grande de editoras que, de maneira geral, tinham o intuito de publicar um dicionário. Tratam-se dos primeiros monolíngües brasileiros publicados no Brasil.

A partir da obra de Lima e Barroso, surge no Brasil o gênero de dicionários do tipo escolar. Mas antes de discutir essa questão do surgimento dos dicionários escolares, é necessário que esclareçamos os critérios utilizados para considerar um dicionário nessa tipologia.

Biderman (2001) propõe classificar os dicionários de acordo com as seguintes modalidades: *dicionário-padrão*, que tem entre 50.000 e 70.000 verbetes; *dicionário escolar*, com cerca de 25.000 palavras-entrada; *dicionário infantil*, que teria cerca de 10.000 palavras para a faixa etária de 7 a 10 anos e 5.000 palavras para faixa etária de menos de 7 anos.

Entretanto, de acordo com nossa posição, o critério de classificação adotado pela autora, baseado em número de palavras-entrada que compõe a nomenclatura, é insuficiente para caracterizar um dicionário do tipo escolar. Se utilizarmos apenas o critério de número de verbetes tal como propõe a autora, teremos que considerar o DELP de Silveira Bueno como um dicionário padrão e não escolar, pois, numa estimativa que fizemos, ele teria em torno de 88.000 verbetes em 1972, o que, seguindo os critérios de Biderman, seria um dicionário além

do padrão.¹ Entretanto, este pode ser tomado como um dos critérios se levarmos em conta os dicionários escolares atualmente, em que prevalece a versão mini, reduzida no tamanho, nos verbetes, nas acepções.

Para classificar um dicionário como escolar, consideramos outros elementos. Primeiramente, uma obra que tenha sido dedicada ao público estudantil pode ser classificada como escolar, já que foi elaborada pensando nesse público e é possível que um dos critérios para efetuar o recorte das palavras-entrada da nomenclatura seja esse. É possível então que haja regularidade no número de entradas nos dicionários desse tipo, mas isso não basta para que um dicionário seja classificado como escolar. Também podemos considerar, ainda nas condições de produção de cada obra, um dicionário como escolar se ele foi publicado por políticas públicas voltadas para os estudantes. Um outro critério possível é a sua circulação em instituições de ensino. Em seguida, temos também como critério o título da obra como “escolar”.

Isso não significa que, a princípio, todos os dicionários fossem escolares. Atualmente, devido à expansão da rede escolar, muitos dicionários têm sido usados nas instituições escolares e esse tem sido freqüentemente o público alvo das editoras ao publicarem suas obras lexicográficas. Entretanto, nem todo dicionário é feito para esse público. Temos, como exemplo, a publicação de dicionários brasileiros no século XIX, os de complemento aos dicionários portugueses, que, pelo que avaliamos dadas as condições de produção e o gênero da obra, eram dicionários para os iniciados, para discutir a questão da diferença entre a língua portuguesa de Portugal e a do Brasil, para trazer os brasileirismos a esses dicionários e não obras para fins escolares.

¹ No prefácio, não há o número de verbetes do dicionário, portanto esse número foi baseado numa estimativa feita da seguinte maneira: multiplicamos em uma amostragem a média de verbetes em uma página pelo número total de páginas do dicionário e chegamos a 88.000 verbetes.

No caso analisado, o dicionário de Lima e Barroso, apesar de não ter sido assim intitulado e também não ter sido dedicado em seu prefácio ao público escolar, de formato portátil, foi amplamente aceito pelo público em geral e também utilizado nas escolas. Então, por ter tido uma circulação nesse ambiente, consideramos esse dicionário como escolar.

Em 1939, uma outra obra escolar é publicada, o *Dicionário popular ilustrado da língua portuguesa*, de Santos e Rodrigues. Seu prefácio é dedicado ao público em geral e “sobretudo à juventude escolar”, o que também faz com que esse dicionário possa ser considerado uma obra escolar. Anos depois, a produção de dicionários voltados para os estudantes continua. Temos, como exemplo, o *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*, de Francisco Fernandes, publicado em 1953 e 1960 pela editora Globo. Em seguida, em 1962 e reeditado em 1964 e 1965, é publicado pela editora Melhoramentos o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, organizado por Prato e Silva. Esses dicionários também trazem prefácios dedicados ao público estudantil.

O DELP pode ser considerado escolar, pois, além do título, ele tem outras características que o enquadram nessa tipologia: além de ter um prefácio dedicado ao público estudantil e ampla circulação nas instituições escolares, ele foi o resultado de políticas públicas voltadas à produção de livros escolares. Esse dicionário foi publicado pelo MEC desde sua primeira edição, o que representa o resultado de um processo em que o Estado passa a ter, inicialmente, uma relação de organizar e gerenciar a produção de livros didáticos e, mais tarde, a plena incumbência de publicá-los.

Sobre as condições de produção de obras didáticas pelo Estado, elas remontam aos anos 30, em que há transformações no setor educacional brasileiro. Payer (ORLANDI, 2001), ao estudar a interdição da língua dos imigrantes no Brasil, afirma que, nesse período, há um discurso de unidade da língua nacional. Para explicar como isso começou, a autora retoma o trabalho de Carvalho (1987 e 1999), que observa o fato de ter havido, na implantação da

República no Brasil, a divulgação de certos discursos, via campanhas, com a idéia de pertencimento nacional. Isso porque, no Brasil, o Estado se instituiu antes que se formasse uma Nação, no sentido republicano do termo, e isso promoveu discussões em torno da identificação do que é brasileiro, pela ausência de referenciais nacionais para a população, o que resulta na centralização dessa noção no discurso político. A afirmação da língua nacional será retomada de maneira transformada apenas nos anos 30, mas de maneira diferenciada da que ocorreu no fim do século XIX. No governo centralizado de Vargas, há uma tentativa de apagar a diferença, de homogeneizar a língua, tornando-a símbolo de identidade nacional.

É preciso também considerar que, quando começa no Brasil o período conhecido pelo nome de Estado Novo (1937-1945), ainda sob a vigência de Vargas, há a passagem de uma política predominantemente agrária e oligárquica para uma política urbana e industrial. Há então o incentivo à instrução, a fim de qualificar a mão-de-obra para o trabalho nas indústrias, o que resulta no incentivo ao aprimoramento e expansão da rede escolar. Antes desse período, Vargas já havia tomado medidas para reestruturar o sistema de educação, visando inicialmente o ensino superior, a organização do secundário e o ensino comercial. Na constituição de 1934, a educação primária é contemplada pela primeira vez. No Estado Novo, esse nível de educação tem atenção especial, a fim de trazer um “conteúdo nacionalizador” para os brasileiros desde a infância. Em 1938, Vargas institui uma Comissão Nacional do Ensino Primário com o intuito de, entre outros, combater o analfabetismo e nacionalizar o ensino primário. A produção de materiais didáticos pelo Estado será reflexo dessa política de Vargas. Os prefácios das obras publicadas pelo MEC e pela FENAME trazem um forte discurso institucional, como veremos no capítulo seguinte. O Estado é posto como o que tem o dever de propagar a cultura e facilitar o acesso a ela, o que mostra a relação entre a materialidade lingüística do dicionário e as condições em que ele foi produzido.

No que se refere à imagem de língua, a construção e defesa de uma língua nacional única e homogênea como identidade nacional traz também como consequência, segundo Payer (2001) as condições de interdição das línguas dos imigrantes, ao oficializar-se o ensino de português como obrigatório e proibir o ensino em línguas estrangeiras:

(...) a interdição das línguas estrangeiras sustenta-se em um universo discursivo logicamente estabilizado que distingue o “nacional” e o “estrangeiro” (...) uma Nação deve ser desenvolvida, educada, deve ter uma identidade, um sendo de unidade nacional; um espaço sócio-político dessa natureza necessita de coesão, para a qual pode e deve contribuir o Estado, em sua função de estruturação social; a unificação lingüística fortalece o povo que constitui esse mesmo espaço sócio-político; a nacionalização se faz necessária, enfim. (PAYER, 2001, p. 252)

Assim, o discurso oficial sobre a língua é o de que ela é homogênea, um símbolo de identidade nacional, e o estrangeiro terá isso como condição de afirmar sua brasilidade. Os dicionários escolares de Silveira Bueno serão o reflexo disso ao silenciar palavras e/ou acepções estrangeiras de suas definições. Com relação às línguas indígenas, há apenas verbetes que designam nomes de tribos. Ainda assim, a distinção entre uma e outra é feita por meio de sua localização geográfica, não por línguas e costumes. Constrói-se assim, por meio do dicionário, um imaginário de língua homogênea.

Ainda em 1938, de acordo com Höfling (2000), a relação oficial entre o Estado e o livro didático é instaurada oficialmente com o Decreto-Lei 1006 que, além de incumbir à Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD o dever de produzir e importar livros didáticos, restringe a autorização às editoras independentes do Estado de publicar livros dessa natureza. Em 1945, o poder da CNLD se torna ainda maior, pois o Estado passa a assumir o controle total da adoção de livros em todas as instituições de ensino do país. Dez anos depois, em 1955, ainda na vigência da CNLD, é publicada a primeira edição do DELP pelo MEC como resultado dessas medidas de controle da adoção de livros.

É interessante notar que essas leis acerca da produção e circulação de livros didáticos no Brasil, além de mostrar a política do Estado de controlar e gerenciar o ensino, também atestam a manutenção do imaginário de língua nacional homogênea e a censura ao que é diferente, como as línguas estrangeiras. Oliveira et al. (1984) mostra, como exemplo disso, um episódio ocorrido em 1940: João Carlos Muniz, na época presidente do Conselho de Imigração e Colonização, adverte Vargas da entrada de 60 caixas contendo livros pedagógicos impressos em língua japonesa, destinados a escolas de núcleos de imigração japonesa no Brasil. O Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, ao mencionar o assunto, diz: “(é preciso) estudar o assunto pela Seção de Segurança desse Ministério, no sentido de ser encontrada uma forma para neutralizar essa manobra de burla à nossa política Nacionalizadora” (PINTO, *apud* OLIVEIRA et al., 1984, p. 38). Uma das medidas tomadas é o controle estatal cada vez maior no que se refere ao ensino da língua: fechamentos de escolas, reformulação dos conteúdos programáticos nas zonas de imigração estrangeira, interdição de livros escritos em outras línguas e a produção de livros didáticos pelo MEC e sua crescente distribuição. Nessa produção, inclui-se o DELP.

Mais tarde, em 1967, é criada a Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME, que se responsabiliza pela produção e a distribuição de material escolar aos estabelecimentos de ensino. Assim, livros publicados por essa fundação passam a ser distribuídos nas escolas e, a partir de sua criação, as edições do DELP passam a tê-la como editora responsável.

Em 1983, após várias transformações na relação Estado-livro didático, inclusive sendo implantado um sistema de co-edição com editoras, o MEC deixa de ser produtor de livros e passa a comprar os produzidos por editoras. Isso porque são iniciados movimentos de defesa de um Estado descentralizador, o que culminará no fim da ditadura militar e nas eleições diretas. Com o fim da centralização do Estado, isso também refletirá na produção de livros didáticos. Em 1985, é instaurado o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que tem

como objetivo atender plenamente os alunos do ensino fundamental, na época nomeado primeiro grau. Os livros são, então, escolhidos pelos docentes e o pedido é feito pelas escolas.

Em 1997, surge o *Guia de Livros Didáticos*, que foi elaborado pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC. Um conjunto de especialistas escolhidos pelo governo avalia os livros, e seus pareceres são distribuídos nesse guia a fim de orientar os professores em suas escolhas. Os dicionários também são avaliados ano a ano. Entretanto, apesar de haver esse guia para orientar as escolhas, os professores têm a liberdade de fazer suas escolhas. Podem, inclusive, optar por obras não-recomendadas.

Nesse novo contexto, surge no mercado editorial o MLP, pela editora Lisa. Trata-se da segunda edição e não conseguimos precisar a data da primeira. Antes dela, houve várias tiragens idênticas a última edição do DELP.

O aumento crescente nesse período de editoras que tinham o intuito de publicar dicionários, conforme já mencionado, resultará na publicação do DLP, cujas edições localizadas são a primeira, que data de 1972, pela editora Fortaleza em São Paulo, e a quinta, que data de 1982 pelas editoras Técnica Radial e Estilo, também em São Paulo.

Nessa mesma época são publicadas outros dicionários, como o *Dicionário Brasileiro Contemporâneo* da editora Globo, o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, da editora Melhoramentos e o *Novo Dicionário da língua portuguesa*, pela Nova Fronteira. Muitas dessas obras não são apenas destinadas ao público estudantil: em formatos maiores, são dedicadas a um público mais amplo em que os estudantes se incluem. Entretanto, ainda assim, são exemplos de dicionários que circularam nas escolas entre o público estudantil. Sobre a tipologia do DLP, ele pode ser considerado como escolar também, já que temos fortes indícios de que ele tenha tido uma circulação entre o público estudantil. Entretanto, essa questão será discutida no capítulo concernente a sua análise.

Um outro título, o *Dicionário escolar do professor*, foi editado em 1972 pelo MEC. De acordo com o seu prefácio, foi uma tiragem especial de apenas cem mil exemplares que faz parte do projeto *Biblioteca da professora brasileira*. Conforme mostraremos, essa obra pode ser considerada a terceira edição dos dicionários escolares.

Esses títulos, publicados pelo MEC e também por editoras independentes do Estado, têm como regularidade o fato de não haver textos próprios de Silveira Bueno em sua apresentação. O autor do dicionário escolar, por exemplo, é indicado por pessoas ligadas ao MEC. Nessas obras, não há textos em que Silveira Bueno explicita suas posições teóricas com relação à língua e à metodologia com que ele elaborou a *nomenclatura*. Isso se dará de maneira diferente nos dicionários etimológicos, que abordaremos a seguir.

Em 1963, o autor publicou em São Paulo, pela editora Saraiva, o GDEPLP. Em 1968, pela mesma editora, essa obra é reeditada. Em 1979, esse mesmo dicionário é editado em Santos, pela editora Brasília. Nesse dicionário, há textos próprios de Silveira Bueno em que ele se posiciona teoricamente, retoma autores que se dedicaram aos mesmos estudos ora para refutá-los, ora para filiar-se a eles. Para analisar esse aspecto, retomamos a afirmação de que ele faz parte do período que Guimarães (2004) descreve como muito relevante na produção de conhecimento sobre a linguagem do Brasil:

A criação dos cursos de Letras na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) desencadeia mudanças específicas na produção de conhecimento sobre a linguagem no Brasil. (...) A partir deste momento (...) sua produção intelectual (de Silveira Bueno) assume novos contornos. (GUIMARÃES, 2004, p. 79)

A partir de então, Silveira Bueno publicou obras em que ele se posiciona com relação à língua, especialmente no campo do estudo da significação. Guimarães (2004, p. 79) dá destaque às seguintes obras: *Gramática normativa da língua portuguesa*, de 1944; *Estudos de*

filologia portuguesa, de 1946 e *Tratado de semântica geral aplicada à língua portuguesa do Brasil*, de 1947. De acordo com o autor, Silveira Bueno, na passagem de uma obra a outra, apresenta algumas diferenças com relação aos posicionamentos teóricos assumidos. Especificamente sobre a semântica, ele observa que essa questão se faz presente nas três obras, mas na gramática normativa as mudanças de sentidos são atribuídas a duas causas: as históricas, em que os movimentos sociais promovem alterações no idioma, e psicológicas, por meio das quais o “espírito humano” faz comparações entre seres e coisas e modifica as palavras. Nos seus *Estudos de Filologia Portuguesa*, não se considera, ao falar sobre as mudanças de sentido, a dualidade entre causas históricas e psicológicas, apenas há uma divisão entre o povo e o espírito humano. E na obra específica de semântica, o posicionamento teórico com relação às mudanças de significação está ligado ao psíquico e não ao social. Além das obras citadas pelo autor, destacamos também o título *Formação histórica da língua portuguesa*, cuja primeira edição data de 1955. Assim, Guimarães observa as diferentes teorias as quais Silveira Bueno se filiou em suas obras, o que podemos interpretar como desdobramentos desse sujeito-autor. A relação entre esse saber publicado em suas obras específicas de Lingüística e seus dicionários é uma das questões que estamos considerando em certos momentos da análise do *corpus*.

Por fim, poucos anos antes de sua morte em 1989, Silveira Bueno publicou um outro dicionário, o VTGP, em 1982, pela editora Brasilivros em São Paulo. Essa obra é seguida por cinco reedições, em 1983, 1984, 1986, 1987 e 1998. Em seu prefácio, há uma explanação sucinta sobre a história do tupi e uma descrição de suas características fonéticas. Esse dicionário é etimológico, portanto se encontra na série de dicionários etimológicos, a terceira. No capítulo concernente a essa série, faremos algumas considerações a respeito das obras de etimologia publicadas antes de Silveira Bueno e também sobre a tipologia dicionário etimológico.

Esse, então, é o conjunto de dicionários publicados por Silveira Bueno. Até os dias atuais, mesmo após sua morte em 1989, muitos outros dicionários têm sido publicados em seu nome. É como se seu nome passasse a ser mais uma marca de obras do que o nome de um autor, mais uma questão que estamos analisando em nosso trabalho.

3. DICIONÁRIOS ESCOLARES DE SILVEIRA BUENO: *DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA (DELP)* E MINIDICIONÁRIOS

No Brasil, por exemplo, já Rui Barbosa era leitor infatigável deles. Flaubert, que atingiu a perfeição na arte de escrever, dormia com o Dicionário da Academia debaixo do travesseiro. Aos jovens recomendava-lhes calorosamente Goutier que lessem os dicionários. Realmente, a sua leitura meditada é altamente fecunda para a atividade do espírito. (SILVEIRA BUENO, 1969, p. 3)

Passamos agora à análise dos dicionários escolares de Silveira Bueno. Conforme já afirmamos, seu primeiro escolar, o DELP, data de 1955 e suas reedições acompanharam vários períodos da história da educação brasileira, que se estenderam até os anos 80. Antes dele, outros dicionários foram dedicados ao público estudantil, e ele mostra a consolidação desse público ao trazer a marca escolar no título da obra. Sua primeira edição teve como editora o MEC. Entretanto, a partir de 1969, a sexta edição, a editora passará a ser a FENAME.

Com relação aos minidicionários, conforme já afirmamos, fazem parte de nosso *corpus* os três títulos que encontramos da obra de Francisco da Silveira Bueno em minidicionário: DESB (Ediouro, 1996); MLP (FTD/LISA, 1996); SBMLP (FTD, 2000).

As condições de produção dos minidicionários serão diferentes das obras anteriores pertencentes à série. Em uma pesquisa parcial realizada para o projeto *Documentação lingüística: arquivo, instrumentação, divulgação*¹, apoiado pela FAPESP (Processo 2006/00234-8) e realizado no IBILCE-UNESP, observamos que, nos anos 90, houve o crescente aumento de dicionário em versão mini como, por exemplo: DESB, de 1996; *Minidicionário ediouro da língua portuguesa*, de Sérgio Ximenes, de 2000 (Ediouro); *Minidicionário Gama Kury da Língua portuguesa*, de Adriano da Gama Cury, de 2002

¹ Para conhecer melhor esse projeto, consultar a página: <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/d.htm>

(FDT); *Dicionário escolar da língua portuguesa Luft*, de Celso Pedro Luft, cuja segunda edição é de 2002 (Ática). Como resultados parciais de pesquisa, observamos, primeiramente, uma diversidade de editoras atualmente que têm se dedicado à publicação de minidicionários escolares. Muitas vezes, elas publicam mais de um título ao mesmo tempo, como é o caso mostrado acima, da Ediouro. Também observamos a adaptação de dicionários já em circulação para minidicionários, como é o caso de FERREIRA (2004), *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, pela editora Posigraf, e, recentemente, pela Editora Nova Fronteira, o *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete (2004). Os minidicionários têm como característica o fato de serem menores no tamanho, com menos palavras definidas e com definições mais curtas.

Ainda com relação às mudanças nas CPs, conforme já mencionamos, na década de 90, o MEC deixa de ser uma instituição publicadora de dicionários e passa a ser uma instituição que os avalia por meio do *Guia dos livros didáticos*.

Passaremos agora à análise dos prefácios e dos verbetes.

3.1. Análise dos prefácios

Partimos agora para a explanação dos resultados de análise dos prefácios de cada uma das edições. Como já foi esclarecido, consideramos prefácio todos os textos introdutórios de cada edição, ainda que eles não tenham sido nomeados como “prefácio”. A análise foi feita uma por uma, exposta desta maneira a seguir.

A primeira edição (1955) tem seu prefácio assinado por Carlos Pasquale, diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Não há nenhuma fala que seja atribuída diretamente a Silveira Bueno, mas sim a autoria é legitimada pela instituição publicadora, o MEC. Essa é uma regularidade observada em todas as edições do DELP, que não trazem um só texto

assinado pelo próprio Silveira Bueno, a quem se atribui a autoria da obra. Todos os prefácios são assinados por algum membro do MEC ou da FENAME, ou seja, pelo corpo editorial, e a autoria é apresentada nesses textos por meio de um discurso relatado. Talvez possamos concluir que o apagamento do autor, nesse período, seja atribuído ao fato de esses dicionários, apesar publicados já nos anos 50, serem o resultado de políticas do Estado desde os anos 30 de investir na educação e na propagação de valores nacionais à população brasileira, como já discutimos no capítulo anterior. Conforme observaremos nas análises dos prefácios, é predominante os discursos sobre o que é nacional, sobre a cultura brasileira. Assim, os prefácios do DELP, mais do que apresentarem o autor, são escritos com o objetivo de trazer esses elementos de nacionalismo e justificativas, por parte do Estado, às medidas tomadas na esfera educacional.

Esse texto é dividido em duas partes, separadas por três asteriscos. A primeira parte traz uma justificativa com relação à preocupação do MEC a respeito dos livros escolares, como exemplifica o enunciado a seguir, do início do prefácio:

O intuito de propiciar ao ensino as condições de que necessita para tornar-se eficiente e oferecer aos estudantes os elementos de que carecem para aproveitá-lo devidamente conduziu o Ministério da Educação e Cultura a preocupar-se com o problema dos livros escolares. Se é certo que o Estado, por óbvias razões, não pode impor a adoção de determinadas obras didáticas, não é menos exato que incumbe ao Poder Público providenciar para que o livro escolar seja acessível aos que dele necessitam. (SILVEIRA BUENO, 1955, p. 3)

Por meio do enunciado acima, observamos que se atribui ao MEC o dever de promover as condições para que o ensino seja eficiente e aproveitável, o que justifica a preocupação com o “problema dos livros escolares”. Essa justificativa é sustentada por um discurso econômico.

Ao remetermos essa obra às suas condições de produção, conforme já mencionamos, notamos que ela foi elaborada num período em que havia uma grande preocupação, nas esferas federais, com relação ao livro didático. De acordo com Oliveira *et al.* (1984) e Nunes (2006), desde o período do Estado Novo esta questão se faz presente: “o período do Estado Novo é rico em legislações e decretos que visam a constituição do que na época se denominava, insistentemente, a ‘consciência nacional’, a ‘construção da nacionalidade’, a ‘afirmação do Estado Nacional’”. (OLIVEIRA *et. al.*, 1984, p. 34)

O decreto-lei nº 1.006 de 1938 declara que “é livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos”. No entanto, a partir de 1 de janeiro de 1940, os livros que não tivessem sido aprovados pelo MEC não poderiam ser adotados no ensino das escolas. Assim, inclui-se na relação Estado-livro didático no Brasil a relação Estado-editoras independentes. Como já foi afirmado, foi criada, por meio desse decreto, a CNLD, que tinha como propósito: analisar as obras e dar um parecer sobre elas; estimular e orientar a importação de livros didáticos; indicar algumas obras para serem traduzidas e editadas pelo governo; sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos que até então não existiam no Brasil. Eles também poderiam indicar alterações nas obras que, ao serem autorizadas, teriam uma etiqueta colocada na capa do livro, dizendo “livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação”.

No prefácio, ao remetermo-nos a todas essas condições históricas da publicação do DELP, notamos um enunciado, ainda nessa primeira parte, que trabalha como um pré-construído: “o Estado, por óbvias razões, não pode impor a adoção de determinadas obras didáticas” (grifo nosso). Ao enunciar “óbvias razões”, coloca-se como um efeito de evidência algo que também tem sua constituição histórica: a relação entre o Estado e as editoras independentes na produção de livros didáticos. Conforme já abordamos no início deste trabalho, o *pré-construído*, de acordo com Collinot e Mazière (1997, p. 189), pode ser

definido como “traços apagados de um ‘outro discurso’, não-ditos, mas inscritos no interior do discurso que se sustenta”. Aqui, observamos que a marca lingüística “óbvias razões” remete a essa história. Assim, ainda que não seja explicitada a história da relação entre o Estado e as editoras independentes no enunciado, essa marca faz emergir a tensão que existiu entre essas duas instituições no período do estabelecimento dessas leis sobre o livro didático.

Observamos, no decreto-lei nº 1.006, marcas que se referem a essa relação: a negação de que “os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros”; “livros didáticos de uso autorizado”. Assim, o que se coloca é que, desde que autorizadas, é “livre” a escolha de obras. Portanto, o discurso do prefácio de 1955 remete a essas condições históricas de produção e circulação dessas obras. É preciso acrescentar que, após a instauração desse decreto, várias discussões foram feitas a respeito da maneira como as obras se tornavam autorizadas, o que gerou algumas mudanças com relação à metodologia de avaliação dessas obras e dos períodos de análise, mostrando a estreita e tensa relação entre os grupos editoriais e o Estado nesse período.

Na primeira parte do prefácio, de 1955, é então predominante o discurso do MEC com relação ao livro didático e sua produção, sustentado por um discurso econômico. Também se justifica à sociedade os gastos com livros didáticos. Não se dirige aos alunos, e sim à sociedade como mostram os enunciados: “os livros de referência (...) são os que mais vezes faltam aos nossos estudantes”; o Departamento Nacional da Educação irá difundir-las em condições favoráveis aos estudantes” (grifo nosso). Assim, não se refere diretamente ao público estudantil já que ele é apresentado em terceira pessoa. E, como vimos, o Estado/MEC é posto como o provedor de obras, de condições financeiras para que os alunos tenham acesso a essas obras.

Além disso, o MEC também é colocado como o responsável por propagar a cultura, por promover o acesso a ela, como em “o propósito do Departamento Nacional da Educação é

(...) contribuir para a difusão dos elementos da cultura”. Assim, a imagem que se tem do dicionário é a de que ele é um instrumento de difusão cultural e que o Estado tem o dever de contribuir para que ele seja acessível. Desse modo, a imagem de um Estado provedor não é somente sustentada por um discurso econômico, mas também um discurso didático, de propagar a cultura.

A questão da autoria intelectual, da elaboração da obra, coloca-se apenas na segunda parte do prefácio:

Da elaboração do Dicionário Escolar de Português incumbiu-se o Professor Francisco da Silveira Bueno, ilustre catedrático de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que contou com a cooperação de seus colaboradores imediatos, Dra. Dinorah da Silveira Campos Pecoraro, assistente da Cadeira, Professor Felipe Jorge, catedrático de Português do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, Drs. Giglio Pecoraro e Geraldo Bressane. (SILVEIRA BUENO, 1955,p.3)

Conforme se observa, Silveira Bueno é colocado como incumbido da “elaboração” do dicionário, tendo como cooperadores a equipe acima citada. Trata-se de uma autoria nomeada, garantida e legitimada pela instituição publicadora, o MEC, por meio de um representante dessa instituição que apresenta o dicionário e apresenta seu autor. Assim, apesar de não haver um texto próprio de autor, assinado como Silveira Bueno, há um nome de autor a quem se atribui a elaboração da obra, apresentado por meio de um discurso relatado e garantida por um discurso institucional, o do MEC.

Essa autoria atribuída tem como característica o fato de serem elencadas suas filiações institucionais, o que lhe confere um efeito de autoridade do saber. O sujeito colocado como o elaborador é o detentor do saber, aquele institucionalmente “autorizado” a falar sobre a língua. Esse efeito é dado pela sua apresentação institucional, por meio de nomeações sociais: “ilustre catedrático de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras da Universidade de São Paulo”. Essa nomeação por meio de filiações, aliás, está presente desde a primeira página do dicionário, antes do prefácio.

Entretanto, apesar de haver essa atribuição de autoria a Silveira Bueno, parece mais importante no prefácio haver um discurso de Estado, por meio do qual se justificam à sociedade as medidas tomadas na educação e na produção de livros didáticos. Coloca-se o Estado como aquele que tem o dever de propagar a cultura e, assim, legitima-se a prática do Estado de divulgar, pela educação, os valores nacionais, prática vigente desde os anos 30, que continuará no período posterior, na ditadura militar brasileira.

Na segunda edição do DELP (1957), há uma regularidade com relação à maneira de apresentar o autor feita em 1955. Na primeira página dessa obra, também há uma nomeação de autoria a Silveira Bueno e todas as filiações institucionais: “Catedrático de Língua e Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. Esse enunciado, conforme já foi dito, confere ao nome de Silveira Bueno o estatuto de autoridade intelectual. Essa marca, colocada na primeira página, antes de outros textos introdutórios, é algo regular em quase todos os dicionários de nosso *corpus*. Como veremos no decorrer da análise, apenas dois dos três minidicionários analisados não terão essa marca.

Assim como a primeira edição, o prefácio não é assinado por Silveira Bueno e sim por Armando Hildebrando, diretor executivo da CNME. Seu interlocutor, como na primeira edição, também não é o estudante, já que ele também é apresentado em terceira pessoa, como exemplifica o seguinte trecho: “todos os verbos que poderiam apresentar alguma dificuldade de conjugação aos alunos (...)” (grifo nosso).

No início do prefácio, há uma remissão jurídica às leis que sustentam a Campanha nacional de material de ensino da qual faz parte o DELP:

(a obra DELP) é publicada pela CAMPANHA NACIONAL DE MATERIAL DE ENSINO, do Departamento Nacional de Educação, instituída pelo decreto n. 38.556, de 12 de janeiro de 1956, o qual visa a elaboração de obras de consulta para uso dos escolares e também à confecção e distribuição de material para o ensino áudio visual.

A obra é dedicada aos estudantes “das escolas de grau médio”. Assim, seu público leitor se restringe aos estudantes, algo em regularidade com a primeira edição.

Entretanto, apesar de muitas regularidades, há deslocamentos discursivos com relação à edição anterior. Primeiramente, a imagem de um Estado provedor permanece, mas é sustentada também por um discurso jurídico, como podemos notar acima ao citar o decreto e seus objetivos. Assim, coloca-se a lei como legitimadora desse dever provedor do Estado.

Em seguida, essa edição se desloca com relação a anterior no que se refere ao ideal de completude e perfeição de um dicionário: enquanto em 1955 no prefácio há enunciados como “(o dicionário) conterà falhas e lacunas”, nesta segunda edição há uma mudança discursiva, observada pelo enunciado “esta segunda edição, preparada com mais vagar, tem sanado todas as falhas e omissões da primeira” (grifo nosso). Assim, em deslocamento com a primeira edição do DELP, a edição de 1957 traz uma marca lingüística que remete a um ideal de completude e de obras sem falhas. Essa imagem com relação ao dicionário, segundo Orlandi (2002), faz parte do nosso imaginário sobre esse tipo de obra, como se o dicionário representasse uma língua homogênea e completa: “a representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas, de todos nós” (ORLANDI, 2002, p. 108).

No que se refere à autoria intelectual, ela é apresentada, como já afirmamos, de maneira semelhante à primeira edição:

(o dicionário) Foi elaborado pelo Professor Francisco da Silveira Bueno, ilustre catedrático de Filologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

da Universidade de São Paulo, que contou com a colaboração da Professora Dinorah da Silveira Campos Pecoraro, Assistente da Cadeira; do Professor Felipe Jorge, Catedrático de Português do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, e dos Professores Giglio Pecoraro e Geraldo Bressane. (SILVEIRA BUENO, 1957, p. 3)

Por meio do enunciado acima, é possível observar que há a atribuição da elaboração da obra a Silveira Bueno por meio da marca “foi elaborado pelo Professor”. E a legitimação dessa autoria é feita por meio das marcas que mostram a filiação institucional do autor como em 1955, o que constitui sua *posição-autor*. Também observamos um discurso relatado ao apresentá-lo, assim como na primeira edição, e a apresentação de colaboradores. Trata-se assim de uma autoria também garantida e legitimada por meio de uma discursividade institucional do MEC.

Em 1962, é publicado pelo MEC o *Dicionário escolar do professor*, que foi uma tiragem especial do DELP e reeditado no “Programa de Emergência para distribuição gratuita ao professorado primário brasileiro”. Pela pesquisa bibliográfica que realizamos, a editora a considerou a terceira edição do DELP, embora esse número não esteja presente na obra.

Seu prefácio, assinado por Darcy Ribeiro, na época ministro da Educação, tem como interlocutores os professores, mais especificamente a “professora”. Não há menção alguma feita ao elaborador da obra, apenas se fala sobre o *Programa de emergência* do MEC e as razões de sua implantação. Assim, há um silenciamento do autor como acadêmico e elaborador no prefácio, diferente das outras edições do DELP em que há a apresentação do autor, embora de maneira secundária com relação ao discurso do MEC sobre as medidas tomadas na educação.

No início do texto, é traçado um panorama geral da educação no Brasil: em torno de 8 milhões de crianças educadas por duzentas mil professoras “muitas das quais não têm sequer o curso primário completo”. E esse programa de emergência foi criado para que o MEC

“cumpra o dever básico de colocar em suas mãos bons instrumentos para o exercício patriótico de formadora de cidadãos”. Observamos aqui novamente um discurso institucional que traz a imagem de um Estado provedor, assistencialista. E também um discurso sobre a cidadania, que é definida como algo a ser adquirido por meio de uma formação, promovida pelo Estado, e não inerente a toda e qualquer pessoa.

Por meio das marcas lingüísticas acima, é possível notar que esse discurso assistencialista é sustentado por um discurso patriótico, ao enunciar “exercício patriótico”. Essa FD está ligada ao período em que a obra foi publicada, com o Estado fortalecido e a circulação de um discurso nacionalista. Outros prefácios, como já afirmamos, trazem um discurso sustentado por esse discurso do patriotismo observado aqui, embora em outros períodos, como o da ditadura militar em que há um Estado fortalecido e também a circulação de discursos nacionalistas.

A aquisição de livros, segundo o discurso ali produzido, é uma medida tomada para sanar essa “situação de extrema gravidade” que é a pouca formação dos professores. Assim:

Para fazer-lhe face, o Ministério da Educação e Cultura, além de outras providências, deliberou publicar, em tiragens de cem mil exemplares, a Biblioteca da Professora Brasileira, que compreende uma coleção de guias para orientação do ensino da leitura, de aritmética, de ciências, de estudos sociais, de música, de recreação e jogos, o Atlas Histórico e Geográfico Brasileiro e o Dicionário Escolar do Professor (SILVEIRA BUENO, 1962, p. 3)

Então, diferentemente do dicionário intitulado DELP, esta obra é dedicada apenas aos professores. No enunciado acima, observamos uma marca que designa uma antecipação imaginária a respeito das medidas tomadas pelo Estado com relação a pouca formação dos professores: “além de outras providências”. Essas “outras providências” não são especificadas, e o efeito de sentido disso é uma espécie de “abertura do discurso”. Quando o

discurso do MEC relata o fato de estar fazendo a Biblioteca da professora brasileira, há uma abertura de sentido aí, marcada pelo enunciado “além de outras providências”: o público leitor pode pensar que há outras medidas a serem tomadas. Essa é uma marca de incompletude do discurso.

Assim, de maneira geral, esse dicionário tem como característica não apresentar o autor da obra em seu prefácio, algo diferente do que ocorreu nas edições anteriores. Mas, em regularidade com aquelas edições, a autoria é atribuída na primeira página, seguida das filiações institucionais.

A quinta edição do DELP (1965) foi publicada ainda pelo MEC tem um prefácio dotado de diversas regularidades discursivas com relação aos dicionários anteriores. O prefácio é assinado por um membro da instituição publicadora, no caso Heloísa Araújo, diretora executiva da CNME. O discurso prefacial, assim como nas outras edições, também não se dirige diretamente aos estudantes, que são referidos em terceira pessoa, como mostra o enunciado: “a atual edição, entrega ao estudante brasileiro” (grifo nosso).

A autoria intelectual da obra também é apresentada por meio de uma discursividade institucional, num discurso relatado. Entretanto, há um deslocamento de sentido com relação à maneira como essa apresentação se inicia: “a elaboração deste dicionário foi confiada ao eminente Professor Francisco da Silveira Bueno (...)”. Ao utilizar o verbo “foi confiada”, uma interpretação possível é a de que essa obra foi encomendada, que alguma instituição ou alguém deixou a cargo dele realizar a obra. Nas outras edições, podemos interpretar que a obra foi encomendada pelo fato de haver prefácios escritos por representantes do MEC que apresentam esse autor elaborador e não assinados pelo próprio autor lexicógrafo. Entretanto, aqui esse sentido é marcado também por uma marca lingüística, no caso o verbo na passiva “foi confiada”.

Outro deslocamento discursivo com relação aos dicionários anteriores foi o fato de se constatar a qualidade da obra pela aceitação pública que ela teve: “a excelência da obra se evidencia pela sua ampla aceitação, que as edições em elevadas tiragens, possivelmente as maiores já realizadas no campo editorial brasileiro, confirmam de sobra”. Assim, a qualidade da obra não está diretamente relacionada à autoridade intelectual do autor elaborador, mas sim à intensa circulação da obra. Nas edições anteriores, embora esteja presente a questão quantitativa de tiragens, não há atribuição da qualidade da obra pela aceitação pública como foi feito aqui.

Em 1969, é publicada a sexta edição do DELP, agora tendo como instituição publicadora a FENAME. O prefácio é assinado por Humberto Grande, diretor executivo dessa fundação. Ele também assina os prefácios da 8ª e 9ª edições, que compõem o nosso *corpus*. A 7ª edição que, segundo nossa pesquisa bibliográfica, foi publicada em 1970 pela FENAME não foi localizada e por isso não foi analisada aqui.

No prefácio de 1969, o discurso predominante é sobre a cultura. Ainda há a imagem de um Estado provedor, mas não há mais o discurso econômico e assistencialista como nos prefácios das primeiras edições. O Estado, de acordo com o discurso predominante, tem como dever “contribuir para a fundamentação filosófica da cultura brasileira”.

O primeiro parágrafo traz o que seria o objetivo da FENAME e a justificativa para a publicação de obras de consulta, às quais inclui o DELP:

Procura a Fundação Nacional de Material Escolar imprimir sentido cívico nas suas publicações de obras de consulta, como Atlas, Antologias, Dicionários, Enciclopédias, Gramáticas, Guias Metodológicos, e Cadernos Mec, para fortalecer, não só na juventude como no povo, o desejo de fazer grandes coisas, e deste modo, afirmar a autêntica cultura brasileira. Esta, em ampla conceituação, pode ser compreendida como a cultura universal, assimilada por nós, com profunda vivência das nossas realidades, capaz de expressar a alma da nacionalidade ascendente. (SILVEIRA BUENO, 1969, p. 3)

Conforme podemos observar acima, primeiramente se define o que seria o objetivo da FENAME: “imprimir sentido cívico nas suas publicações”. Depois, há uma conceituação do que é a cultura: “cultura universal”, “capaz de expressar a alma da nacionalidade ascendente”, afirmada pelo desejo de “fazer grandes coisas”. Outras marcas lingüísticas mostram qual é a imagem de cultura que prevalece nesse discurso: cultura como “expressão espiritual”, por meio da qual “a nossa gente possa exprimir o seu modo próprio de sentir, pensar e agir”. E o Estado é posto como quem tem como dever promover o acesso a essa cultura.

Esse discurso sobre a nacionalidade também pode ser relacionado com o ensino de Educação Moral e Cívica nesse período. Embora ela esteja presente no ensino do Brasil desde o final do século XIX, a partir do período de Vargas, ele adquiriu um contorno nacionalista de adoração aos símbolos nacionais. E, de acordo com Souza (*apud* VARELLA, 2005), no período militar essas aulas tinham um caráter de enaltecimento do país:

Antigamente as escolas eram mais austeras, ancoradas em preceitos morais. Os amores à Pátria e à Nação eram considerados importantes para a construção de uma identidade nacional. (SOUZA, 2006, *apud* VARELLA, 2005)

No prefácio, há também um imaginário de língua ligada a essa cultura: seu “cultivo” é posto como elemento de construção dessa cultura. E ela é nomeada durante o prefácio como “idioma pátrio” e “idioma nacional”, marcas estas que mostram um discurso patriótico, nacionalista sobre língua. Em seguida, há citações do “Patriarca da independência”, de Otávio Mangabeira, de Bilac, todas exaltando a língua portuguesa. Nesse discurso, defender a língua é defender a pátria, como veremos a seguir.

O Estado, então, é colocado como aquele que tem a incumbência de incentivar esse cultivo do “idioma pátrio”. Entretanto, não há uma justificativa permeada pelo discurso

econômico ou pelo discurso jurídico para que ele tenha esse dever, como nos primeiros prefácios analisados. Um exemplo disso é o enunciado a seguir: “tendo em vista todos esses expressivos fatos, a Fundação Nacional de Material Escolar considera o amor ao idioma Pátrio um imperativo de primeira ordem. Assim já publicou (...)”.

Sobre a imagem do público leitor, observamos o fato de a juventude não ser incluída na noção de povo, por ser tratada separadamente no enunciado “não só na juventude como no povo”. Não há a definição do que seria povo, mas nele não são incluídos os jovens. E também, como é possível notar por meio dessas marcas, o público-leitor visado é amplo, não é apenas composto de estudantes, da juventude.

Retomando a questão do discurso do “cultivo da língua”, observamos que ele é sustentado também por um discurso religioso. Por meio do próximo enunciado, é possível notar essas marcas:

Bendito seja! Exaltemo-la! Honra-la é honrar pai e mãe que no-la transmitiram com seu sangue. Tenho dito. Tenho dito com toda a minha alma. Não há por que não dizer mais uma vez. Defende-la, preserva-la é preservar, é defender a pátria. (SILVEIRA BUENO, 1969, p. 2)

Esse enunciado mostra, além de um grande apelo patriótico, como em “defender a pátria”, marcas que nos remetem a um discurso religioso, mais especificamente a um discurso bíblico: “bendito seja”, “honrar pai e mãe”, este último relacionando aos dez mandamentos do Antigo Testamento Bíblico. Essa relação entre o discurso patriótico e o religioso também é marcado no final do prefácio, no seguinte enunciado: “tenhamos fé neste Brasil que patrioticamente desejamos construir!”.

Com relação à marca de autoria intelectual, de apresentação do elaborador da obra, novamente isso é feito por meio de um discurso institucional, relatado, em que o nome de Silveira Bueno é citado seguido de todas as suas filiações institucionais, que produzem um

efeito de autoridade intelectual: “o êxito alcançado pelo Dicionário Escolar da Língua Portuguesa deve-se ao culto Professor Francisco da Silveira Bueno, Catedrático da Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (...)” (grifo nosso). Observamos nesse enunciado, além das filiações institucionais, a marca “culto Professor”, que nos remete à cultura que, como vimos, é marcada nesse prefácio por meio de um discurso de exaltação dessa cultura. Essa marca também traz um efeito de autoridade para Silveira Bueno, por colocá-lo em consonância com os objetivos da instituição publicadora.

A 8ª e a 9ª edição, como já mencionamos, trazem esse mesmo texto, mas com uma introdução inédita, ambos num formato de um só texto. Como já analisamos a segunda parte do texto, tivemos inicialmente como guia de análise a seguinte pergunta: por que o acréscimo de um novo texto? O que ele traz de regularidade ou deslocamento com relação à segunda parte do texto?

Assim como a segunda parte do texto, a primeira traz também um discurso patriótico de defesa da cultura. Entretanto, esse discurso é mais sustentado pelo discurso jurídico e há o acréscimo de mais um elemento que faz parte da construção dessa cultura: o trabalho e o discurso sobre a cidadania.

Já no primeiro parágrafo, é possível observar esse discurso jurídico, pois ele é iniciado pela citação de uma lei em que se define os objetivos do ensino de 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio:

Dispõe o art. 1.º da Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971: “O ensino de 1.e 2.graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificando para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (SILVEIRA BUENO, 1973)

Notamos que o trabalho, agora elemento de sustentação desse discurso sobre a cultura, é sustentado por meio de um discurso jurídico, especificamente o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5692.

Conforme já mencionamos, no discurso sobre o trabalho, a imagem que se constrói é a de que, por ele, um povo “desenvolve sua cultura”. Ele é definido também como algo por meio do qual se “toma posse efetiva do seu território”, “molda sua civilização”, “disciplina e educa”. Os “povos trabalhadores” são os “povos mais virtuosos e felizes, aqueles que constroem a prosperidade das nações e a grandeza da pátria”. O que se analisa aqui é a imagem do trabalho como algo que traz virtude, felicidade, disciplina, educação, o que nos mostra que esse discurso é atravessado também pelo discurso da moral. Além disso, observamos o discurso nacionalista, assim como no texto de 1969, mas agora aliado ao discurso sobre o trabalho.

Com relação ao discurso da moral, trazemos aqui um outro exemplo de como ele se constitui. Trata-se do enunciado a seguir:

(...) temos de vitalizar uma filosofia de trabalho otimista (...) e não uma filosofia de decadência, pessimismo e aniquilação que agora domina certos povos. É triste ver nos nossos tempos uma mocidade envenenada por idéias negativistas que negam a significação do esforço, do trabalho e da criação. Nós, brasileiros, precisamos de outra filosofia, de uma filosofia que nos ajude a viver e a vencer, nunca esquecendo que pelo trabalho o homem, realmente, se torna o Rei da criação. (SILVEIRA BUENO, 1973, p. 1)

Acima, observamos o discurso da moral por meio das marcas “é triste ver (...) mocidade envenenada por idéias negativistas”, “pelo trabalho o homem, realmente, se torna o Rei da criação”. Essa faz parte, então, de uma regularidade deste prefácio.

A 10ª edição, publicada pela FENAME também, não foi localizada, portanto, não faz parte de nosso *corpus*, mas a 11ª sim. Nela, há apenas um texto, intitulado “apresentação”,

sem ninguém que o assine. Ele se coloca como continuação do atendimento ao ensino do 1º e 2º graus e tem como público leitor “professores e alunos” que terão com o dicionário “material para consulta e estudo do nosso idioma”.

A apresentação do autor elaborador não é feita nesse texto como anteriormente, nomeando suas filiações institucionais. Ele apenas é citado como aquele que adotou critérios que ainda são seguidos na elaboração do dicionário, como podemos observar no seguinte enunciado:

Segundo o critério de seleção adotado pelo autor, Prof. Silveira Bueno, os verbetes registram os elementos vocabulares básicos da língua, incluindo gírias e neologismo já consagrado pelo uso, bem como termos científicos e técnicos indispensáveis ao conhecimento do público a que se destina. (SILVEIRA BUENO, 1980, p. 3)

Isso já mostra uma apresentação de autor de maneira diferenciada do resto da série. Apesar de a autoria ser atribuída a Silveira Bueno, por meio da marca “o autor, Prof. Silveira Bueno”, isso não é feito por meio de um discurso institucional da editora publicadora, no caso a FENAME. Ela é citada apenas no final do prefácio como aquela que contribui “a preço acessível, para a melhoria dos padrões editoriais”. Talvez possamos concluir que ela marque a passagem entre os dicionários escolares aos minidicionários, em que, conforme veremos, o nome de autor, de maneira geral, passará a fazer parte do dicionário mais como uma marca do que como um autor elaborador, um autor lexicógrafo.

Passamos agora à análise dos minidicionários. Conforme já discutimos, eles são produzidos em condições bem diferentes das que foram publicadas o DELP. O Estado, antes centralizado e com o intuito de divulgar idéias nacionalistas e patrióticas, agora é descentralizado e as editoras passam a ser as únicas produtoras de materiais didáticos. O *Guia dos livros didáticos*, produzido pelo governo federal, com seu conjunto de especialistas,

avaliam as obras ano a ano e esse guia é mandado para as escolas. Entretanto, não há imposição alguma feita aos professores, pois eles podem escolher até os livros não considerados adequados por esse guia. E os dicionários são também avaliados nesse guia.

O primeiro analisado, o MLP, de 1996, não tem um prefácio. A autoria, em nome de Silveira Bueno, é apresentada apenas na capa e na ficha catalográfica. O mesmo ocorre com o SBMLP, de 2000.

Apenas o minidicionário da Ediouro, o DESB, traz um prefácio e também as filiações institucionais na primeira página, algo regular nas obras anteriores: “Francisco da Silveira Bueno. Catedrático de língua e Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. Sua edição é marcada como a 24^a, o que nos causou estranheza num primeiro momento, já que realizamos uma rigorosa pesquisa bibliográfica e não tivemos notícia das vinte e três edições anteriores da versão mini. Nossa hipótese é a de que esse dicionário, embora numa versão mini, seja colocado como uma continuação do escolar e todas as suas reedições e tiragens lançado pelo MEC em 1955.

Entretanto, observamos que o dicionário traz um prefácio assinado por Silveira Bueno, um deslocamento com relação às outras obras escolares publicadas até então que, como vimos, têm a autoria apresentada pela instituição publicadora, o MEC ou FENAME. Este dicionário é, então, o único da série a apresentar o autor dessa maneira.

O prefácio é dedicado aos estudantes, embora eles não sejam os interlocutores, assim como observado nos prefácios do DELP, pois são também referidos em terceira pessoa como no seguinte enunciado: “que esse DICIONÁRIO ESCOLAR SILVEIRA BUENO ajude a despertar, em cada aluno de nossas escolas (...)” (grifo nosso).

Com relação ao discurso assistencialista, observamos que aqui ele não se apresenta. O dicionário é apresentado por meio de suas características e público visado e não há marcas que remetam a um discurso econômico ou de propagação da cultura.

Interessante notar o seguinte enunciado, em que ele especifica o grau intelectual da maioria dos estudantes que consultam sua obra:

(...) o DICIONÁRIO ESCOLAR SILVEIRA BUENO parece-nos adequado e suficiente às necessidades de consulta do grau intelectual em que se encontra o contingente maior dos estudantes. (...) Quando o desenvolvimento intelectual dos consulentes estiver em esfera maior, poderão recorrer a outros dicionários da nossa autoria, de modo especial ao Grande Dicionário Etimológico e Prosódico em 8 volumes. (SILVEIRA BUENO, 1996, p. 3)

Primeiramente, encontramos uma marca de autoria inédita na série, conforme já afirmamos anteriormente: “nossa autoria”. Assim, o enunciador do prefácio é aquele que se coloca como autor, não é apresentado por meio de um discurso institucional, num discurso relatado.

Depois, quanto ao “desenvolvimento intelectual” do público leitor, os estudantes aos quais a obra é dedicada é posto como dotado de um grau intelectual ainda em desenvolvimento. Isso nos leva a crer que o lexicógrafo realize um recorte de palavras a serem definidas e também, que suas definições serão diferentes das do DELP, por exemplo, que não foi dedicado exclusivamente a estudantes.

Com relação à autoria, a questão principal despertada pelo enunciado acima é: por que ao recomendar uma obra para quando os estudantes tiverem um maior grau intelectual se recomenda o dicionário etimológico? Por que não o DLP ou os outros escolares? Isso nos indica que há uma diferença bem marcada de públicos aos quais se dedicam suas obras lexicográficas de acordo com o grau intelectual. Para os estudantes, cujo intelecto ainda estaria em desenvolvimento, as obras dedicadas são os dicionários escolares; para estudos mais avançados, é o dicionário etimológico sua recomendação especial.

Ao observar a relação entre os dicionários da série, notamos algo diferente com relação às outras séries analisadas: das três obras, duas têm o nome de Silveira Bueno não só

na marcação de autor, mas sim incorporado no título da obra, fazendo parte do nome do dicionário. O DESB (1996) é o único da série que, apesar de ter o nome de autor no título, têm um prefácio assinado por ele e, na primeira página, um efeito de autoridade atribuído a esse nome por meio das instituições das quais ele faz parte. No minidicionário de 2000, isso não acontece: não há prefácio e o nome do autor está incorporado no título. Nessa edição, em especial, há uma outra característica: na capa, não há o nome de Silveira Bueno como autor, há apenas o nome da obra. Silveira Bueno como nome de autor aparece apenas na ficha catalográfica. Isso se explica pelo fato de haver uma injunção a um nome de autor na estrutura fixa de uma ficha desse tipo.

Nessas duas obras, o funcionamento discursivo que se observa é o de que o nome Silveira Bueno deixa de ser apenas o autor, mas sim passa a designar uma marca de dicionários, uma série de dicionários publicados por esse nome. Um exemplo disso é um dicionário de inglês com o nome de Silveira Bueno, o *Minidicionário inglês-português português-inglês e verbos*, o que sabemos, por meio de nossa pesquisa, que nunca foi um tipo de trabalho feito pessoalmente por Silveira Bueno.

Assim, há uma mudança na autoria desses dicionários, algo que se verifica não só nos minidicionários de Silveira Bueno, mas em outros também como o *Minidicionário Gama Cury da língua portuguesa*, de Adriano da Gama Cury, de 2002 (FDT), por exemplo. Em muitos casos, a autoria é atribuída a um conjunto de lexicógrafos em seus prefácios. Trata-se, então, de uma autoria coletiva, e o nome de autor passa a ter um funcionamento com marca de dicionários. Entretanto, não se pode dizer que o nome de Silveira Bueno deixa de ser o autor. O que temos aqui é a mudança com relação ao imaginário de autoria. Se antes temos o nome de Silveira Bueno como principal elaborador, com uma equipe auxiliar, nos minidicionários temos a presença de uma equipe que é responsável pela elaboração da obra e que, portanto, podem também ser considerados os autores. O nome de Silveira Bueno passa a funcionar

como uma marca, mas isso não indica que ele deixou de ser autor: apenas funciona imaginariamente de uma outra maneira. É possível que esse funcionamento de nome de autor como marca e o fato de os dicionários serem produzidos coletivamente por uma equipe caracterizem uma política editorial atual de dicionários. Entretanto, como analisamos apenas os dicionários de Silveira Bueno, não temos mais elementos para trabalhar tal questão.

Ao refletir sobre as razões desse deslocamento discursivo da autoria que passa de nome de autor para marca de dicionário, retomamos as condições de produção da produção lexicográfica brasileira para essa compreensão. No período em que há um Estado fortalecido, em que há em circulação de discursos nacionalistas e a vigência da ditadura militar no Brasil, há uma autoria dos dicionários escolares ligada ao Estado, e o autor é apresentado por um representante desse Estado. A partir dos anos 80, período em que há o fim da ditadura, há uma maior abertura para a circulação de discursos liberais, e o Estado passa a não ter a mesma força anterior. Como um exemplo disso, como já foi dito, o Estado passa a avaliar as obras didáticas de editoras independentes e deixa de ter o controle sobre a produção dessas obras. Essa pode ser uma razão apontada para esse deslocamento discursivo da autoria dos dicionários escolares.

Há também o fato de o nome de Silveira Bueno ser atribuído a uma tradição lexicográfica, reconhecida e já aceita pelo público. Trazer o nome de Silveira Bueno mostra uma invocação dessa memória de produção lexicográfica do autor como um efeito de autoridade para a obra. O nome de Silveira Bueno seria um indicador de tradição, de memória, de qualidade do dicionário. Vale lembrar aqui que o imaginário de autor é algo que faz parte da tradição lexicográfica brasileira: muitas obras lexicográficas são reconhecidas aqui pelo nome de seus autores. Temos como exemplo os dicionários Aurélio, Houaiss, Michaelis, Aulete, todos popularmente conhecidos pelo nome de seus autores. Isso se dá diferentemente de outras tradições lexicográficas como a francesa e a espanhola, por exemplo,

em que há uma tradição de elaborar dicionários por suas academias literárias. Isso não vigorou no Brasil, o que mostra uma razão possível pela qual o nome de autor tenha tal estatuto.

Assim, o que muda aqui é o imaginário de autor: a equipe editorial, por ser elaboradora da obra, pode ser considerada a autora, no caso uma autoria coletiva do dicionário. Já o nome de Silveira Bueno passa a circular de maneira diferente, como uma marca, como uma distinção daquela série de dicionários que tem seu nome. Silveira Bueno passa a designar uma certa tradição lexicográfica, uma memória, uma autoridade para a obra.

3.2. Análise dos verbetes

Após a exposição dos resultados de análise dos prefácios, passamos agora à análise dos verbetes. Antes de discorrermos sobre o enunciado definidor, realizamos algumas considerações a respeito da repetição da nomenclatura e de verbetes entre as edições. Logo após, falamos sobre algumas considerações teóricas que seguimos na análise de definições de dicionários, a fim de situarmos ainda mais a maneira como nosso trabalho foi realizado. Em seguida, fazemos algumas observações gerais no que se refere ao verbete e também sobre as mudanças que encontramos de uma edição a outra. Por fim, escolhemos alguns domínios temáticos para analisarmos a definição.

Com relação às séries de verbetes, o que observamos é que algumas delas são cópias idênticas das edições anteriores. Para esclarecer melhor as cópias e as mudanças, organizamos essas informações no seguinte quadro:

EDIÇÃO	REPETIÇÃO	MUDANÇA
1ª. edição (1955)	Não há nenhuma edição que copie esses verbetes.	Da 1ª edição para a 2ª, há variações.
2ª. edição (1957)	São idênticos os verbetes da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª edições.	Haverá alterações na 8ª edição. Obs.: a 7ª. edição não está no <i>corpus</i>
8ª. edição (1973)	A 9ª. edição traz verbetes idênticos.	Na 11ª edição haverá mudança. Obs.: a 10ª edição não está no nosso <i>corpus</i> .
11ª edição (1976), 4ª tiragem em 1980.	Há repetição entre as tiragens da 11ª edição.	Apenas em dois verbetes há mudanças com relação a 8ª. e 9ª edições
<i>Minidicionário da língua portuguesa</i> – MLP (1996)	O SBMLP - <i>Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa</i> traz definições idênticas, apenas acrescentando a separação silábica.	O <i>Dicionário escolar Silveira Bueno</i> – DESB traz outra nomenclatura.
<i>Dicionário escolar Silveira Bueno</i> – DESB (1996)	Não há nenhuma edição que copie esses verbetes.	Esse minidicionário traz a nomenclatura diferente da dos outros minidicionários.

Por meio desse quadro, é possível visualizar bem a questão das edições que se repetem e as que propõem mudanças, que serão discutidas no decorrer da análise. É importante

esclarecer tais pontos, pois, se há cópias, a análise de uma edição vale também para as outras que a copiam, como já esclarecemos na análise dos prefácios repetidos.

Antes de partirmos para a análise, é preciso lembrar que muitas dessas definições são retomadas de outros dicionários portugueses e brasileiros anteriormente publicados, inclusive do dicionário de Moraes, que será citado adiante. É comum, na prática lexicográfica, algumas definições serem repetidas. Isso porque a elaboração de dicionários é feita com base em outros já existentes, com as modificações pertinentes aos critérios de elaboração do lexicógrafo. Isso faz com que esses discursos definidores tenham uma circulação entre uma obra e outra, ainda que de autores e períodos diferentes. Isso pode ser observado ao comparar os verbetes analisados aqui com os analisados em outros trabalhos anteriores, como em Nunes (2003) e Giacomini (2005).

Com relação à parte teórica, vamos retomar alguns conceitos já discutidos neste trabalho e trazer outros que mobilizamos para a realização de nossa análise.

Collinot e Mazière (1997), ao considerar o dicionário como um discurso, propõem uma análise discursiva da definição lexicográfica, que é chamada de *enunciado definidor*. Para eles, quando uma definição varia em sua forma sintático-enunciativa, essa variação traz novos efeitos de sentido, diferenças no discurso desse dicionário.

De acordo com Nunes (2003), quando estudamos os enunciados definidores, devemos observar a maneira como eles se remetem às posições ideológicas e as formações discursivas que correspondem a essas posições. Dessa maneira, trabalhamos na análise dos verbetes.

Começaremos a expor a análise a partir da primeira edição do DELP de 1955, a primeira edição dos dicionários escolares.

Com relação à estrutura geral do verbete de 1955, observamos que ele segue a seguinte regularidade, que também é regular em todas as edições pertencentes à série de dicionários escolares: palavra-entrada, marcação gramatical, (marcação de domínio de especialidades

quando há) acepção 1; acepção 2 (...) locução 1: acepção da locução 1; acepção 2: locução da acepção 2 (...). Como exemplo, trazemos a definição da palavra *pá*:

DELP (1955) **Pá**, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção; parte mais larga e carnuda da perna das reses; - direita: pá própria para cavar ou lavar terra; da – virada (fam.): estouvado; impetuoso.

De maneira geral, nos verbetes, observamos que as definições são concisas: não trazem dados etimológicos, nem transcrição fonética, separação silábica. Também não há exemplos, nem literários, nem elaborados pelo lexicógrafo. Ele também agrupa num mesmo verbete nomes compostos, como observamos acima, em que há “pá direita” e “da pá virada” no mesmo verbete de pá. Tudo isso mostra a preocupação com a concisão da obra. Isso se deve pelo fato de o dicionário ter uma nomenclatura média, portátil, com apenas um tomo, pelo fato de ele ser destinado à circulação escolar.

Observamos que há um silenciamento da posição do autor pelo fato de não haver comentários, diferentemente das definições do dicionário etimológico. Esse silenciamento também é observado por não haver exemplos.

Com relação às marcações de domínios de especialidade, há algumas nos verbetes de todas as edições, com algumas mudanças de uma para outra. Encontramos domínios como *familiar*, *gíria*, *figurativo*, como, por exemplo, na definição de *pacote*: “**Pacote**, s. m. pequeno fardo; embrulho; pl. (gír.) dinheiro de papel” (grifo nosso). Isso mostra uma preocupação com o uso da palavra em suas diversas situações. Entretanto, nem sempre a especialidade de cada definição é feita por meio de uma marcação entre parênteses, seguindo a estrutura acima citada. Algumas vezes há a marcação de domínio no corpo da definição, como mostra o exemplo:

DELP (1955) **Paco**, s. m. nome que na gíria dos ladrões se dá ao pacote de papéis velhos que simulam notas do Tesouro, em geral cobertos por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário. (grifo nosso)

Porém, na segunda edição (1957), há uma transformação de tal marca no discurso definidor do mesmo verbete:

DELP (1957) **Paco**, s. m. (gíria de gatunos) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário. (grifo nosso)

O que observamos, por meio do exemplo acima, é que a marcação de uso *gíria*, antes inserida no corpo do verbete, agora tem uma marca de domínio de especialidade entre parênteses. Isso indica uma tendência do DELP. É possível que em outras definições haja esse gesto de especificar cada vez mais as definições por meio de marcas de especialidade. Entretanto, para realizar tal afirmação seria necessário analisar outros verbetes além do nosso *corpus*, pois este foi o único caso encontrado na nossa amostragem.

Uma outra questão observada foi o fato de este dicionário, em nenhuma das suas edições, trazer a marca de especialidade *brasileirismo*, como ocorre em outros dicionários anteriores a ele, da mesma época e posteriores. Esse é um ponto polêmico na lexicografia brasileira, pois, ao marcar uma palavra como *brasileirismo*, a perspectiva adotada é a de que o português de Portugal é o padrão e os *brasileirismos*, complementos a esse padrão. Essa noção de *brasileirismo*, de acordo com Nunes (1998), surgiu no século XIX para diferenciar o léxico brasileiro do português. Nas décadas de 20 e 30 do século XX, Laudelino Freire, em seu projeto de dicionário da ABL, propunha que não se marcasse as palavras dessa maneira, o que se tornou um dos motivos de seu rompimento com a academia. Alguns dicionários da mesma época do de Silveira Bueno traziam essa marca. É o caso do *Dicionário da língua portuguesa*

(1961-1965), de Antenor Nascentes e o *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (1ª edição brasileira em 1957), de Caldas Aulete. Hoje em dia, temos como exemplo o dicionário de Ferreira (1ª edição 1975). Assim, ainda que publicados no Brasil, muitos dicionários trazem essa marca. O DELP não a traz, e isso pode ser uma marca que remete ao ideal de nacionalismo que faz parte as condições de produção da obra. Ao não marcar brasileirismos, a perspectiva que se tem é que a língua que ali é retratada é o português brasileiro, portanto, não há necessidade de fazer a diferença com o português europeu.

Uma outra mudança entre as edições é o fato de haver acréscimos de acepções no domínio jurídico e da química, como mostram os seguintes verbetes presentes em nosso recorte:

DELP (1955 - 1ª ed.): **P**, s. m. Consoante bilabial, explosiva, surda, décima-quinta letra do alfabeto; abreviatura de padre; em Música, piano; nas datas pp. Significa próximo passado e, em Música, pianíssimo.

DELP – (1957 - 2ª. ed.): **P**, s. m. Consoante bilabial, explosiva, surda, décima-quinta letra do alfabeto; abreviatura de padre; em Música, piano; nas datas pp. Significa próximo passado e, em Música, pianíssimo; abreviatura de pede, no fecho dos requerimentos; símbolo químico do fósforo (deriv. De phosphorus). (grifo nosso)

DELP – (1955 - 1ª ed.): **Paciente**, adj. 2 gên. Resignado; sofredor; manso; s. 2 gên. Pessoa que padece ou vai padecer; doente; (Gram.) o que recebe a ação de um agente.

DELP – (1957 - 2ª. ed.): **Paciente**, adj. 2 gên. Resignado; sofredor; manso; s. 2 gên. Pessoa que padece ou vai padecer; doente; (Jur.) aquêle em favor de quem é impetrado hábeas corpus; (Gram.) o que recebe a ação de um agente. (grifo nosso)

Como se pode notar na primeira dupla, que define *p*, as acepções da primeira edição que se referem à definição da letra *P* permanecem. Entretanto, há o acréscimo de duas acepções na segunda edição: a primeira, pertencente ao domínio jurídico (“abreviatura de pede, no fecho dos requerimentos”); a segunda, ao domínio da química (“símbolo químico do

fósforo”). Na segunda dupla, há o mesmo processo: mantém-se as acepções anteriores, mas é acrescida uma nova acepção, do domínio jurídico (“(Jur.) aquele em favor de quem é impetrado *habeas corpus*”).

Na oitava e na nona edição, há o acréscimo dos seguintes verbetes, única mudança entre essas edições e a segunda edição (da qual, como já vimos, são cópias a 3^a, 4^a, 5^a e 6^a):

DELP (1973) **Pa**, (Quím.) Símbolo do protactínio.

DELP (1973) **Paco** (gr. Pakkos), elem. de composição com o sentido de espessura: pacômetro.

DELP (1973) **Pacômetro**, s. m., Instrumento usado para medir a espessura dos corpos.

Como observamos acima, há uma regularidade nas mudanças entre as edições: o acréscimo de palavras e/ou acepções de domínios específicos: o jurídico e o da química. Isso mostra uma tendência a trazer, cada vez mais, definições desses domínios específicos.

Ainda com relação à mudança entre a primeira e a segunda, encontramos mais uma que não constitui uma regularidade em nosso *corpus*, pois foi o único caso encontrado na amostragem, então será apenas citada:

DELP (1955 - 1^a ed.): **Pacamão**, s. m. peixe fluvial, conhecido em Goiás por manguriú.

DELP (1957 - 2^a ed.): **Pacamão**, s. m. peixe fluvial, conhecido também pelo nome de manguriú. (grifo nosso)

O que observamos na dupla de verbetes acima é a passagem de uma definição específica com relação ao lugar geográfico de uso do sinônimo *manguriú* para uma

generalização, por meio da retirada da marca “Goiás” e do acréscimo de “conhecido também”.

Com relação à 11^a edição do DELP, apenas duas mudanças foram encontradas com relação às edições anteriores, em apenas dois verbetes, a saber:

DELP (1973): **pacificador** (ô), adj. E s. m. Que, ou aquele que pacifica.
Pacificador (ô), adj e s. m. Aquele que pacifica.

DELP (1976): **pacificador** (ô), adj. E s. m. Que, ou aquele que pacifica.

DELP (1973): **Paco**, s. m. (gíria de gatunos) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário.

DELP (1976): **Paco**, s. m. Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário. (gír. de gatunos)

Conforme observamos nas duplas de definições acima, no primeiro caso, na definição de *pacificador*, em vez de duas definições, em 1976 passa a ser apenas uma, o que mostra uma tendência à concisão nas definições. Já no caso de *paco*, a mudança é apenas na posição da marcação de domínio *gíria*, que passa a ficar por último. Como são as duas únicas alterações entre a edição de 1976 e a de 1973, não consideramos que haja deslocamentos discursivos, nem que essas pequenas alterações sigam alguma regularidade.

Com relação à passagem dos dicionários maiores para os menores, os minidicionários, foi aqui que encontramos maiores mudanças. Por passar de um dicionário grande para um bem reduzido, muitas palavras-entradas foram eliminadas, algumas dentro de domínios temáticos inteiros, como o dos grupos indígenas, por exemplo. Outros verbetes, embora continuassem a fazer parte da nomenclatura do dicionário, tiveram uma redução nas definições. Passamos agora a analisar essa mudança dos DELP para os minidicionários.

Primeiramente, observamos uma grande mudança no formato do dicionário. Os DELP que temos em nosso *corpus* são todos dicionários grandes, alguns de capa dura, bem diferente dos formatos reduzidos e leves dos minidicionários. Com relação ao número de verbetes, houve uma grande mudança também. A edição de 1972, por exemplo, tem cerca de 88.000 verbetes¹. O DESB, de 1996, traz uma estimativa de 40.000. O MLP e o SBMLP trazem ambos uma média de 50.000 verbetes. Trata-se assim de uma grande mudança com relação à redução de verbetes definidos.

O que nos chamou a atenção desde o início é o fato de, entre os minidicionários, dois, o MLP e o DESB, serem publicados no mesmo ano, 1996, e terem *nomenclatura* diferente. Como vimos na análise dos prefácios, um deles tem um prefácio assinado por Silveira Bueno e o outro não tem nenhum texto introdutório. Assim, uma das questões de análise foi: o que há de diferente entre esses dois minidicionários? E quais são os diferentes efeitos de sentido gerados por essa diferença? Entretanto, primeiramente abordaremos aspectos gerais que diferenciam os DELP e os minidicionários para, depois, discutirmos essa questão.

O primeiro aspecto que observamos é com relação à redução de verbetes. A nossa questão era saber se essa retirada de verbetes seguiu alguma regularidade e qual. O que observamos foi que, entre as palavras que havia no DELP e que foram suprimidas nos minidicionários, grande parte delas seguem uma regularidade com relação ao domínio temático ao qual pertencem. No MLP², observamos que, das palavras que pertenciam a nossa amostragem e que foram suprimidas, 40% pertencem ao domínio de atributos humanos, como *pabulagem*, *pabular*, *pachecada*, *pacholice* e 28% a domínios de plantas e animais, como *pacamão*, *pacapeua*, *pacarana*. No DESB, 45% são de animais e plantas, mas apenas 9% de atributos. Os outros domínios são pertencentes a: grupos indígenas, como *pacaá*, *pacajá*;

¹ No prefácio, não há o número de verbetes do dicionário, portanto este número foi baseado numa estimativa feita da seguinte maneira: multiplicamos a média de verbetes por página pelo número de páginas em que há definições e chegamos a 88.000 verbetes.

² É preciso lembrar que, conforme já afirmamos, os verbetes presentes no MLP são os mesmos presentes no SBMLP; portanto, a análise de um vale também para o outro.

química, como *pa*; objetos, como *pacau*, *pacará*. Assim, o que há de regular entre os dois minidicionários é a questão das plantas e animais.

Em seguida, observamos os verbetes que continuaram a ser definidos, no entanto tiveram suas definições reduzidas. Trazemos como exemplo os seguintes verbetes, organizados nas seguintes séries:

Definição de *p*:

DELP (a partir da 2ª edição - 1957): **P**, s. m. Consoante bilabial, explosiva, surda, décima-quinta letra do alfabeto; abreviatura de padre; em Música, piano; nas datas pp. Significa próximo passado e, em Música, pianíssimo; abreviatura de pede, no fecho dos requerimentos; símbolo do fósforo (deriv. de phosphorus). (grifo nosso)

MLP (1996); SBMLP (2000); DESB (1996): **P**, s. m. Consoante bilabial, oclusiva, surda, décima-quinta letra do alfabeto.

Na série acima, observamos que a redução da definição se deu por meio da supressão de todas as definições que traziam *p* como abreviatura. No entanto, no final dos minidicionários, há uma lista das abreviaturas mais usadas, na qual estão presentes as abreviaturas de *p* suprimidas da definição. Trata-se então de uma reorganização do dicionário, passando as abreviaturas para um novo espaço, no final do dicionário, e tirando do corpo da definição, o que reduz consideravelmente seu tamanho.

Definição de *pá*:

DELP (todas as edições): **Pá**, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção; parte mais larga e carnuda da perna das reses; - direita: pá própria para cavar ou lavar terra; da – virada (fam.): estouvado; impetuoso. (grifo nosso)

MLP (1996), SBMLP (2000): **Pá**, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção.

DESB (1996): **Pá**, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção. **Pá**.

Por meio das definições de *pá*, o que observamos foi que, nos minidicionários, mantém-se a primeira acepção, a que designa pá como objeto de trabalhos agrícolas ou de construção. As outras acepções, que inclui a locução “da pá virada”, foram suprimidas. Provavelmente entendeu-se que a primeira acepção é mais geral e utilizada e as outras são mais específicas e utilizadas em contextos específicos.

Definição de *pabulagem*:

DELP (todas as edições): **Pabulagem**, s. f. Fatuidade; orgulho (diz-se principalmente de mulatos e falsos fidalgos); (V. Fanfarrice); embuste.

MLP (1996) e SBMLP (2000): não tem

DESB (1996): **Pabulagem**, s. f. Fatuidade; orgulho

Na definição da palavra *pabulagem*, algo nos chama a atenção: o fato de essa palavra ser suprimida de dois minidicionários e ser definida no DESB, embora de maneira mais curta, mantendo apenas o início da definição, a mais geral. Essa será uma regularidade em outros verbetes: muitos deles são suprimidos do MLP e do SBMLP e são mantidos no DELP. Essa é uma marca que indica uma característica do DESB: a de que ele, ao escolher sua nomenclatura, não tomou por base o outro minidicionário publicado, mas sim o DELP. Essa marca se relaciona também com o fato de o DESB, entre os minidicionários, ser o único que tem uma marca ordinal de edição que se considera continuação das edições do DELP como vimos na análise dos prefácios: ele traz a marca da 24^a edição. Isso explica o fato de ele tomar por base as definições do DELP. A série a seguir traz também uma marca que indica essa remissão ao DELP:

Definição de **paco**:

DELP (a partir da 2ª edição até a 8ª): **Paco**, s. m. (gíria de gatunos) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário.

DELP (11ª. edição): **Paco**, s. m. Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário. (gír. de gatunos)

MLP (1996): **Paco**, s. m. (gír.) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário.

SBMLP (2000): **Paco**, s. m. (gír.) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário. **pa.co**

DESB (1996): **Paco**, s. m. (gíria de gatunos) Pacote de papéis velhos que simulam notas de dinheiro, encimados por uma nota verdadeira, usado pelos vigaristas quando passam o conto do vigário.

Quando observamos essa definição de *paco*, primeiramente notamos que, se no DELP há uma especificação do grupo social ao qual a gíria pertence, de “gatunos” (na 1ª edição era “de ladrões, como já observamos), nos minidicionários MLP e SBMLP há uma generalização para essa marca de especialidade para apenas “gíria”. Entretanto, o DESB, publicado no mesmo ano que o MLP, traz a mesma especificidade que em todas as edições do DELP, “gíria de gatunos”.

Alguns dos verbetes dos minidicionários trazem definições bem diferentes das do DELP, mas o DESB mantém a definição do DELP e não traz as mudanças dos outros. É o caso da série de definições de *paca*:

Definição de **paca**:

DELP (todas as edições): **Paca**, s. f. mamífero roedor, de pêlo bruno e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. (V. tolo); ingênuo, inexperiente.

MLP (1996): **paca**, s. f. Mamífero roedor, de pêlo escuro e malhas claras (masc. Pacuçu); adj. – s: (gíria) muito demais da conta.

SBMLP (2000): **paca**, s. f. Mamífero roedor, de pêlo escuro e malhas claras (masc. Pacuçu); adj. – s: (gíria) muito demais da conta. **Pa.ca**

DESB (1996): **Paca**, s. f. mamífero roedor, de pêlo bruno e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. tolo, ingênuo, inexperiente. (grifo nosso)

Os minidicionários MLP e SBMLP trazem uma nova acepção para a palavra *paca*: “(gíria) muito demais da conta”. Entretanto, o DESB mantém a definição presente no DELP, mostrando mais uma vez que tomou por base os escolares anteriores ao formato mini, o que explica o fato de ele se considerar a continuação daquelas obras.

Com relação aos domínios temáticos, a princípio, não tínhamos nenhuma questão concernente a eles. Entretanto, no decorrer da análise, algumas questões foram surgindo. Assim, primeiramente, das 50 palavras que escolhemos como *corpus*, realizamos uma classificação por domínios temáticos e encontramos os seguintes: lingüística e artes, atributos humanos, objetos, plantas, animais, geografia, tribos indígenas. E, desses grupos, selecionamos os temas sobre os quais aplicamos questões de análise: tribos indígenas, plantas e animais.

Primeiramente, questionamos a respeito da relação entre a língua portuguesa e as outras línguas. Isso porque, como já afirmamos, os dicionários escolares de Silveira Bueno foram elaborados num período em que há uma centralização do Estado e medidas de centralizar a língua portuguesa, tornando-a obrigatória no ensino e na produção de materiais didáticos. Assim, a primeira pergunta que fizemos foi: há a explicitação desse exterior lingüístico? De que maneira?

Então, ao observar os verbetes, notamos que não há remissões a palavras estrangeiras, nem a costumes de outros países. A única remissão que encontramos foi a tribos indígenas.

Por isso, decidimos analisar essas definições a fim de observarmos como elas são definidas, se há menção às línguas indígenas, entre outros.

Das definições de tribos indígenas, trazemos como exemplo os seguintes verbetes, da primeira edição (1955) e que se mantêm nas seguintes:

DELP (1955) **Pacaá**, s. 2 gên.. Indígena da tribo dos Pacaás, das cabeceiras do Juruena, em M. Grosso; adj. 2 gên. Relativo a essa tribo.

DELP (1955) **Pacajá**, s. 2 gên.. Indígenas dos Pacajás, tribo tupi que habitava as margens do rio do mesmo nome, estendendo-se até o Xingu; adj. 2 gên. relativo a essa tribo.

Os nomes dos indígenas, como observamos acima, foram definidos seguindo a seguinte regularidade do discurso definidor: palavra-entrada, marcação gramatical, “indígenas” (nome-cabeça), indicação da tribo, indicação do lugar de onde são (ou que habitavam). Assim, após o nome-cabeça, que traz a generalização “indígenas”, há a especificação de cada tribo e sua localização geográfica. Assim, a distinção entre uma tribo e outra não é feita por língua e costumes, só por localização das tribos. Silencia-se, assim, o fato de haver outras línguas no território brasileiros e outras culturas, parte do ideal nacionalizador da política de Vargas.

Depois, questionamos a respeito dos domínios de especialidades, a fim de saber como o dicionário, que é escolar, trabalha com as palavras relativas às ciências. Haveria designações científicas? De que maneira? Qual o público visado nas definições: os iniciados, ou seja, aqueles que tem conhecimento suficiente para compreender famílias ou um público geral, que não tenha tal conhecimento? Por essa razão, também escolhemos estudar os domínios de plantas, animais. Encontramos também uma palavra da geografia; entretanto, por ser apenas uma única palavra, decidimos não analisarmos por não haver outras que pudessem caracterizar uma regularidade.

Passamos agora para a análise dos domínios de plantas e animais. Para introduzir tais resultados, retomamos o trabalho de Nunes e Seligman (2003) em que há a análise de uma amostragem de verbetes do dicionário de Moraes. Na parte concernente ao domínio de nomes de árvores, o que foi observado foi uma mudança entre as edições:

(...) da edição de 1789 até a de 1877, repete-se a definição que apresenta a imagem de uma natureza provedora: “X que dá”, “X que produz”. (...) Com isso, produz-se um efeito de que a natureza fornece os seus produtos sem intervenção humana: o sujeito humano não aparece na cena da definição. Mas na edição de 1889-1891 e, em seguida, na de 1949-1959, tal forma de definição ou é substituída ou aparece em segundo plano em relação à de tipo científico que se introduz. Nesta apresenta-se uma classificação natural e uma descrição de árvore marcada por designações científicas. Percebendo-se, assim, os índices de uma formação discursiva científica que se insere no dicionário. (NUNES e SELIGMAN, 2003, p. 41)

Julgamos pertinente trazer a remissão dessa pesquisa por observarmos um funcionamento nos domínios de plantas e animais que se assemelha ao dos últimos verbetes citados no trabalho acima: as designações científicas.

Com relação às palavras de nomes de plantas, chamou-nos a atenção o fato de que, embora não haja definições de marcação de domínio de especialidade, como *botânica*, há um discurso científico muito presente nas definições. Nelas, observamos a seguinte estrutura específica na maior parte dos verbetes: palavra-entrada, marcação gramatical X da família Y.

DELP (1955) **Pacapeua**, s. m. Planta da família das Leguminosas Cesalpináceas.

DELP (1955) **Pacari**, s. m. Árvore da família das Litráceas.

DELP (1955) **Pacavira**, s. f. Planta da família das Musáceas.

Como podemos observar, nessas definições, não há sinônimos populares, nem a descrição da planta, apenas a designação científica da família: “leguminosas cesalpináceas”, “litraceas”, “musáceas”. Compreendemos essa maneira de definir como uma imagem que se tem do público-leitor: a de que ele esteja familiarizado com essas famílias ou que, ao menos, possa conhecê-las fazendo pesquisas fora do dicionário consultado como, por exemplo, os estudantes nas aulas de ciências.

No que concerne ao nome de animais, observamos que há também a presença da formação discursiva científica, mas de maneira diferente da série anterior, como mostra o seguinte exemplo:

DELP (1955) **Paca**, s. f. mamífero roedor, de pêlo bruno e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. (V. tolo); ingênuo, inexperiente.

DELP (1955) **Pacamão**, s. m. peixe fluvial, conhecido em Goiás por manguriú.

DELP (1955) **Pacarana**, s. f. Mamífero roedor, muito parecido com a paca.

Observamos que, apesar de as definições trazerem designações científicas como “mamífero”, “roedor”, “fluvial”, o discurso definidor traz elementos diferentes dos do domínio da *botânica*: descrição física (“pêlo bruno e malhas claras”), comparações com outros animais (“muito parecido com a paca”) e nomes populares (“manguriú”). Trata-se, então, de um domínio em que há elementos de aproximação com um outro tipo de público, os que não estão familiarizados com as designações científicas, embora elas ainda estejam presentes.

O que observamos nesses domínios analisados é que há uma forte tendência a trazer designações científicas, mas, principalmente no domínio de animais, há a introdução de

nomes populares, o que mostra uma relação com um outro tipo de público, os não iniciados, pois esses nomes aproximam a ciência do uso geral que se faz dos nomes.

Nessa série de dicionários de Silveira Bueno, observamos questões importantes como a autoria institucional, a mudança nas condições de produção dos minidicionários, as mudanças entre os verbetes. Há uma posição de autoria, com exceção do DESB, em que não há falas atribuídas diretamente a Silveira Bueno, mas sim há uma autoria institucional, atribuída sempre por meio de um membro do MEC. Essa apresentação está quase sempre junta às justificativas com relação à preocupação do Ministério da Educação e Cultura a respeito dos livros escolares. Esse silenciamento do autor também está presente nas definições, em que não há comentários, nem exemplos.

Os minidicionários, publicados em condições de produção diferentes, traz dois minidicionários em que o funcionamento discursivo que se observa é o de que o nome Silveira Bueno deixa de ser o autor e passa a designar uma marca de dicionários, uma série de dicionários publicados por esse nome.

Com relação aos verbetes, observamos a tendência a definições concisas, breves, sem informações etimológicas, fonéticas. Há um silenciamento do autor por meio da ausência de comentários, da falta de exemplos tanto literários como elaborados. Entre as edições do DELP, há uma tendência a repetir as definições de uma edição a outra, havendo poucos deslocamentos. Entretanto, há maiores mudanças entre os dicionários maiores para os minidicionários, pois muitas palavras-entradas foram eliminadas, algumas dentro de domínios temáticos inteiros, como exemplo o de grupos indígenas. Outros verbetes, embora continuassem a fazer parte da nomenclatura do dicionário, tiveram uma redução nas definições. Entre os minidicionários, o MLP e o DESB são publicados no mesmo ano, 1996, e têm *nomenclatura* diferente. O DESB, ao escolher sua nomenclatura, não tomou por base o outro minidicionário, mas sim o DELP por se colocar como sua continuação.

4. O DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DLP)

Este dicionário apresenta-se como rica fonte de consultas a todos quantos tenham de valer-se de um léxico seguro e atual, que apresente o português falado e escrito. (SILVEIRA BUENO, 1972, p. 1)

O *DLP* teve seis edições. No entanto, encontramos apenas a primeira, a quinta e uma posterior, sem indicação de ano nem de edição. A primeira edição data de 1972 pela editora Fortaleza e sua quinta edição foi dez anos depois, em 1982. A edição posterior que encontramos foi publicada em 1998 pelas editoras FDT/Lisa e não sabemos se houve reedições.

Antes de iniciarmos a exposição da análise dos prefácios e dos verbetes, gostaríamos de esclarecer algumas questões concernentes à tipologia desse dicionário e também as razões que nos levaram a separá-los em uma série diferente.

Primeiramente, temos algumas questões com relação à tipologia do dicionário: seria ele um dicionário escolar? Teria sido distribuído e utilizado pelo público estudantil? As respostas para essas perguntas são de grande relevância, pois, conforme já discutimos anteriormente, consideramos um dicionário do tipo escolar também aquele que circula na escola, mesmo que ele não seja dedicado ao público estudantil no prefácio ou que não tenha no título nenhuma marca que remeta a esse público.

Não encontramos muitas informações sobre esses dicionários, nenhuma fonte ou pesquisa que explicita as respostas para essas perguntas. Entretanto, temos fortes razões para crer que ele tenha sido um dos dicionários que circularam na escola.

Essas razões são baseadas nas condições de produção do *DLP* e sua relação com outras obras publicadas no mesmo período. Como já explicitamos, há um crescimento muito grande a partir dos anos 30 de editoras que tinham o intuito de publicar um dicionário.

Como exemplo, podemos citar as obras seguintes. Em 1938, é publicado o *Pequeno Dicionário Brasileiro de língua portuguesa*, por Barroso e Lima pela editora Civilização Brasileira, com reedições que se estenderam até 1967. Trata-se do primeiro dicionário monolíngüe publicado no Brasil. Ele teve grande circulação, inclusive nas escolas, o que o caracteriza como um dicionário escolar.

Nos anos 60, 70, época da publicação do DLP, a edição de dicionários destinados ao público estudantil continua. Temos, como exemplo, o *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*, de Francisco Fernandes, publicado em 1953 e 1960 pela editora Globo. Em seu prefácio há a imagem que se tem do público-leitor ao qual o dicionário se destina: ele tem um “formato popular” e é destinado ao “grande público”, “estudantes do curso secundário” e “homens de trabalho”.¹ Observamos aqui uma discursividade voltada para o “popular”, algo regular em obras desse período. Em 1958, esse dicionário ganha uma versão mais ampliada, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, em que essa imagem do popular é silenciada.

Em seguida, em 1962 e reeditado em 1964 e 1965, é publicado pela editora Melhoramentos o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, organizado por Prato e Silva. Trata-se de um dicionário de grande aceitação pública e de circulação escolar.

Mais tarde, em 1975, é publicado pela Editora Nova Fronteira o *Novo Dicionário da língua portuguesa* por Ferreira, com reedições que se estendem até os dias atuais. Esse dicionário teve grande aceitação pública e circulação nas escolas também.

Conforme podemos observar, trata-se de um período de muitas publicações de dicionários monolíngües no Brasil voltados para o público estudantil. Esse é um forte indício de que o DLP de Silveira Bueno também tenha tido circulação na escola, o que o caracteriza como um dicionário escolar. Além disso, a discursividade dos verbetes mostra que ele se filia

¹ Para mais informações, consultar o sitio CDIC – Conhecendo Dicionários - <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/index.htm>

aos DELP publicado no mesmo período, já que são cópias daqueles dicionários, ou seja, que há uma remissão aos dicionários escolares.

Então, muitas razões nos fazem crer que o DLP seja um dicionário do tipo escolar. Entretanto, optamos por colocá-lo numa série diferente devido à discursividade editorial tanto no prefácio quanto às suas condições de produção. De acordo com Nunes (2006), ao pensar a relação entre as instituições e a publicação de dicionários, podemos afirmar que o fato de editoras independentes do Estado publicarem dicionários constitui um lugar específico para a produção lexicográfica, que nos faz refletir sobre o papel dessas editoras na produção de um discurso lexicográfico. Assim, o fato de ter sido publicado por editoras independentes do Estado faz com que o DLP se coloque num outro lugar, diferente do que se colocam os escolares da primeira série. E pelo prefácio observamos um discurso editorial que apresenta a obra e a autoria, embora de maneira semelhante da que ocorre nos dicionários publicados pelo MEC.

A seguir, expomos a análise feita dos prefácios e da amostragem de verbetes.

4.1. Análise dos prefácios

Começamos a expor a nossa análise por meio dos prefácios. Em primeiro lugar, consideramos importante fazermos algumas observações com relação à repetição de textos entre as edições. Entre as três edições que constituem o nosso *corpus*, há um texto presente em todas elas que se intitula “Prof. Dr. Silveira Bueno” em que se apresenta uma biografia do autor. Em comum entre a primeira e a quinta edição, há um segundo texto, a “Nota da Editora”, em que também é apresentado o autor do dicionário além da apresentação da obra.

A biografia de Silveira Bueno é iniciada com a apresentação de dados de caráter pessoal como o lugar onde nasceu, Jarinu, e informações sobre os estudos que fizeram parte

de sua formação: é destacada sua formação clássica, com estudos de latim, grego, hebraico e sânscrito, e o fato de Silveira Bueno ter realizado esses estudos é mostrado como justificativa para que o professor ocupe a atual posição como professor da USP e do Instituto de Educação Caetano de Campos.

Durante o texto, é predominante sua caracterização como pesquisador da história da língua portuguesa, como podemos observar no seguinte enunciado:

Encontrando-se na regência da cátedra de Filologia Românica, ensinou o provençal antigo e foi à Galiza para aprender, *in loco*, o galego, base fundamental da língua portuguesa. Daí ter-se especializado na literatura dos trovadores medievais, publicando, pela primeira vez no Brasil, a *Antologia arcaica* e a *Formação histórica da língua portuguesa*. Outras obras nos campos da filologia e lingüística: *Tratado de semântica brasileira*, *Estudos de filologia portuguesa*, *Gramática normativa da língua portuguesa* (...) (SILVEIRA BUENO, 1972, p. 3)

O enunciado acima mostra, por meio da citação de seus estudos do galego e suas publicações na área de literatura medieval e da história da língua portuguesa em primeiro lugar, que uma característica desse discurso é o fato de colocar Silveira Bueno predominantemente como pesquisador da história da língua portuguesa. Sabemos, no entanto, por meio de estudos sobre sua atuação como lingüista e gramático, que Silveira Bueno não se dedicou apenas ao estudo histórico da língua, mas também atuou em outras áreas, como a escrita de uma gramática, sua obra sobre semântica e estilística, obras inclusive citadas também no enunciado acima. Mas, apesar de alguns desses livros serem citados, seus estudos como pesquisador da história da língua são os que têm predominância na biografia.

Por meio desse texto introdutório, nota-se que a atribuição da autoria é feita por meio da citação das obras publicadas, de sua formação e de sua posição atual. Ao elencar as diversas obras publicadas e sua formação, o que se constrói é um efeito de autoridade intelectual. Trata-se, então, de um autor apresentado por meio de um discurso relatado e com

todas as atribuições que constroem o efeito de um autor autorizado, por ser autoridade do saber, a falar sobre a língua e elaborar um dicionário.

No texto biográfico, também nos chamou a atenção o fato de este texto não ser assinado por ninguém, algo que se desloca com relação a outros prefácios, em que há alguém que assina o texto. Há, assim, um apagamento do autor do texto, que pode ser interpretado como um efeito de naturalização da biografia. É como se atribuir à autoria do texto a alguém não fosse algo necessário, já que a informação contida nele é natural, evidente. Assim, não há necessidade de alguém a quem responsabilizar pelo que está escrito nele. Conforme diz Orlandi:

A evidência do sentido - que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. (ORLANDI, 1999, p. 46)

Trata-se, então, de um efeito de evidência de sentido, de naturalização do que está ali, os dados biográficos do autor que, conforme já observamos, tem como predominante a apresentação de sua formação como filólogo e não como semanticista ou gramático, por exemplo. Algo semelhante acontece nas definições de um dicionário. Os sentidos ali, em grande parte das definições, mostram-se como evidentes, não históricos, mas ali também existem sujeitos definindo, afetados pela ideologia.

Quanto à nota da editora, que está presente na primeira e na quinta edição, tem como enunciador um “nós”, que se refere ao grupo editorial. Logo no primeiro parágrafo, define-se o que é um bom dicionário e, logo após, apresenta-se o autor, Silveira Bueno:

Para nós, um bom dicionário é aquele que proporciona ao consulente a resposta a sua dúvida da maneira mais clara e prática possível. Por isso, quando nos propomos editar um Dicionário da Língua Portuguesa, um nome

nos ocorreu de imediato: o do Professor FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO, por se tratar de um dos mais respeitáveis filólogos brasileiros e experimentado lexicólogo. Não ficou, o Professor Silveira Bueno, apegado ao passado na elaboração deste Dicionário, mas procurou refletir nele o desenvolvimento geral do país, bem como a modernização lingüística. Daí encontrarmos, ao lado de lusismos comuns em obras literárias, e que portanto nos ocorrem com frequência, palavras novas que o desenvolvimento moderno fez surgir nos vários campos do saber humano e que se tornaram comuns através dos mais variados meios de comunicação de nossos dias. (SILVEIRA BUENO, 1972, p. 5)

Primeiramente, há a apresentação do autor por meio da editora: “um dos mais respeitáveis filólogos”, “experimentado lexicólogo”. Aqui também há a construção de um efeito de autoridade intelectual ao apresentar o autor da obra, já que o denomina como respeitado filólogo e experiente lexicólogo.

São encontrados também, por meio de marcas lingüísticas, posicionamentos teóricos presentes. Primeiramente, chama-nos a atenção a negação: “não ficou, o Professor Silveira Bueno, apegado ao passado”. Essa negação tem relação com o discurso da biografia que, como já notamos, tem como destaque seus estudos históricos. Trata-se, pois, de uma antecipação imaginária com relação ao público-leitor, a de que ele, ao ler a biografia inicial, poderia concluir que o dicionário, por ter um autor com todos esses estudos históricos, ficasse apegado ao passado da língua portuguesa, ao histórico e não ao atual, ao que está em uso.

É importante notar a formação discursiva presente nesse discurso com relação à modernização lingüística. As palavras novas, segundo o texto, estão relacionadas com o desenvolvimento das teorias, dos campos de saber, e se tornaram usuais pelos diversos meios de comunicação. Assim, as alterações semânticas de que sofrem as palavras e a criação de palavras novas são processos sociais, originados de práticas sociais. Interessante notar as mudanças que encontramos com relação a essa questão no que concernem a suas obras na Filologia e *Lingüística*. Essas mudanças já haviam sido abordadas pelo estudo, já mencionado, de Guimarães (2004) em que ele aborda o posicionamento teórico ao qual

Silveira Bueno se filia em suas obras. Para exemplificar como há esse posicionamento, recortamos os seguintes enunciados: os dois primeiros foram encontrados na obra *Estudos de filologia portuguesa*; já o terceiro enunciado, está presente no *Tratado de semântica brasileira*.

Por isto mesmo é que se define hoje a língua: um fato social. Se a sociedade fosse perfeitamente homogênea, as palavras teriam sempre a mesma significação, mas, na aparente homogeneidade de uma nação, existe completa heterogeneidade de grupos sociais, grupos profissionais, cientistas, religiosos, agricultores, industriais, comerciantes, militares, etc.. (SILVEIRA BUENO, 1946, p.250 - 251)

(...) Vemos que a causa principal das alterações semânticas é a necessidade de expressão desses grupos sociais. (...) Depois de todas essas observações podemos verificar as causas dos neologismo (sic) e dos arcaísmos; serão sempre conseqüências da necessidade de expressão dos grupos sociais. Quanto tal necessidade exista, cria-se a palavra, ou fazendo-a inteiramente, ou dando nova significação a termos já conhecidos na língua. (SILVEIRA BUENO, 1946, p. 255-256)

Como elemento fundamental de todas as alterações semânticas encontramos a contribuição psicológica de cada indivíduo, a percepção e a associação de idéias. (...) a causa última e realmente eficaz é a sociedade. Mas a sociedade não conseguiria todos estes efeitos se o indivíduo não fosse capaz de tais atos psicológicos com a percepção e a associação de idéias ou de vocábulos para expressá-la. (SILVEIRA BUENO, 1965, p. 62)

No prefácio analisado, notamos uma consonância com as idéias apresentadas na sua obra de filologia, das quais destacamos os dois primeiros enunciados acima, mas não com relação a de semântica, já que não há menção ao componente psicológico da mudança lingüística, como mostra o terceiro enunciado acima. Assim, o dicionário traz um posicionamento tomado por ele em sua obra de filologia e não a estudos posteriores apresentados no seu livro de semântica.

Na continuação do prefácio, há um enunciado que mostra que uma das preocupações do dicionário é “a fixação das fronteiras que distinguem o português do Brasil e o de Portugal (percebam: *distinguem*, mas não *separam*)”. Observamos que há aí um efeito de pré-

construído, uma remissão a outro discurso que não é marcado aí, mas sustenta esse discurso: o discurso dos separatistas da língua, que defendiam que a língua que falamos no Brasil é a língua *brasileira* e não *portuguesa*. Desde a segunda metade do século XIX, houve um acirrado debate sobre a especificidade do português brasileiro no Brasil. Vários escritores românticos, como José de Alencar, defendiam uma autonomia lingüística, literária e cultural para o Brasil. Essa polêmica foi centrada, sobretudo, no argumento lexical, como prova o surgimento de coletâneas vocabulares regionais como, por exemplo, a obra de B. C. Rubim “Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa” (1889). Segundo Dias (*apud* Orlandi, 2001-b), os “separatistas” defendiam, diferentemente dos “legitimistas”, que as línguas faladas no Brasil e em Portugal eram diferentes e acreditavam que essa diferença era algo positivo. Já o outro grupo amenizava as diferenças e defendia a unidade com o argumento da vernaculidade. Ao trazer essa ressalva entre parênteses, a de que o dicionário “distingue” mas não “separa”, estabelece-se uma relação com esse discurso, e há uma tomada de posição: a língua, embora diferente, é a mesma, não é separada. Silveira Bueno também assim se posiciona com relação à língua falada em Portugal e no Brasil na sua obra *A formação histórica da língua portuguesa*, como no seguinte enunciado:

Seguindo a regra geral de tôdas as línguas, desde que se estendeu o português por áreas tão vastas como a do nosso país, naturalmente, foram surgindo os grupos sociais, separados por enormes distâncias, enquadrados entre acidentes geográficos de difícil transição, cada qual com as suas necessidades imediatas de expressão (...) Todas estas variações não impedem, contudo, o mútuo entendimento (...) A língua portuguêsâ continua a ser a geral tanto lá como aqui. (SILVEIRA BUENO, 1946, p. 208)

Assim, mais uma vez, há uma regularidade discursiva no dicionário com relação à posição filológica de Silveira Bueno, publicada em sua obra de 1946.

Entretanto, há um deslocamento com relação à norma ortográfica vigente naquele período:

A ortografia: quanto à ortografia, o *Dicionário da Língua Portuguesa* foi elaborado de acordo com o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1943), considerando-se a reforma ortográfica aprovada pelo Governo Brasileiro em 1971 e em vigor a partir de 1972. (SILVEIRA BUENO, 1972, p. 5) (grifo nosso)

Observaremos, na análise do dicionário etimológico de Silveira Bueno, exposta no capítulo concernente a essa série, que o vocabulário ortográfico, além de ser intensamente rebatido em sua obra lingüística, não é rigorosamente obedecida no dicionário etimológico. Trata-se, então, de um outro deslocamento discursivo com relação a obras anteriores.

Essas considerações teóricas presentes no prefácio, então, embora não sejam apresentadas pelo autor, e sim por meio de textos em que a autoria é atribuída pela editora do dicionário, encontra regularidades nos discursos com os proferidos pelo autor em sua obra *Estudos de filologia portuguesa*, de 1946. Assim, ao publicar a obra e atribuir a autoria a Silveira Bueno, invoca-se uma memória de outras obras publicadas por ele, na biografia, e encontramos algumas regularidades também com relação aos posicionamentos teóricos tomados por ele em outras obras. Entretanto, encontramos também alguns deslocamentos, como o fato de ele não se filiar às idéias desenvolvidas em sua obra de semântica, a de que a mudança lingüística tem a contribuição do psicológico.

Um outro aspecto que nos chama a atenção é o fato de o DLP declarar-se seguidor norma ortográfica vigente. Observamos que se trata de um posicionamento que se desloca com relação ao seguido em seu dicionário etimológico em que, além de haver críticas à norma ortográfica, o lexicógrafo declara que não a seguiu em algumas palavras. Faremos mais considerações sobre essa questão no capítulo dedicado aos dicionários etimológicos.

4.2. Análise dos verbetes

Após termos exposto a análise dos prefácios do DLP, passamos agora para a análise dos verbetes, mas, antes de darmos início aos comentários específicos aos verbetes da série, faremos algumas considerações gerais. Os verbetes que fazem parte de nosso *corpus*, pelo que analisamos, são idênticos entre eles e têm como característica o fato de a maioria das palavras terem suas definições idênticas às dos dicionários escolares publicados no mesmo período, anos 70. Como exemplo disso, trazemos os seguintes verbetes:

DELP – 1973: Pá, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção; parte mais larga e carnuda da perna das reses; - direita: pá própria para cavar ou lavar terra; da – virada (fam.): estouvado; impetuoso.

DLP – 1972: Pá, s. f. utensílio chato, de madeira ou ferro, com rebordos laterais e um cabo, destinado a trabalhos agrícolas ou de construção; parte mais larga e carnuda da perna das reses; - direita: pá própria para cavar ou lavar terra; da – virada (fam.): estouvado; impetuoso.

DELP – 1973: Pabular, v. intr. e p dar mostras de fátuo; contar grandezas; fanfarronar.

DLP – 1972: Pabular, v. intr. e p dar mostras de fátuo; contar grandezas; fanfarronar.

DELP – 1973: Paca, s. f. mamífero roedor, de pelo escuro e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. (V. tolo); ingênuo, inexperiente.

DLP – 1972: Paca, s. f. mamífero roedor, de pelo escuro e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. (V. tolo); ingênuo, inexperiente.

Ou seja, há regularidade discursiva entre as definições de grande parte dos dicionários da série anterior e as desta série de dicionários gerais de língua. Conforme já afirmamos,

interpretamos isso como uma filiação do DLP aos dicionários escolares, o que pode indicar que ele seja também considerado um dicionário da tipologia escolar, além, é claro, da questão da circulação da obra, que já discutimos. Portanto, pelo fato de serem iguais, a análise dos dicionários do mesmo período da série anterior também vale para esse dicionário.

Entretanto, há deslocamentos que nos chamam a atenção: a definição da palavra *Pacaembu* que não é definida nos dicionários da série anterior:

DLP (1972) **Pacaembu**, s. m. Nome de um bairro elegante de S. Paulo; do Estádio Esportivo que aí se encontra. Nome indígena; lugar das pacas.

Trata-se aqui de uma característica do enunciado definidor que não encontramos em nenhum dos dicionários analisados na série anterior: a definição de uma palavra que designa um bairro de São Paulo. Deve-se observar que esse dicionário foi publicado em São Paulo, o que pode ser apontado como a razão de ser definida uma palavra pertencente ao espaço urbano dessa cidade. O discurso urbanista, também especificamente da cidade de São Paulo, também está presente em definições do dicionário etimológico, que veremos no capítulo em que o analisamos, a seguir.

Assim, entre os resultados de análise principais, pudemos observar nessa série que o DLP também se caracteriza como um dicionário escolar por ter tido ampla circulação entre o público estudantil, algo que é indicado por suas condições de produção num período em que há a publicação de diversos dicionários monolíngües de língua portuguesa no Brasil com essa finalidade. A apresentação da obra e do autor é regular com a série anterior, pois também é feita por meio de um discurso relatado, por meio da citação das obras publicadas, de sua formação e de sua posição atual, o que constrói um efeito de autoridade intelectual.

Na análise dos verbetes, encontramos definições idênticas às dos dicionários escolares publicados no mesmo período, o que mostra uma regularidade discursiva entre as definições

de grande parte dos dicionários da série anterior e as desta série. Como deslocamento, observamos apenas a definição de uma palavra específica da cidade de São Paulo, *Pacaembu*.

5. DICIONÁRIOS ETIMOLÓGICOS: *GRANDE DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO-PROSÓDICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (GDEPLP) E VOCABULÁRIO TUPI-GUARANI PORTUGUÊS (VTGP)*

A coisa mais curiosa dentre todas as coisas mais curiosas da humanidade é a palavra. Todos os povos quando produziram filósofos e gramáticos que, nesses primórdios da cultura, se confundiam, voltaram sua indagação curiosa à palavra. Por que tinham os vocábulos tais e tais formas? (...) Seria mero acaso? (SILVEIRA BUENO, 1974, p. 17)

Passamos agora para a análise da série dos dicionários etimológicos, que é composta pelas obras seguintes. Em 1963, o autor publica em São Paulo pela editora Saraiva o GDEPLP. Em 1979, ela ganha uma reedição em Santos pela editora Brasília. Anos mais tarde, em 1982 é publicado o *Vocabulário Tupi-guarani-português (VTGP)*, cuja primeira publicação data de 1982 e a última, em 1998. A edição analisada neste trabalho é a 5ª, publicada em 1987.

Julgamos pertinente esclarecer alguns pontos no que concerne à classificação da tipologia dos dicionários como etimológicos. Primeiramente, retomemos o conceito de etimologia. De acordo com Silveira Bueno em sua obra *Estudos de filologia portuguesa* de 1943, a etimologia pode ser definida como uma ciência que faz parte da filologia e que tem por objetivo “investigar a procedência de certos termos incorporados ao vocabulário do idioma” (SILVEIRA BUENO, 1943, p. 238).

No português, algumas obras se dedicaram a estudar a origem das palavras. Silveira Bueno cita como primeira obra etimológica do português o *Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa*, de Francisco Adolfo Coelho, no qual não consta a data, mas, de acordo com o autor, foi publicado em cerca de 1915. Entretanto, de acordo com Almeida (1983), há ainda um dicionário publicado antes, o *Dicionário Etimológico Prosódico e*

Ortográfico da Língua Portuguesa, de Silva Bastos em Lisboa, com a parceria de Antonio Maria Pereira em 1912.

Ainda de acordo com o levantamento bibliográfico de Almeida, há também os seguintes dicionários do português que se voltaram para a etimologia: *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega*, publicado por Ramiz Galvão em 1909, pela Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro; *Dicionário Etimológico dos Vocábulo Portugueses Derivados do Árabe*, por Ragy Basile, sem data e sem marca editorial, publicados em 8 fascículos no Rio de Janeiro; *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo*, obra publicada por Afonso de Freitas em São Paulo, pela Gráfica Rosseti em 1924; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* em dois tomos de Antenor Nascentes, cujo primeiro tomo foi publicado em 1932 e o segundo, de nomes próprios, em 1955 pelo Instituto Nacional do livro e, pela mesma editora, em 1966 ele publicou o *Dicionário Etimológico Resumido*; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, em 2 volumes, por José Pedro Machado em 1956 e 1959 em Lisboa pela editora Confluência; *Dicionário de Curiosidades Etimológicas*, por Celso Mauricéia Filho, no Rio de Janeiro, pela Editora Pongetti em 1961. Além da seleção feita por Almeida, não podemos nos esquecer do autor José Pedro Machado que se dedicou ao estudo da etimologia e, especificamente sobre o assunto, publicou o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* em 1952, além de outras obras. Assim, o dicionário etimológico de Silveira Bueno insere-se nessa conjuntura e, ao apresentar sua obra, retoma alguns desses trabalhos ora para refutá-las, ora para filiar-se a elas.

Com relação aos estudos do tupi, no Brasil foram publicados gramáticas e dicionários que se dedicaram a trazer estudos do tupi. Com relação às gramáticas, a primeira gramática do Brasil de língua tupi foi a *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*,

elaborada pelo Padre José de Anchieta em 1556, publicada em 1595 pelo tipógrafo Antônio de Mariz, com autorização da Companhia de Jesus. E, de acordo com Nunes (2002), nessa época de colonização brasileira, também foram publicados no Brasil alguns dicionários bilíngües português-tupi. Eles, inclusive, formam parte das primeiras formas de dicionário acabadas. As gramáticas e os dicionários elaborados nessa época eram destinados ao ensino, como um guia para os novos jesuítas que assumiriam a administração das missões religiosas junto aos índios brasileiros. Entretanto, Andrade (*apud* ALVES JR., 2006) lembra que o tupi não formava uma língua uniforme, mas, sim, havia inúmeros dialetos. Para eliminá-los, os padres jesuítas incentivavam os índios Tupi-guaranis a falarem um tupi padrão e simplificado que ganhou o nome de "Nheengatu", cujo significado é "Língua Boa".

No século XX, muitos estudiosos se dedicam a estudar a língua tupi. Andrade (*op. cit.*) destaca o estudo de Freitas que em 1925 elaborou o livro *Vocabulário Nheengatu*, publicado após sua morte em 1976, pela Companhia Editora Nacional, São Paulo. Trata-se criou o primeiro curso de tupi-guarani no Instituto Histórico de São Paulo, do qual era presidente. Além dele, também é destacado o trabalho de Magalhães que, após 30 anos de estudo, traduziu cópias manuscritas de canções em tupi compostas por Anchieta.

Com relação aos dicionários publicados recentemente, temos como exemplo dois dicionários citados por Almeida (1983): *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias publicado pela Livraria São José em 1965, no Rio de Janeiro; *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*, de Lemos Barbosa, no Rio de Janeiro, em 1955, pela mesma editora, a Livraria São José. Anos depois, Silveira Bueno publica seu VTGP por meio do qual tem por objetivo explicar a origem tupi-guarani das palavras do português do Brasil. Ao apresentar sua obra, serão retomados estudos feitos do tupi anteriormente, seja para filiar-se a eles, seja para refutá-los e criticá-los, assim como a obra GDEPLP.

Desta série então fazem parte dicionários publicados por Silveira Bueno que tem por objetivo dar a origem das palavras, seja o dicionário etimológico em que várias origens são contempladas, seja o vocabulário do tupi-guarani, em que apenas a origem dessa língua é destacada. O primeiro dicionário da série, o GDEPLP, traz já no título a marcação de etimológico, tem um prefácio em que é declarada a posição do dicionário como etimológico e os verbetes trazem a origem de cada palavra, portanto, classificamos esse dicionário como etimológico por essas razões. Já o VTGP não traz no título essa marcação, nem o prefácio o intitula como etimológico, entretanto ele traz em seu discurso definidor não apenas a correspondência tupi-português, mas sim a explicação etimológica de cada palavra do português com relação ao tupi, como pode ser ilustrado pelo seguinte verbe: “**Paramirim** – s. Rio da Bahia e do Estado do Rio de Janeiro. De Pará, rio ou mar; mirim, pequeno”. Portanto, por essa razão classificamos o dicionário também como etimológico e o colocamos nessa série.

Assim como nos capítulos de análise das outras séries, começaremos a exposição de nossa análise pelos prefácios e depois mostraremos a dos verbetes.

5.1. Análise dos prefácios

Antes de iniciarmos a análise de cada prefácio, faremos as observações sobre as repetições de textos entre as edições. O prefácio de 1963 do GDEPLP é mantido em 1979 acrescido de um texto em que ele traz observações acerca da reedição e também um outro texto que traz especialistas nos estudos lingüísticos comentando sobre sua obra. Já o VTGP, apenas faz parte do *corpus* a 5^a edição, de 1987, portanto não temos elementos para dizer se houve repetição de prefácio. Apesar disso, tudo indica que o prefácio tenha sido mantido desde a primeira edição, pois se trata de um prefácio explicativo, como se inaugurasse a obra.

O prefácio do dicionário etimológico é assinado por Silveira Bueno. Nele, o autor se posiciona com relação a outras obras do mesmo tipo já publicadas, expõe seus critérios de seleção de vocábulos e também discorre sobre estudos etimológicos já realizados, sejam eles antigos ou modernos.

No início do texto, ele retoma os estudos etimológicos dos gregos, romanos e povos da Idade Média e explica que o estudo, até então, consistia na decomposição “imaginosa” de palavras, o que foi seguido mais tarde pelos comparatistas ao terem como objetivo chegarem à língua indo-européia. Ao citar os trabalhos de autores como Boisacq, Ernout, Meillet e Juan Corominas, ele defende que os etimologistas tenham como limite o latim, o grego e, esporadicamente, o sânscrito. Esse é o limite seguido por ele. Mas aqui há um deslocamento com relação aos autores citados pelo fato de o autor ir um pouco mais além das três línguas citadas:

Para o nosso caso, dada a grande importância do árabe, esta é outra fonte que não podemos deixar de parte. No português do Brasil temos ainda outra fonte de muito valor: as línguas indígenas, tomadas, de modo geral, sob a denominação bem pouco científica de tupi-guarani. Se no domínio do árabe temos guias seguros em que podemos confiar, tudo é ainda incerteza e hipótese nas esferas do tupi-guarani. (...) Mais incertos são ainda os empréstimos de origem africana. Não há nenhum africanista de valor entre nós, em todo o domínio da língua portuguesa, quer em Portugal, quer no Brasil. (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 13).

Aqui, Silveira Bueno mostra sua especificidade como autor brasileiro de um dicionário, pois ele considera influências lingüísticas específicas do português do Brasil, os africanismos e as línguas indígenas. Mais tarde, como sabemos, ele elabora o *Vocabulário tupi-guarani-português* que também faz parte de nosso *corpus*.

A obra apontada como roteiro para a elaboração do dicionário etimológico é o *Grande dicionário da língua portuguesa* de Antônio de Moraes Silva. Mas o autor lembra que é “simplesmente um roteiro, como guia na ordem dos verbetes, não porém como fonte

etimológica” (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 13). Como fonte etimológica, são consultados, de acordo com o discurso prefacial, “os estudos pessoais” do autor e os estudos de outros autores chamados de os “melhores”, como Wartburg, Bloch, Corominas, Battisti, Alessio, Migliorini, Magni.

A imagem de como deve ser um dicionário é definida com termos como “tradicional” e “prático”. Essa é a justificativa dada por ele ter adotado o método alfabético e não o de raízes e temas. Seu dicionário é dedicado a pessoas “sem preparo lingüístico” para compreender este último método. Assim, a imagem do público-leitor é a de que seu dicionário não deve ser restrito aos estudiosos da língua, mas sim a um público mais amplo, que inclui pessoas sem conhecimento dos estudos lingüísticos.

Quanto aos étimos aos quais o autor chama de “vacilantes”, ou seja, as palavras que não têm uma origem tida como segura, consensual, o método adotado é citar uma ou duas opiniões e, em seguida, posicionar-se a respeito. Com relação a isso, há uma crítica ao método adotado por Antenor Nascentes em seu *Dicionário Etimológico*:

Se formos todos repetindo o que os nossos predecessores disseram sem alvitrar novas explicações, estaremos a chover no molhado. (...) evitamos ainda o método de Nascentes: enumerar tôdas as hipóteses, deixá-las aos olhos do leitor, sem tomar partido. O autor de um livro está na obrigação de dizer a sua opinião, naturalmente fundamentando-a com razões e argumentos adequados. O leitor, na maioria, não está preparado para determinar-se no emaranhado das hipóteses. É justamente à procura de uma determinação que êle vai consultar um dicionário. Nascentes oferece-lhe várias possibilidades, porém, não o ajuda a determinar-se. Somos, por conseguinte, até certo ponto dogmáticos. Nunca, entretanto, deixamos de apresentar as nossas razões. (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 24).

Observamos, primeiramente, a retomada de um dicionário etimológico anterior ao seu, o dicionário etimológico de Antenor Nascentes. Assim, ainda que para criticá-lo, há uma citação de uma obra anterior, para posicionar-se com relação a ela. Em seguida, é também interessante notar a formação imaginária presente no enunciado acima: o autor “está na

obrigação de dizer a sua opinião”. Isso mostra um posicionamento que denota uma certa injunção à originalidade. Para ser autor, é preciso trazer algo de diferente, mostrar seus posicionamentos próprios. Relacionamos esse posicionamento ao adotado por Silveira Bueno no prefácio de seu livro *Formação histórica da língua portuguesa*, de 1955. Nele, também está presente esse posicionamento, retomado agora no seu dicionário etimológico:

Fugimos também da pedantaria, muito em voga em Portugal e no Brasil, das citações, das citações tão numerosas e tão largas que passam a constituir mais de dois terços do livro, reduzindo o trabalho do autor ao da agulha que vai arrastando, através do pano, a linha que lhe não pertence. Estes fazem parte daqueles escritores de que falava Pascal: dizem sempre “O meu livro, a minha obra” quando deveriam dizer: “O nosso livro”, a “nossa obra” porque em tais obras há pouco do autor e muito dos autores. (SILVEIRA BUENO, 1967, p. 12).

Assim, sua posição é a de que o autor é aquele que não se limita a citar outros autores, mas traz algo de novo, um posicionamento que não seja apenas cópia do que outros disseram.

Ao terminar essa explanação, o autor se coloca como “único operário” de pesquisa, sem a ajuda de equipes, o que justifica a margem a correções da obra. Trata-se, assim, de uma autoria dita solitária e não um trabalho de equipe, o que, segundo ele, justificaria as críticas feitas à obra.

Em seguida, várias outras obras são citadas e comentadas. Pelos comentários, é possível depreender os posicionamentos do que deve ser um dicionário, um autor, uma pesquisa para a elaboração de uma obra lexicográfica. Para ele, um autor de dicionário deve conhecer as leis fonéticas e não se render a étimos imaginários, repetindo o que autores mais antigos faziam. Há uma crítica, por exemplo, à obra de Ramiz Galvão citada no início do presente capítulo: apesar de seu dicionário ser considerado “sério e científico”, o autor critica o fato de Galvão ser um autor autodidata e desconhecer as leis fonéticas. Um outro exemplo é

a crítica feita a Augusto Magne e seu *Dicionário da língua portuguesa especialmente dos períodos medieval e clássico*:

(...) mistura gramática meramente normativa com lexicologia, espalhando-se monograficamente sobre o *a*, sendo escassíssimo em outros verbetes que necessitariam de maiores esclarecimentos. Gramática normativa é uma coisa; dicionário etimológico outra. (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 23).

Assim, para Silveira Bueno, o autor de um dicionário deve ter rigor e conhecimento científico para tal. Essas são as características destacadas por ele.

Ao discorrer sobre as palavras tupi-guarani, o autor inicia uma discussão que inclui uma tomada de posição sobre as reformas ortográficas da língua portuguesa. Ela é iniciada ao apontar como erro a prescrição de se grafar *açu* e não *assu* em palavras como *Mogi-guaçu*, *Curuçu* e *tatu-açu* presente na Reforma Ortográfica de 1943. Segundo ele, esta reforma contém “muitos erros” e, como causa, é apontado o fato de, na comissão da reforma, ter havido apenas um representante brasileiro que estudou o assunto, e o “menos qualificado”. Em seu dicionário, ele adota a ortografia que não é recomendada pela Reforma, *assu*. Isso mostra um posicionamento diferente do adotado em outros dos seus dicionários que, no prefácio, declaram-se seguidores da reforma ortográfica citada. Entretanto, observamos que, mesmo que seja para negá-la, a reforma é citada, pois, a partir de seu estabelecimento, o efeito de sentido que se produz com relação às obras lexicográficas é uma injunção ao posicionamento com relação a essa norma.

Para ele, a finalidade de sistemas ortográficos é garantir a “segurança dos princípios e a facilidade da prática dos mesmos pelo povo” (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 27). De acordo com ele, os acordos ortográficos de 1943 e 1945 não seguem esse princípio por adotar formas baseadas em “sentimentalismo”.

Conforme já afirmamos, mesmo ao mudar de editora, o prefácio continua o mesmo na edição de 1969. Entretanto, dois textos são acrescentados: um que faz observações acerca da nova edição e um outro que traz a opinião de diversos estudiosos sobre a obra.

O primeiro texto diz que a obra foi revista e aumentada, não só no número, mas nas explicações. É interessante notar neste texto o enunciado que se refere a autoridades nos estudos lingüísticos: “todos os vocábulos estão fundamentados nas maiores autoridades de Filologia e de Lingüística. Não obstante isso, muitas vezes discordamos de uma ou outra opinião dos mestres, oferecendo sempre argumentos que solidificam a nossa opinião emitida”. Isso mantém uma regularidade com o discurso do prefácio da primeira edição que se mantém no segundo, ou seja, uma certa injunção à originalidade, ao fato de o autor ter que marcar sua opinião e não apenas trazer a opinião de outras pessoas sem se posicionar a respeito.

Ao falar de autoridades, este texto também se relaciona com o texto seguinte, que traz a opinião de especialistas sobre sua obra, o que confere também um efeito de autoridade para a obra. Há a opinião dos especialistas: James Taylor, Wartburg, Joseph Piel, Gunnar Tilander; Giacomo Devoto e Zdenek Hampl, nomes seguidos de suas filiações institucionais, o que confere um estatuto de autoridade aos nomes citados e às opiniões emitidas. Trazemos como exemplo o seguinte enunciado:

Acabo de receber o seu monumental Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa. Felicito-o pela obra de tanta envergadura. Acha-se o seu monumental trabalho entre os mais notáveis no gênero em qualquer idioma e de qualquer país europeu. Dele me ocuparei em estudo especial para a nossa revista “Philologica Pragencia” da Academia das ciências da Tcheco-Eslováquia. ZDENEK HAMPL (Universidade de Praga (Tcheco-Eslováquia))

Assim, nessa nova edição, o efeito de autoridade se dá também ao trazer a opinião de especialistas sobre a obra, todas como o enunciado acima, elogiando o trabalho. Isso confere um estatuto de autoridade de uma maneira que nenhuma outra obra fez, trazendo outros

especialistas. Assim, é uma posição de autor diferente das encontradas nas outras obras de todas as séries que compõem o nosso *corpus*.

Assim como o GDEPLP, o VTGP, dicionário cujo prefácio será analisado a partir de agora, traz uma autoria marcada no prefácio por meio de um texto assinado por Silveira Bueno. E também traz textos na introdução em que o autor se posiciona teoricamente a respeito da elaboração do dicionário e com relação aos estudos sobre o Tupi feitos até então. Esse vocabulário foi publicado pela primeira vez em 1982 pela editora Saraiva. Entretanto, encontramos apenas a 5ª edição, de 1987 pela mesma editora. Antes dela, esse dicionário teve mais três reedições: 1983, 1984 e 1986 e depois ganhou uma reedição em 1992.

Inicialmente, seu prefácio faz uma discussão acerca da língua tupi. Ele a define como a “língua usada pelos jesuítas em suas catequeses (...) não era língua própria de uma tribo, mas uma uniformização léxica racional de vários dialetos, fixada pela Gramática do Padre Anchieta e pelo vocabulário jesuítico” (SILVEIRA BUENO, 1987, p. 13). Logo após, afirma-se que o tupi era língua “legítima dos indígenas” mas não se confundia com a “língua geral falada pelos colonos e seus descendentes”. Pelo que observamos, a definição do tupi é permeada por meio de afirmações seguidas de negativas. Essas negativas são marcas de uma relação entre o discurso ali produzido e discursos anteriormente estabelecidos, em circulação: se há uma negação de que a língua tupi seja “própria de uma tribo” e “língua geral” é porque há um espaço de discussões em que se afirma isso. Trata-se então de um pré-construído, ou seja, a relação entre esse discurso e outros que o sustentam ou o negam.

Em seguida, há várias citações do prefácio da obra do Padre Lemos Barbosa, o *Curso de Tupi Antigo* de 1957 que, segundo ele, é “para os que desejarem estudos de gramática (...) única obra de real valor”. Além dele, são citados também Edelweiss e Baptista Caetano. Essas citações, além de trazerem regularidades com relação à questão antes abordada, a da definição do tupi, traz uma outra afirmação sobre essa língua, “o guarani é um dialeto do tupi”, ou seja,

não se confunde com ele. Assim, embora não haja aqui o uso de marcas de negação, ainda há a definição do tupi por meio da definição do que ele não é. E também há uma separação entre o tupi e o Nheengatú . Segundo ele, o nheengatú “quase nada conserva da estrutura do tupi antigo” e “nunca foi falado por qualquer tribo não aculturada”.

Assim, na definição do que é tupi, ela é feita por meio da comparação entre ele e outras línguas por meio de marcas de negação: “não é”, “não se confunde”, “quase nada conserva”, “nunca foi falada”. Essas marcas, conforme já afirmamos, remetem a um discurso outro, não citado mas presente ali, incidindo sobre esse discurso.

Com relação ao posicionamento de autor, observamos acima uma filiação a alguns estudiosos, algo regular com relação ao GDEPLP, já que o posicionamento teórico do autor é feito por meio de filiações a alguns autores e refutação a outros. Com relação ao deslocamento entre sua posição e a posição de outros estudiosos, observamos algumas marcas em que ele aparece. Primeiramente, há uma discussão nomeada “dicionário e não Gramática” em que novamente observamos o funcionamento discursivo discutido acima, a afirmativa seguida de negação, algo também observado no seguinte enunciado: “embora não possa existir gramática sem primeiro existir o vocabulário, não tratamos senão de palavras e nunca de regras gramáticas”. Aqui, é importante notar que ele se posiciona com relação aos estudos sobre o tupi: ele coloca sua obra como “dicionário”. E para os estudos gramaticais, ele cita como “única obra de real valor” a obra de Lemos, o Curso de Tupi Antigo. Também há uma recomendação dos estudos do Padre Anchieta, de Restivo e Figueira, que podem ser consultadas, mas “nunca, porém, tomadas como indispensáveis ao conhecimento dos fenômenos do Tupi ou do Guarani”, pois até mesmo “nos tempos em que foram publicadas, pouco auxílio trouxeram aos que tinham necessidade de aprender os dialetos nativos”. Nessa discussão, observamos assim diversos posicionamentos com relação aos estudos do Tupi ao recomendar obras e estabelecer ressalvas e críticas a outras, marcando assim sua posição de

autor. Ela também pode ser observada no final da obra, em que é feita uma crítica a outros autores que não são nomeados, mas sim é descrita sua posição: a de que não há nenhuma relação entre o português atual brasileiro e o tupi:

Em face destas poucas palavras como ficam os apressados e ignorantes lingüistas brasileiros que chegaram a negar quaisquer influencias do tupi-guarani em nosso idioma português falado em nossa Pátria? É de causar dó tamanha audácia de tais ignorantes. (SILVEIRA BUENO, 1987, p. 19-20)

Por meio do enunciado acima, observamos uma crítica feita a afirmações de lingüistas de que a língua portuguesa do Brasil não tem influência do tupi-guarani. Há assim um posicionamento novamente com relação a estudos anteriores, o que marca sua *posição* – *autor*, pois é um efeito de legitimação e de construção de sua autoria.

Com relação à discussão da ortografia, também observamos um posicionamento de autor no seguinte enunciado:

O tupi e muito menos o seu dialeto o guarani não tinham escrita. Os missionários (...) escreveram de acordo com os seus conhecimentos europeus dos sons. Daí as diferenças de grafia (...) A nossa posição, entretanto, em face desse problema de ortografia é a de transcrever os vocábulos como os encontramos nos diversos autores. A grafia não é nossa, mas do autor de cuja obra coligimos as palavras. Haverá, por conseguinte, disparidades várias na maneira de escrever estes elementos das línguas indígenas. (SILVEIRA BUENO, 1987, p. 16-17)

Por meio do fragmento citado acima, notamos primeiramente marcas que apontam para o autor “a nossa posição”, “a grafia não é nossa”. Entretanto, o que mais nos chama a atenção é o fato de a ortografia não seguir norma alguma, apenas retomar outros autores e essa separação do que é do outro e do que é de Silveira Bueno ser fortemente marcada aqui. Trata-se assim de um outro posicionamento de autor, uma marca em que é estabelecido um critério de elaboração da obra.

Assim, de maneira regular entre as duas obras que compõem a série de dicionários etimológicos, encontramos enunciados em que é possível observar seu posicionamento teórico e sua relação com as obras que se dedicaram ao mesmo assunto, retomadas ora para refutá-las, ora para filiar-se a elas, além é claro da assinatura dos textos por Silveira Bueno e dos diversos enunciados em que estão presentes os critérios do autor lexicógrafo com relação à ortografia das palavras, a termos cuja etimologia não é descrita sempre da mesma maneira. Trata-se de um desdobramento da posição-autor com relação às outras séries, pois o que observamos é uma construção de autor ligada ao posicionamento teórico e metodológico de elaboração da obra, ligado ao diferente, à originalidade, à posição de autor em sua época. Já nas outras obras, das outras séries, vemos que a posição de autor se desdobra, mas quase sempre é apresentada por meio de um discurso institucional. Essa é a posição de autor observada nos prefácios e que, como veremos a seguir, é regular nos verbetes.

5.2. Análise dos verbetes

Passamos agora à análise dos verbetes dos dicionários etimológicos. Trata-se de um tipo de dicionário específico, etimológico, portanto há acepções com muitas diferenças com relação às séries anteriores, já que vai falar sobre a origem de cada palavra definida, às vezes seu percurso dialetal e observações com relação à prosódia.

Os constituintes que fazem parte da estrutura geral do verbete são os seguintes: Palavra-entrada – marcação gramatical. Definição atual da palavra. Origem (de diferentes línguas). Nota (quando há), definição da palavra que deu origem (quando há). Exemplo: “**Pã** – s. m. Entidade mitológica dos gregos, deus dos bosques, com pés caprinos e chifres. Lat. Pan, gr. Pan”.

Conforme havia sido esclarecido no prefácio, realmente não há palavras cujos étimos se estendem a línguas anteriores ao grego e ao latim. Também são apresentadas origens de

palavras indígenas do *tupi*, o que marca esse dicionário como retratando palavras específicas do português do Brasil.

Conforme se pode observar na estrutura do verbete enunciada acima, há uma definição da palavra em seu sentido atual para depois ser discutida sua origem. Isso nos fez elaborar a seguinte pergunta de pesquisa: será essa definição a mesma encontrada nos DELP publicadas em períodos concomitantes? Se não é, quais são as diferenças?

Realizamos, então, uma comparação entre as palavras definidas no DELP de 1965, data mais próxima de 1963 entre os DELP analisados, e as mesmas palavras definidas no GDEPLP. O que observamos é que as definições não são as mesmas: são mais curtas e diferentes. Como exemplo disso, trazemos os seguintes verbetes:

DELP (1965): **paca**, s. f. mamífero roedor, de pêlo escuro e malhas claras, caça estimadíssima (masc. Pacuçu); adj. e s.m. (V. tolo); ingênuo, inexperiente.

GDEPLP (1963): **paca** – s. f. Mamífero roedor, cuja carne é saborosa e muito estimado no Brasil. Tupi paca, anila que está alerta, arisco, que se pega com dificuldade. (grifo nosso)

DELP (1965): **pacajá**, s. 2 gên.. Indígenas dos Pacajás, tribo tupi que habitava as margens do rio do mesmo nome, estendendo-se até o Xingu; adj. 2 gên. relativo a essa tribo.

GDEPLP (1963): **pacajás** – s. m. pl. Nome de uma tribo de indígenas do Amazonas e Pará. Tupi *paca-yá*, o chamado *paca* porque reúne qualidade das pacas: é desperto, vigilante (T. S)

DELP (1965): **paceiro**, adj. e s. m. Aquêlê que frequênta o paço do rei; cortesão.

GDEPLP (1963): **paceiro** – s. f. O mesmo que pação, que vive no paço, na corte, fidalgo. De paço + eiro.

Por meio dos enunciados acima, é possível notar que não há uma regularidade na definição atual da palavra entre o GDEPLP e o DELP do mesmo período. Há enunciados definidores diferentes no dicionário etimológico, novos discursos definidores. Entretanto, essa diferença traz mais um elemento para se considerar a autoria do discurso desses dicionários:

não há uma filiação do GDEPLP com relação aos escolares nas definições atuais das palavras. Tratam-se de outras definições diferentes, novos discursos.

Retomando agora a análise dos verbetes na parte de etimologia, há, em muitos momentos, uma marca de autoria, marcas que apontam para um lexicógrafo elaborador da obra. Temos como exemplo os seguintes verbetes:

GDEPLP (1963) **Pacau** – (...) Parece-nos que seja palavra quíchua *pakay*, oculto, escondido, porque segundo Guevara é como argentinismo.

GDEPLP (1963) **Pachochada** – (...) Parece-nos que provenha de *parche* pela forma vulgar *pacho*. (...) (grifo nosso)

As marcas em destaque acima mostram um apontamento para o lexicógrafo, que avalia a origem: a marca “parece-nos”. Essa marca não está presente em nenhum dos verbetes de nosso *corpus* das séries anteriores.

Com relação à marca de autoria, notamos muitas diferenças com relação às outras séries. Primeiramente na definição da letra *P*, em que há uma remissão à obra *Estudos de filologia portuguesa*, publicada anteriormente por Silveira Bueno:

GDEPLP (1963) **P (pê)** – s. m. Décima Quinta letra do alfabeto português. Na dialeção do latim vulgar para o português, o *p* inicial (...) Para outras evoluções desta consoante, consulte-se o capítulo do consonantismo do nosso livro “Estudos de Filologia Portuguesa”, 3ª. edição, editora Saraiva, S. A. (SILVEIRA BUENO, 1963, p. 2815) (grifo nosso)

Assim, há uma remissão não a outro vocábulo, algo mais comum nos dicionários analisados até então, o que caracteriza uma definição circular, mas sim a uma outra obra, publicada por Silveira Bueno anteriormente. Trata-se de uma marca que aponta para seus trabalhos como estudioso da filologia, que aponta para discursos anteriores, uma marca de

autoria. É como se a outra obra fosse um complemento da definição, uma possibilidade de estudos mais aprofundados. Com esse efeito, também são citados outros autores, como Teodoro Sampaio, como mostram os seguintes verbetes: “**Pacaembu** – (...) Segundo Teodoro Sampaio (O Tupi na Geografia Nacional) vem de paca-yembó ou paca-ymbú”. Assim, há uma relação entre o posicionamento de Silveira Bueno e outros autores e obras também nas definições e não só nos prefácios.

Um posicionamento como autor também é observado em outras definições que têm características bem diferentes dos verbetes das outras séries, até curiosas, nas notas apresentadas. São as definições da palavra *pá* e das expressões *paciência de beneditino* e *paciência de Job*:

GDEPLP (1963) **Pá** – s. f. Instrumento agrícola de revolver a terra, largo e plano preso a um cabo. Lat. Palam. Nota: Dificilmente se pronuncia esta palavra sem que se lhe anteponha um a prostético: *apá*. Note-se ainda que na língua corrente do povo, *apá* é do gen. masculino: *um apá*. Isto prova que o a prostético não é o artigo fem. *a* de *a pá* que se soldou ao substantivo como pensaram alguns. Com esta forma vulgar o *apá* usa ainda o povo para expressar a homoplata, o ombro: estar com dor no *apá*. (grifo nosso)

GDEPLP (1963) **Paciência de beneditino** – s. f. Tenacidade, aturado labor que não se apressa pela falta de tempo ou pela falta do que é necessário para viver, como acontece com os beneditinos, monges muito ricos, que tudo possuem do bom e do melhor. Quereríamos ver um desses monges fora do mosteiro, a braços com a vida real dos homens e daríamos um doce pela tal paciência beneditina. É uma expressão da Idade-Média onde nada havia que fazer, sem já sentido prático em nossos dias. (grifo nosso)

GDEPLP (1963) **Paciência de Job** – Expressão que nos vem da Bíblia pelo exemplo dado por Job em face das provações da vida. Nota: Apesar de ser esta expressão proverbial, a quem ler “pacientemente” o Livro de Job”, verá que não foi tão paciente quanto lhe proclama a fama. Começa pelo fato singularíssimo de ter amaldiçoado, não já o dia em que nasceu, mas até a noite em que foi concebido. Que paciência foi esta? Gostaríamos de ver Job em nossos tempos modernos, especialmente em São Paulo, a capital que mais cresce no mundo, sem condução, sem o menor conforto, com falta de tudo, mas de modo especialíssimo, se o Job tivesse de pedir uma ligação telefônica. Aí, sim, veríamos se seria paciente ou não. Qualquer paulista é hoje muito mais paciente do que o famoso sofredor da Bíblia. (grifo nosso)

Conforme se pode observar, os três verbetes apresentam notas com comentários do autor. O verbete *pá* traz uma nota observando um uso corrente do vocábulo que contraria o que disseram “alguns”, provavelmente outros etimologistas. Trata-se da questão da injunção à originalidade, uma marca de autoria, discurso observado no prefácio desse dicionário em enunciados como “(...) muitas vezes discordamos de uma ou outra opinião dos mestres, oferecendo sempre argumentos que solidificam a nossa opinião emitida”; o autor “está na obrigação de dizer a sua opinião”. É interessante notar que a etimologia da palavra é discutida conforme o uso do “povo” e não apenas de estudos feitos a respeito da palavra.

Já com relação às definições seguintes, das expressões *paciência de beneditino* e *paciência de Job*, observamos nas notas algo que em nenhum outro dicionário analisado esteve presente: comentários de natureza avaliativa e moralista sobre o vocábulo em si, sobre seu sentido. Há uma relação entre o presente e o passado, entre a época em que cada uma das expressões foi elaborada e como seria no momento em que a obra foi publicada, chamada de “nossos dias”, “tempos modernos”: “sem já sentido prático em nossos dias”; “gostaríamos de ver Job em nossos tempos modernos”.

Especialmente na definição de paciência de Job, observamos também o discurso da urbanidade, do crescimento da cidade de São Paulo e as características desse crescimento, como problemas sociais: “sem o menor conforto”, “com falta de tudo” e inovações tecnológicas: “de modo especialíssimo, se o Job tivesse de pedir uma ligação telefônica”. Este último enunciado remete bem às condições de produção da época em questão, anos 60, em que especialmente as ligações interurbanas eram bastante demoradas. Assim, no discurso definidor podemos observar características específicas do período histórico em que a obra foi publicada e, também, o lugar, já que as obras dessa série foram todas publicadas por editoras paulistas e descrevem o cenário urbano de São Paulo.

Entretanto, o que mais nos chama a atenção nos verbetes acima é a presença do discurso religioso nas definições, algo que faz parte de sua posição de autor. O que se observa aqui é uma forte crítica ao discurso bíblico, o que mostra um discurso religioso que se faz presente, o que nos suscita questões sobre a formação religiosa de Silveira Bueno e outros posicionamentos tomados por ele em outras obras a respeito do assunto. Há, como um outro exemplo da presença desse discurso na sério, um texto que não está incluído no nosso *corpus* de análise, mas se refere ao texto de capa do VTGP em que Silveira Bueno pede bênçãos ao Padre José de Anchieta: “rogamos ao beato Padre José de Anchieta as suas bênçãos para que os nossos esforços sejam frutíferos como foram os seus de homem santo: lidamos com as línguas tupi e guarani que ele cristianizou e santificou”. Assim, não há como negar que o discurso religioso faz parte da posição de autor de Silveira Bueno.

Ao analisar a amostragem de verbetes do VTGP, observamos que, assim como o dicionário analisado anteriormente, é dada a definição da palavra para, em seguida, dar a origem e a explicação do que ela significa no tupi ou guarani. A estrutura de definição é a seguinte: Palavra-entrada – marcação gramatical. Definição atual da palavra. Origem. Definição da palavra que deu origem. Nota (quando há), Exemplo: “**Pacajás** – s. Rio do Pará. Nome da tribo que aí habitava. De paca-á, o que tem as qualidades da paca, isto é, desconfiado, vigilante”.

Com relação aos domínios temáticos, chama-nos a atenção o fato de haver na grande maioria palavras que designam lugares: dos 50 verbetes incluídos em nosso *corpus*, todas designam rios, riachos, cidades, bairros, ilhas. A razão pode ser apontada pelo fato de grande parte das palavras de origem tupi-guarani em nossa língua designar esses elementos: de acordo com Andrade (*apud* ALVES JR., 2006), segundo A. Teixeira, no livro *A Temática Indígena na escola* (MEC, Mari/ Unesco, Brasília, 1995), o tupi-guarani tem vasta influência no nome de cidades e acidentes geográficos no país.

Também observamos uma outra regularidade com relação ao GDEPLP: as notas em que há marcas que apontam para seu autor e sua posição. Trazemos como exemplo os seguintes verbetes:

VTGP (1987) **Panati** – S. Nome de uma Serra de Rio Grande do Norte, segundo Martius. Riacho das borboletas, segundo T. Sampaio que não localiza esse riacho. De pana-ty. Martius diz que panati é nome de índio. Tudo muito incerto e duvidoso.

VTGP (1987) **Panaitinga** – s. Rio e cidade do Estado de S. Paulo. De Pará-y-tinga: rio ruim de águas claras. Deveria ter sido paraybatinga. (grifo nosso)

Por meio das marcas acima destacadas, observamos que o autor se coloca ao fazer avaliações sobre as definições. Isso mostra um posicionamento de autor que não apenas define, mas avalia os elementos de definição e também se coloca com relação a definições de outros autores.

Com relação à série como um todo, o que nos chama a atenção é o fato de nos dicionários etimológicos ser regular o fato de a autoria ser caracterizada por meio de um posicionamento teórico com relação a outras obras e também com relação às normas, que são citadas para negar alguns de seus pontos. Vê-se assim que é construído um lugar de autoria ligado ao diferente, à originalidade, à posição de autor em sua época. Já nas outras obras, das outras séries, vemos que a posição de autor se desdobra, mas quase sempre é apresentada por meio de um discurso institucional. O que notamos é que esse lugar de construção de um autor que se posiciona, nos dicionários etimológicos, está relacionado com a relação entre a posição do gramático e do lingüista no século XX. De acordo com Orlandi (2000-b), no início do século XX há muitas gramáticas publicadas no Brasil, cujas diferenças entre elas são de natureza descritiva e analítica. No século XIX, as diferenças eram com relação às filiações teóricas. Essa heterogeneidade resulta na criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1958, que impõe uma unidade terminológica. Assim, o que ocorre é que se “apaga

a materialidade da função-autor gramático”, pois se fixa a nomenclatura. Segundo a autora, os gramáticos foram “despossuídos dos lugares de autor que tinham no século XIX” (ORLANDI, 2000-b, p. 192).

Esse lugar de autoria como invenção passa para o lingüista, que passa a ser quem produz o conhecimento científico sobre a língua e é ele quem vai caucionar o saber do gramático.

Retomamos essa discussão de Orlandi, pois observamos um funcionamento semelhante entre as séries do dicionário de Silveira Bueno. Enquanto os dicionários escolares, em que há um discurso institucional muito forte, do MEC e das editoras, a voz do autor é silenciada e ele é apresentado por meio de um discurso relatado, legitimado pelo institucional. Já nos dicionários etimológicos, há a construção de um lugar de autoria em que posicionamentos teóricos são estabelecidos, a norma é retomada, mas para ser negada em partes e criticada.

Ao terminar a análise da terceira série de dicionários de Silveira Bueno, observamos como resultados principais os seguintes aspectos. Primeiramente, em seus prefácios é possível observar seu posicionamento teórico e sua relação com as obras que se dedicaram ao mesmo assunto, ora para refutá-las, ora para filiar-se a elas. São assinados por Silveira Bueno, o que mostra um desdobramento da posição-autor com relação às outras séries. Depois, com relação especificamente ao dicionário de tupi, observamos marcas como afirmações seguidas de negativas na definição do tupi mostram uma relação entre o discurso ali produzido e discursos anteriormente estabelecidos sobre o tupi.

Em terceiro lugar, no que concerne ao discurso definidor, há nas duas obras a definição atual da palavra acompanhada da origem e da definição da palavra de origem. Como posicionamento de autor, em muitos momentos, há marcas que apontam para um lexicógrafo elaborador da obra, algo que não acontece nas outras séries.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quadro nenhum está acabado, disse certo pintor; se pode sem fim continuá-lo, primeiro, ao além de outro quadro que, feito a partir de tal forma, tem, na tela, oculta, uma porta que dá a um corredor que leva a outra e a muitas portas. *João Cabral de Melo Neto - Lição de pintura*

Analisar discursivamente um dicionário é considerar que ele foi elaborado em certas condições de produção, portanto, trata-se de um discurso e, por isso, dotado de uma historicidade. O surgimento de uma obra é determinado por causas que podem ser explicitadas pela análise de suas condições de produção: quem produz o dicionário, como, onde, para quem, em que situação? Juntamente com as gramáticas, consideramos o dicionário um instrumento lingüístico, parte de um processo de constituição da língua nacional, de políticas lingüísticas, da relação entre o sujeito e a língua.

A contribuição de nosso trabalho de Silveira Bueno inicia-se pela relevância do autor na história das idéias lingüísticas. Trabalhos como o de Guimarães (2004) já analisaram esse autor e seus posicionamentos em outras obras por ele publicadas. Ao estudar sua produção lexicográfica, variada e extensa na história dos estudos da linguagem no Brasil, trazemos mais elementos para compreender a posição desse autor especificamente na história da produção lexicográfica brasileira.

Sobre a tipologia escolar, por meio deste trabalho, tivemos como preocupação definirmos os critérios para considerar uma obra de tal tipologia. O título da obra, sua circulação e as condições de sua produção são fatores que indicam uma obra como escolar. Os primeiros dicionários de Silveira Bueno, escolares, são editados numa época em que se consolida a publicação de dicionários brasileiros da língua portuguesa, pois há algumas obras já em circulação, como as de Lima e Barroso (1939), Santos e Rodrigues (1939), Fernandes e

Guimarães (1953). Essas obras, inclusive, têm circulação entre o público estudantil, o que as caracteriza também como obras escolares.

Com relação à autoria de dicionários, observamos que ela, assim como defende Orlandi (2001-a), está presente sempre que há um efeito de unidade discursiva, o estabelecimento daquele responsável pelo que diz e também responsável pela progressão, pela não contradição, pelo começo, meio e fim de seu texto, seja no nível sócio-histórico, seja no textual-discursivo. Entretanto, observamos que a autoria não consiste apenas quando há um eu responsável, alguém que se intitula o responsável pelo dizer, pois ela pode também ser atribuída por outra pessoa, por um discurso institucional, como foi observado na análise das duas primeiras séries de dicionários.

Assim, o aparecimento de instituições e as modificações nelas ocorridas nos períodos históricos de publicação das obras de Silveira Bueno são fatores determinantes para que se compreenda a produção lexicográfica de tal autor. A fundação do MEC nos anos 30 está relacionado com a produção dos dicionários escolares e de outros materiais didáticos, ainda que esse reflexo tenha sido anos depois, como foi o caso do DESB em 1955. O crescente aumento das editoras faz com que sejam publicados os dicionários de Silveira Bueno independentemente do MEC e também há o aparecimento de outras obras. O fato de o Estado, antes fortalecido e centralizado, perca sua força e estejam em circulação idéias liberais resulta no abandono por parte do MEC da incumbência de publicar obras escolares. Isso incentiva ainda mais que as editoras publiquem suas obras e que essas circulem nas escolas, como é o caso dos minidicionários de Silveira Bueno.

A produção de dicionários também mostra a relação que o sujeito tem com a língua num determinado período histórico. Em nosso trabalho, observamos isso na produção dos dicionários escolares, que trazem a relação entre o sujeito e a língua mediadas pelo Estado desde os anos 30. Nesse período, institui-se o governo centralizador de Vargas que, entre

outras medidas, buscou expandir e reestruturar o sistema escolar brasileiro. Incentivando valores nacionais e trabalhando com o imaginário de língua e cultura homogêneas, proibiu-se o uso de e o ensino em línguas estrangeiras. Na sociedade daquela época, em que existiam as línguas dos imigrantes e ainda as indígenas, o Estado interdita o uso de línguas que sejam exteriores à língua nacional: o português. E o dicionário de Silveira Bueno se insere nesse período e traz reflexos dessa relação, já que, além de trazer um discurso institucional do Estado predominante nos prefácios, silencia o fato de haver outras línguas além do português nos verbetes ao não trazer palavras e/ou acepções estrangeiras e também ao definir os grupos indígenas por sua localização geográfica, não por sua língua e seus costumes.

O DELP, assim, faz parte de uma relação oficial entre o Estado e o livro didático. O autor Silveira Bueno é apresentado por meio de um discurso relatado, já que não há nenhuma fala que seja atribuída diretamente a ele. Com exceção da 11^a edição, essa apresentação está sempre junta às justificativas com relação à preocupação do MEC a respeito dos livros escolares. A autoria intelectual é nomeada, garantida e legitimada pela instituição publicadora, o MEC, por meio de um representante dessa instituição que apresenta o dicionário e apresenta seu autor são sempre assinados por algum membro do MEC como Carlos Pasquale, Armando Hildebrando, Darcy Ribeiro. Nos verbetes, há também a ausência de marcas que remetam a esse autor como exemplos, comentários. Assim, há a atribuição de um autor, mas feita por um discurso institucional forte, pelo qual se faz justificativas à sociedade e são apresentadas as medidas tomadas para a produção de livros didáticos. O Estado é posto com a incumbência de propagar a cultura e, assim, legitima-se sua prática de divulgar, pela educação, os valores nacionais. Nos prefácios, a imagem de um Estado provedor, na primeira edição, é sustentada por um discurso econômico, assistencialista e também por um discurso de propagação da cultura, algo que estará também presente, de maneira predominante, em prefácios posteriores. A partir de 1962, há a inserção de um

discurso patriótico, fortemente marcado na 6^a, 8^a e 9^a edições. Nelas, o “cultivo” da língua é posto como elemento de construção dessa cultura. Na 8^a e na 9^a edições, essa imagem de construção da cultura é mais sustentada pelo discurso jurídico e há o acréscimo de mais um elemento de que dela faz parte: o trabalho. Assim, o apagamento de uma voz própria de autoria dá lugar a um discurso de Estado, algo relacionado às condições de produção da obra: um Estado centralizado, que tem como política pública exaltar e propagar “valores nacionalistas”.

A 11^a edição traz características que marcam, de uma certa forma, a passagem dos DELP para os minidicionários, pois a apresentação de autor é feita de maneira diferenciada do resto da série que já foi analisado, já que ela não é feita por meio de um discurso institucional do MEC. Trata-se de um dicionário de transição, que não traz mais esse discurso institucional, mas ainda é publicado pelo MEC e no mesmo formato dos anteriores.

Os minidicionários são publicados em condições de produção diferentes, pois já não são publicados pelo MEC e, nessa época, após várias transformações na relação Estado-livro didático, o Estado deixa de ter a incumbência de publicar as obras para apenas avaliá-las ano a ano. Isso faz com que haja um aumento de dicionários publicados por outras editoras, já que elas serão as únicas a produzirem tais obras e sem a concorrência do MEC.

Sobre a autoria, haverá mudanças no imaginário de um autor, já que o nome de Silveira Bueno passará a circular de maneira diferenciada. Silveira Bueno ainda é apresentado por meio de filiações institucionais no início da obra, construindo um efeito de autoridade. Entretanto, das três obras, duas não trazem prefácio algum e têm o nome de Silveira Bueno não só na marcação de autor, mas sim incorporado no título da obra, fazendo parte do nome do dicionário e uma equipe editorial é apresentada. Assim, se antes temos o nome de Silveira Bueno como principal elaborador, com uma equipe que colabora, agora temos a presença de uma equipe que é responsável pela elaboração da obra e que, portanto, podem também ser

considerados autores e o nome de Silveira Bueno passa a funcionar como uma marca, mas isso não significa que ele deixou de ser autor: apenas funciona imaginariamente de uma outra maneira. Embora a equipe editorial seja, de fato, quem elabore e organize a obra, o nome de Silveira Bueno funciona imaginariamente como autor por haver, assim, uma atribuição a uma tradição lexicográfica, reconhecida e já aceita pelo público. Invoca-se uma memória de produção lexicográfica do autor como um efeito de autoridade para a obra. O nome de Silveira Bueno é um indicador de tradição, de memória, de qualidade do dicionário. Isso é um indicador de que essa possa ser uma política editorial dos dias atuais; entretanto não temos elementos para assim definir, já que nos detivemos apenas no caso dos dicionários de Silveira Bueno.

Sobre a análise dos verbetes do DESP, observamos a tendência a definições concisas, breves, sem informações etimológicas, fonéticas, pois ele possui uma nomenclatura média e um formato portátil que permita a circulação nas instituições escolares. Como já afirmamos, há um silenciamento do autor por meio da ausência de comentários, da falta de exemplos tanto literários como elaborados. Nos domínios das ciências, especificamente plantas e animais, tivemos por objetivo observar a maneira como se define termos científicos. Observamos que há um discurso entre designações científicas, para iniciados que compreendam tais definições e nomes populares, especialmente no que se refere a animais, o que indica uma abertura a público-leitor mais amplo, no qual inclui os leigos. Entre as edições do DELP, há uma tendência a repetir as definições de uma edição a outra, havendo poucos deslocamentos. Entretanto, é na passagem dos dicionários maiores para os minidicionários onde há maiores mudanças na série, pois muitas palavras-entradas foram eliminadas, algumas dentro de domínios temáticos inteiros, como exemplo o de grupos indígenas. Outros verbetes, embora continuassem a fazer parte da nomenclatura do dicionário, tiveram uma redução nas definições. Entre os minidicionários, o MLP e o DESB são publicados no mesmo ano, 1996, e

têm *nomenclatura* diferente. O DESB, ao escolher sua nomenclatura, não tomou por base o outro minidicionário, mas sim o DELP por se colocar como sua continuação.

A segunda série de dicionários analisados traz o DLP, cujas edições foram feitas por editoras independentes do Estado. Embora não tenha no título a marca “escolar” e não ter sido publicado pelo MEC, o DLP também se caracteriza como um dicionário escolar por ter tido circulação entre o público estudantil, algo que é indicado por suas condições de produção num período em que há a publicação de diversos dicionários monolíngües de língua portuguesa no Brasil, com esse fim.

Entretanto, o DLP não foi colocado na mesma série de dicionários escolares, pois há nele um novo desdobramento do sujeito-autor: ele é apresentado por meio de outras instituições, seguindo outra discursividade: não há nele um discurso provedor, como no DELP. A apresentação da obra e do autor, entretanto, é regular com a série anterior, pois também é feita por meio de um discurso relatado, por meio da citação das obras publicadas, de sua formação e de sua posição atual, o que constrói um efeito de autoridade intelectual ao apresentar o autor da obra, já que o denomina como respeitado filólogo e experiente lexicólogo. É destacada sua caracterização como pesquisador da história da língua portuguesa e há uma consonância com as idéias apresentadas na sua obra de filologia, principalmente no que concerne à discussão sobre modernização lingüística. Chamou-nos também a atenção o fato de ele declarar-se seguidor da norma ortográfica, posicionamento que se desloca com relação ao seguido em seu dicionário etimológico GDEPLP em que, além de haver críticas a essa norma, o autor lexicógrafo declara que não a seguiu em algumas palavras.

Na análise dos verbetes, observamos que suas definições idênticas às dos dicionários escolares publicados no mesmo período, anos 70. Ou seja, há regularidade discursiva entre as definições de grande parte dos dicionários da série anterior e as desta série de dicionários gerais de língua, o que interpretamos como uma filiação do DLP aos dicionários escolares,

algo que também indica que ele é um dicionário da tipologia escolar. Como deslocamento, observamos apenas a definição de uma palavra específica da cidade de São Paulo, Pacaembu, e a razão de esta palavra estar presente pode ser o fato de a obra ser publicada na cidade de São Paulo.

Com relação aos dicionários etimológicos, terceira série de dicionários, eles foram publicados por editoras independentes do Estado e, em seus prefácios, encontramos enunciados em que é possível observar seu posicionamento teórico e sua relação com as obras que se dedicaram ao mesmo assunto, retomadas ora para refutá-las, ora para filiar-se a elas. Os textos introdutórios são assinados por Silveira Bueno, o que se trata de um desdobramento da posição-autor com relação a outras obras. Neles, há a construção de uma autoria por meio da localização da obra com relação a outras já publicadas sobre o mesmo tema e a exposição de critérios de seleção de vocábulos.

No GDEPLP, por exemplo, ao criticar a obra etimológica de Antenor Nascentes, observa-se uma marca de autoria: a de que o autor é aquele que não se limita a citar outros autores, mas traz algo de novo, um posicionamento que não seja apenas cópia do que outros disseram. Essa discussão, presente em uma outra obra de sua autoria sobre a formação histórica da língua portuguesa, mostra uma posição de autor em que há a injunção à originalidade, a trazer algo de novo, a não copiar outros autores. E, conforme já afirmamos, há uma citação da reforma ortográfica, mas para negá-la e criticá-la.

Ele se coloca como “único operário” na elaboração do dicionário, mas há a construção de um efeito de autoridade do saber por meio da citação de outras autoridades, algo muito marcado na segunda edição do GDEPLP, em que traz a opinião de especialistas sobre sua obra. Vê-se, assim, que essa autoria é marcada de maneira muito diferente das duas séries anteriores.

Com relação ao VTGP, a autoria também é marcada no prefácio por meio de um texto assinado por Silveira Bueno. E também no prefácio o autor se posiciona teoricamente a respeito da elaboração do dicionário e com relação aos estudos sobre o tupi feitos até então. Marcas como afirmações seguidas de negativas na definição do tupi mostram uma relação entre o discurso ali produzido e discursos anteriormente estabelecidos sobre o tupi. A língua tupi não é “própria de uma tribo”, “língua geral”, “não se confunde” com o guarani, “nunca foi falada”. Há uma filiação aos estudos do Padre Lemos e ressalvas e críticas feitas inclusive aos estudos do Padre Anchieta.

Sobre a discussão da ortografia, no prefácio é possível observar que ela não seguiu uma norma, mas é declarado que ela retoma outros autores. Assim vemos aqui um outro posicionamento de autor, uma marca em que é estabelecido um critério de elaboração da obra.

No que concerne ao discurso definidor, observamos nas duas obras a definição atual da palavra acompanhada da origem e da definição da palavra de origem. Como posicionamento de autor, notamos que, em muitos momentos, há uma marca de autoria, marcas que apontam para um lexicógrafo elaborador da obra, algo que não faz parte das definições das primeiras séries analisadas. Notas, comentários, avaliações sobre o termo definido são algumas dessas marcas, em que há um apontamento para o autor elaborador. Em algumas das definições, também encontramos a presença de um discurso religioso.

Dentre todos os resultados aos quais chegamos, os desdobramentos da função do sujeito como autor, destacamos o fato de eles se relacionarem com a passagem da autoria do gramático para o lingüista no século XX. Na série de dicionários etimológicos, é construído um lugar de autoria ligado ao diferente, à originalidade, à posição de autor em sua época e com relação aos outros autores. Já nos dicionários escolares pertencentes às duas primeiras séries, embora com discursividades institucionais diferentes, o autor é apresentado por meio de instituições que o legitimam e seus posicionamentos teóricos são silenciados. A norma

ortográfica, quando citada, é para ser corroborada e não avaliada e criticada como na terceira série. Assim, o funcionamento discursivo é muito semelhante ao ocorrido na passagem do lugar de autor inventivo do gramático para o lingüista, em que, após a NGB, o lugar de discussão científica passa a ser do lingüista, que cauciona o saber do gramático.

Nesta pesquisa procurou compreender a posição de autoria de Silveira Bueno na história da lexicografia brasileira e trouxe vários elementos para que a pesquisa tenha continuidade. Observamos aí o papel das instituições nesse processo, inclusive no silenciamento de uma voz de autoria nos dicionários publicados pelo MEC. Não houve a busca de exaustividade e completude, algo que não faz parte dos objetivos analíticos da AD, mas sim a de novos elementos que contribuam ainda mais para a compreensão desse autor na história das idéias lingüísticas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, H. *Catálogo de dicionários portugueses e brasileiros*. Coleção Horário de Almeida, s.l. 1983.

ALVES JR, O. Uma breve história da língua tupi, a língua do tempo que o Brasil era canibal. Disponível na internet: http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/lingua_tupi.htm. Acessado em 30/06/2006.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

BARROSO, G.; LIMA, H. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1939.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

DELESSALE, S.; VALENSI L. A palavra “Nègre” nos Dicionários Franceses do Antigo Regime. História e Lexicografia. *Rua*, Campinas, n. 8, p. 9-42, 2002.

DUCROT, O. *Le dire e le dit*. Paris : Minuit, 1984.

FERNANDES, F.; GUIMARÃES, F. M. *Dicionário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1953.

FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Trad. Antonio Fernando Cascais; Edmundo Cordeiro. 4.ed. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A noite, 1934-1944.

GAMA CURY, A. *Minidicionário Gama Kury da Língua portuguesa*. São Paulo: FDT, 2002.

GIACOMINI, G. I. O discurso do Dicionário contemporâneo da língua portuguesa, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, n. 6, p. 1-13, março de 2006.

GREGOLIN, M. R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.

GUIMARÃES, E. *História da semântica*. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HÖFLING, E. M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, n. 70, p. 159-170, abril de 2000.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LIMA, H.; BARROSO, G. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 2a.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, 1939.

LUFT, C. P. *Dicionário escolar da língua portuguesa Luft*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAZIÈRE, F. O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe. In: *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MELO NETO, J. C. *Tecendo a manhã*. Disponível na internet: <http://www.fabiorocha.com.br/cabral.htm>. Acessado em 24/10/2006.

_____. *Lição de pintura*. Disponível na internet: http://www.geocities.com/ail_br/cabralemiro.html. Acessado em 30/10/2006.

NUNES, J. H. *Institutionnalisation des dictionnaires monolingues ao Brésil*. ENS Edition, 2006 - (no prelo)

_____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

NUNES, J. H.; PETTER, M. T. *Historia do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Definição lexicográfica e discurso. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, SP: UNICAMP – Pontes, n. 11, p. 9-30, 2003.

_____. Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, SP: UNICAMP – Pontes, n. 1, p. 93-103, 1998.

OLIVEIRA, J.B.A. (et al.) *A política do livro didático*. São Paulo: Summus; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1984.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise de discurso*. Princípios & Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e leitura*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000 -a.

_____. O Estado, a gramática, a autoria. Língua e conhecimentos lingüísticos. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, SP: Pontes, 2000 – b.

_____. *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes, 2001 – a.

_____. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001 – b.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PAYER, M. O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, E. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, F.; HAK, T. (org.) Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SANTOS, L.; RODRIGUES, J. S. *Dicionário Popular Ilustrado da Língua Portuguesa*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1939

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (org.) Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izodoro Blikstein. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SILVEIRA BUENO, F. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1946.

_____. *Tratado de semântica geral aplicado à língua portuguesa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1947.

_____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

_____. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1955.

_____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

_____. *Dicionário escolar do professor*. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

_____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: MEC, 1963. .

_____. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa; / vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. São Paulo: Saraiva, 1963.

_____. *Tratado de semântica brasileira*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

_____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: MEC, 1965.

_____. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

- _____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1969.
- _____. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Fortaleza, 1972.
- _____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 8.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1973.
- _____. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa; / vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. Santos: Editora Brasília, 1974.
- _____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 9.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- _____. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11.ed. 4 tir. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.
- _____. *Dicionário da língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Técnica Radial, 1982.
- _____. *Vocabulário tupi-guarani-português*. São Paulo: Brasilivros, 1982.
- _____. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 5.ed. São Paulo: Brasilivros, 1987.
- _____. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FDT/Lisa, 1996.
- _____. *Dicionário escolar Silveira Bueno*. 23.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- _____. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 6.ed. São Paulo: Brasilivros, 1998.
- _____. *Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa*. Ed. Ver. E atual. São Paulo: FTD, 2000.
- _____. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FDT/Lisa, 2000.
- VARELLA, T. Ensino de valores nacionais é aliado à reflexão sobre a sociedade. *Espaço cidadania*. São Paulo, Instituto metodista de ensino superior, ano 2, n° 24, setembro de 2005. Disponível na internet: <http://www.metodista.br/comunicacao/espccidadania/numero24/ensino.php>. Acessado em 03/09/2006.
- XIMENES, S. *Minidicionário ediouro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

Anexos